

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS**  
**CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA**  
**CONTEMPORÂNEA DO BRASIL – CPDOC**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS**  
**CULTURAIS**  
**MESTRADO PROFISSIONAL EM BENS CULTURAIS E PROJETOS SOCIAIS**

**MULHERES E ELEIÇÕES: A REPRESENTATIVIDADE FEMININA NO RIO DE**  
**JANEIRO**

**APRESENTADA POR:**  
**TATIANA ÁVILA GOMES**

Rio de Janeiro, 18 de março de 2020

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

**CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA  
CONTEMPORÂNEA DO BRASIL – CPDOC  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS  
CULTURAIS  
MESTRADO PROFISSIONAL EM BENS CULTURAIS E PROJETOS SOCIAIS**

MULHERES E ELEIÇÕES: A REPRESENTATIVIDADE FEMININA NO RIO DE  
JANEIRO

APRESENTADA POR: TATIANA ÁVILA GOMES

PROFESSOR ORIENTADOR: PROF. DR. MÁRCIO GRIJÓ VILAROUCA

Rio de Janeiro, 18 de março de 2020

Gomes, Tatiana Ávila

Mulheres e eleições : a representatividade feminina no Rio de Janeiro /  
Tatiana Ávila Gomes. – 2020.  
105 f.

Dissertação (mestrado) – Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio  
Vargas, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais.  
Orientador: Márcio Grijó Vilarouca  
Inclui bibliografia.

1. Mulheres na política - Rio de Janeiro (RJ). 2. Candidatas políticas –  
Rio de Janeiro (RJ). 3. Participação política. 4. Feminismo - Brasil. I. Vilarouca,  
Márcio Grijó. II. Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas.  
Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais. III. Título.

CDD – 305.4

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

**CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA  
CONTEMPORÂNEA DO BRASIL – CPDOC  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS  
CULTURAIS  
MESTRADO PROFISSIONAL EM BENS CULTURAIS E PROJETOS SOCIAIS**

PROFESSOR ORIENTADOR ACADÊMICO:  
PROF. DR. MÁRCIO GRIJÓ VILAROUCA

TATIANA ÁVILA GOMES

**MULHERES E ELEIÇÕES: A REPRESENTATIVIDADE FEMININA NO RIO DE  
JANEIRO**

Dissertação de Mestrado Profissional apresentada ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Bens Culturais e Projetos Sociais.

Rio de Janeiro, 18 de março de 2020

**TATIANA AVILA GOMES**

**“MULHERES E ELEIÇÕES: REPRESENTATIVIDADE FEMININA NO RIO DE JANEIRO”.**

Dissertação apresentado(a) ao Curso de Mestrado Profissional em Bens Culturais e Projetos Sociais do(a) Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil para obtenção do grau de Mestre(a) em Bens Culturais e Projetos Sociais.

Data da defesa: 18/03/2020

**ASSINATURA DOS MEMBROS DA BANCA EXAMINADORA**

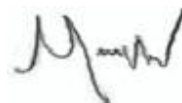
**Presidente da Comissão Examinadora: Profº MÁRCIO GRIJÓ VILAROUCA**



MÁRCIO GRIJÓ VILAROUCA  
Orientador



AMÉRICO OSCAR GUICHARD FREIRE  
Membro Interno



ADRIANA BRAGA  
Membro Externo

**Instrução Normativa nº 01/19, de 09/07/19 - Pró-Reitoria FGV**

Em caso de participação de Membro(s) da Banca Examinadora de forma não-presencial\*, o Presidente da Comissão Examinadora assinará o documento como representante legal, delegado por esta I.N.

\*Skype, Videoconferência, Apps de vídeo etc

*Dedico este trabalho aos meus pais, Ivânia e Caio, por me ensinarem a importância da educação.*

## **AGRADECIMENTOS**

A decisão de ingressar em um Mestrado não é das mais triviais. Especialmente em se tratando de uma jornalista, formada há 17 anos, distante da vida acadêmica há 16 anos, sócia de uma empresa de comunicação e com uma carga horária de trabalho de cerca de 12 horas diárias. Entretanto, quando me dispus a retornar às salas de aula, gostaria que tivesse um propósito real, relacionado a assuntos que me fossem interessantes e que me fizessem crescer. E assim aconteceu a minha passagem pelo Mestrado Profissional em Bens Culturais e Projetos Sociais.

Meu esforço de dedicar o pouco tempo restante aos estudos foi totalmente retribuído por professores brilhantes, temas de enorme relevância, aulas produtivas e uma rica experiência para ser carregada como bagagem. Foram dois anos que valeram toda a dedicação e que fizeram com que meus olhos voltassem a brilhar ao imaginar uma vida acadêmica.

Por tudo isso, agradeço primeiramente aos doutores e mestres da Fundação Getúlio Vargas, aos colegas de turma pelas discussões sempre em nível intelectual elevado e ao meu orientador, Márcio Grijó Vilarouca, por ter me escolhido e me direcionado.

À família e aos amigos, também sempre presentes no dia a dia, na sugestão de um artigo, nos debates ou apenas nas palavras de incentivo, os meus mais sinceros agradecimentos.

## RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo analisar a participação das mulheres na política por meio da construção de suas candidaturas para cargos eletivos, em especial para a Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro. Na legislatura mais recente do Legislativo municipal, de 51 vereadores, apenas sete mulheres conquistaram uma cadeira no Palácio Pedro Ernesto. Tal número reflete a realidade de todos os parlamentos brasileiros e da maioria dos parlamentos do mundo.

Desta forma, este estudo se propôs a analisar os fatores que afastam as mulheres da política e os mecanismos que poderiam promover uma maior presença feminina nos espaços de decisão. Para isso, este trabalho esteve focado em três vertentes: a história da participação feminina na política, uma análise dos perfis das eleitas da Câmara Municipal do Rio de Janeiro nos últimos 20 anos e uma série de entrevistas com as representantes dos setoriais de Mulheres de oito partidos.

Tais entrevistas tiveram o objetivo de ouvir daquelas que militam, que atuam para preencher as cotas de gênero; que debatem a divisão de verbas dos Fundos Partidário e Eleitoral, e que incentivam as novas candidaturas, o que as legendas vêm fazendo para tentar tornar o cenário político mais equilibrado.

**Palavras-chave:** Mulheres; Gênero; Política; Representatividade; Fundo Partidário; Fundo Eleitoral; Cotas.



## **ABSTRACT**

The present research aims to analyze the participation of women in politics through the construction of their candidacies for elective positions, especially for the City Council of Rio de Janeiro. In the most recent legislature of the municipal City Council, of 51 councilors, only seven women won a seat at the Pedro Ernesto Palace. This figure reflects the reality of all Brazilian parliaments and most parliaments in the world.

Thus, this study aimed to analyze the factors that keep women away from politics and the mechanisms that could promote a greater female presence in decision-making spaces. To this end, this work was focused on three aspects: the history of female participation in politics, an analysis of the elected representatives for the City Council of Rio de Janeiro in the last 20 years and interviews with representatives of the Women's offices of eight parties.

Such interviews were aimed at hearing from those who militate, who work to fill gender quotas; who debate the division of funds – Partisan and Electoral, and who encourage new candidates, what the parties have been doing to try to make the political scenario more balanced.

**Keywords:** Women; Gender; Politics; Representativeness; Partisan Fund; Electoral Fund; Quotas.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Sexo dos candidatos/as e eleitos/as para o cargo de vereador/a na cidade do Rio de Janeiro. ....	21
Figura 2 – Presença de mulheres nas eleições entre 1986 e 2014. ....	22
Figura 3 – Assentos ocupados por mulheres nos parlamentos internacionais.....	23
Tabela 1 – Total de vereadores/as em cada legislatura, incluindo as suplentes empossadas, total de mulheres eleitas e percentual de mulheres. ....	40
Tabela 2 – Vereadoras eleitas nas 10 últimas legislaturas no Rio de Janeiro (incluindo suplentes empossadas) e o número de votos. ....	44
Tabela 3 – Vereadoras, votos e mandatos em 2000 .....	49
Tabela 4 – Vereadoras, votos e mandatos em 2004. ....	56
Tabela 5 – Vereadoras, votos e mandatos em 2008. ....	60
Tabela 6 – Vereadoras, votos e mandatos em 2012. ....	61
Tabela 7 – Vereadoras eleitas, votos e mandatos em 2016. ....	64
Figura 4 – Candidaturas do Rio de Janeiro em 2018.....	66
Figura 5 – Charge do cartunista Quinho, do jornal Estado de Minas.....	68

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>1 VOTO E GÊNERO NA HISTÓRIA DO BRASIL.....</b>	<b>15</b>
1.1 O que mostram os números .....	20
1.2 Sistemas eleitorais, sistemas partidários e a elegibilidade de mulheres .....	23
1.3 A legislação brasileira: as cotas.....	26
1.4 Os fundos: Eleitoral e Partidário .....	30
<b>2. A CONSTRUÇÃO DAS CANDIDATURAS FEMININAS .....</b>	<b>33</b>
2.1 As eleitas da Câmara Municipal do Rio de Janeiro .....	39
2.2. Mudanças em 2018? .....	66
<b>3 AS ENTREVISTAS.....</b>	<b>71</b>
3.1 Quem são as representantes dos setoriais de mulheres.....	72
3.2 O que pensam as representantes dos partidos .....	77
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>95</b>
<b>5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>97</b>

## INTRODUÇÃO

De acordo com dados da União Interparlamentar (IPU), nas eleições de 2014, de 193 países o Brasil ocupou a posição de número 154 quanto à participação feminina na política. Nas Américas, o país só ficou à frente do Haiti. No Senado Federal foram 13 senadoras para 81 cadeiras; na Câmara de Deputados, 51 deputadas em 513 ocupantes. Apenas uma governadora foi eleita naquele ano, Suely Campos, em Roraima, e a presidente Dilma Rousseff foi reeleita.

Apesar de os números serem negativos, fato é que a representatividade política das mulheres passou, há alguns anos, a ser tema de debate em diversas partes do mundo. Mesmo que bastante tímida, a presença do sexo feminino nos espaços de decisão vem aumentando lentamente. No Brasil, dados da Pesquisa FGV Direito SP (2019, p.22) mostram que passamos de cinco deputadas federais em 1982 para 45 cadeiras ocupadas por mulheres em 2010, 51 deputadas em 2014 e 77 em 2018. Sim, ainda é pouco, mas demonstra a existência de um fluxo evolutivo.

Pode-se dizer ainda que nas eleições de 2018, um movimento diferenciado por parte dos eleitores colocou as candidaturas femininas em foco e no centro de muitas discussões. O resultado nas urnas não foi tão efetivo, a representatividade feminina aumentou de 10% para 15% na Câmara de Deputados. Nas assembleias, as mulheres somaram 15% dos eleitos: foram 165 deputadas estaduais, o que representa um crescimento de 35% com relação a 2014. Já no Senado, este número diminuiu e passou de 13 para 12 senadoras em 81 vagas. Entretanto, ainda assim, falou-se mais na eleição de mulheres, o que é possível constatar por meio dos diversos movimentos criados para incentivar as candidaturas femininas.

Na Câmara Municipal do Rio de Janeiro, o último pleito foi em 2016, e das 51 vagas foram eleitas sete vereadoras. Mas a morte da vereadora Marielle Franco, em março de 2018, fez com que o Legislativo municipal passasse também a ganhar enfoque quanto ao tema da representatividade feminina. Apesar de ter sido eleita com 46 mil votos, Franco não era conhecida no cenário político nacional e, com o crime, passou a atrair a atenção para seus projetos e proposições, voltados às políticas públicas para mulheres, crianças e defesa dos direitos humanos.

É importante destacar que em outros países, a situação nos parlamentos também é desequilibrada. Apesar de representarem cerca de 50% da população mundial, as mulheres são minoria em todos os parlamentos do mundo. Em alguns países da Europa e da América Latina este número está um pouco acima da média: de 20.9% até 40%. Mas ambos percentuais estão bastante distantes da realidade brasileira.

Diante dos dados apresentados, as primeiras perguntas que surgem são para tentar entender o motivo da baixa representatividade feminina na política. Contudo, estas causas há muito já vêm sendo discutidas na literatura. Machismo, falta de apoio, de investimento nas candidaturas e interesse por parte das mulheres são temas muito presentes. Desta forma, o que se propõe nesta dissertação é olhar para este cenário de um ângulo diferente, mirando primeiramente as mulheres que tiveram um mandato na Câmara Municipal do Rio de Janeiro e, pelas palavras das coordenadoras dos núcleos de Mulheres dos partidos, analisar como se constroem as candidaturas femininas.

Com esta proposta, a intenção inicial deste trabalho era a de direcionar o olhar apenas para o Legislativo municipal do Rio de Janeiro, pelo motivo de proximidade com este ambiente. Durante quatro anos, como jornalista, fui assessora de imprensa de um vereador na Câmara Municipal do Rio de Janeiro, e a organização das sessões, o ambiente, os discursos e os posicionamentos de vereadores e vereadoras sempre me atraíram muito. Desde o princípio deste curso de Mestrado Profissional soube que iria me dedicar a estudar temas relacionados ao Palácio Pedro Ernesto, também chamado de forma pejorativa de Gaiola de Ouro.

Assim, com o objetivo de me aprofundar na representatividade feminina por meio da construção das candidaturas de mulheres, acabei avançando e me deparando com dados de níveis estaduais, nacionais e até mundiais que precisavam fazer parte deste estudo. Desta forma, o projeto que, em princípio, iria se ater à Câmara Municipal do Rio de Janeiro na legislatura de 2016 a 2020, acabou por trazer exemplos de outras esferas, sempre com a intenção de engrandecer o debate.

Esta dissertação tem início com uma breve passagem pela história do voto feminino no Brasil. Da legislação de 1932, que permitiu às mulheres que votassem e fossem votadas, apresento as ações que se iniciaram com o movimento feminista no país e as primeiras candidatas eleitas. Este capítulo tem o objetivo de apresentar o cenário em que foi forjada a ligação das mulheres com a política no país e as barreiras enfrentadas, características que ajudam a formar a narrativa da presença feminina na política.

Em seguida são apresentados os números referentes à eleição de mulheres para cargos eletivos, bem como os percentuais de candidatas e candidatos nas últimas eleições para a Câmara Municipal do Rio de Janeiro e para a Câmara de Deputados. Por meio de imagens e gráficos, os números mostram um pouco além do cenário nacional, destacando também a situação política de mulheres no mundo.

A seção seguinte foi dedicada aos sistemas eleitorais, sistemas partidários e a maneira como eles influenciam na eleição de mulheres. No Brasil adota-se, para a eleição de

deputados/as e senadores/as o sistema proporcional de lista aberta, em que as vagas são distribuídas com base no número de votos que o partido ou coligação recebe. Entretanto, por mais que não haja consenso, o sistema eleitoral de lista fechada vem sendo assumido como mais favorável à eleição de mulheres do que o sistema de lista aberta. Analisa-se também a questão do pluripartidarismo e sua influência para a chegada de mulheres aos cargos eletivos.

A legislação brasileira, que exige que 30% das vagas para candidatos/as de cada partido sejam destinadas às mulheres é assunto primordial para discussão nesta dissertação. A criação da medida de discriminação positiva, seus desdobramentos e o consequente surgimento das candidatas “laranja” são de extrema relevância, assim como a destinação de verbas dos Fundos Eleitoral e Partidário, que passaram por mudanças recentes.

O investimento nas campanhas é um dos fatores – como será possível avaliar a seguir – de grande importância para a eleição tanto de homens quanto de mulheres. O segundo capítulo desta dissertação, que se propõe a analisar a construção das candidaturas femininas, trata da relevância do dinheiro para a conquista das vagas, bem como o papel dos partidos e do meio político. Como as mulheres são normalmente vistas como *outsiders*, excluídas do campo político, discute-se ainda, nesta seção, os trajetos percorridos por elas até serem eleitas.

Após a construção das candidaturas é interessante olhar para aquelas que obtiveram sucesso, conquistando um cargo eletivo. Quem são essas mulheres? Quais os perfis e quais seus capitais políticos? São essas perguntas que busco responder na seção seguinte, em que são listadas todas as vereadoras que passaram pela Câmara Municipal do Rio de Janeiro nas últimas dez legislaturas, tendo sido realizada uma análise mais aprofundada das eleitas nos últimos cinco pleitos.

A dissertação faz, então, uma breve passagem sobre as novas tendências que surgem nas eleições de 2018, com movimentos de apoio ao voto feminino para, por fim, realizar a análise das entrevistas. Foram ouvidas oito representantes estaduais dos núcleos de Mulheres de partidos de relevância no cenário nacional.

A escolha das entrevistadas se deu primeiramente pela seleção dos partidos que possuíam vereadoras na Câmara Municipal do Rio de Janeiro na última legislatura, de 2016 a 2020, importância no cenário nacional e, obviamente, pela disponibilidade e aceite por parte das representantes em participar da pesquisa.

As entrevistas, adotando o método qualitativo, tiveram início em fevereiro de 2019 e fim em dezembro de 2019, e foram realizadas por meio de encontros presenciais ou por telefone, gravados, em que todas as entrevistadas responderam às mesmas perguntas. Foram ouvidas representantes do PT, MDB, PSDB, DEM, PSOL, PP, PV e PCdoB.

Pode parecer trivial, mas é importante dizer que as conversas com as secretárias dos partidos são, sem dúvida, o ponto alto deste trabalho. Por meio das informações passadas por elas, transparecem os conceitos, os preconceitos, os entendimentos e o dia a dia da formação das campanhas de mulheres. É possível também delinear as diferenças entre direita, centro e esquerda, que também se apresentam nas políticas partidárias voltadas às mulheres, encontrar os vieses feministas e machistas, perceber a presença da velha e da nova política e enxergar os lugares de fala. É, sem dúvida, o capítulo que apresenta, na prática, tudo o que foi dito por meio da literatura sobre o afastamento das mulheres dos ambientes de decisão, a importância do financiamento, o protagonismo dos partidos no momento das candidaturas e as novas perspectivas quanto ao gênero no ambiente político.

Por meio desta dissertação tive a oportunidade de acessar o tema da representatividade feminina em ângulos variados, tentando absorver ao máximo todas as nuances apresentadas tanto pela literatura, com estudos e reportagens de jornal, bem como no cotidiano dos partidos e de suas representantes. Que esta contribuição seja mais uma para que este tema de tamanha relevância para a sociedade esteja, cada vez mais, em discussão. Afinal, a equidade na política está diretamente relacionada à democracia e ao exercício da cidadania.

## 1 VOTO E GÊNERO NA HISTÓRIA DO BRASIL

“A história e tudo o que foi dito até aqui deixam evidente que o espaço que coube às mulheres, na maior parte do tempo, foi o doméstico. Ali confinadas, a sociedade as excluiu dos convívios e relações que fossem além das fronteiras da casa, ou seja, que estivessem relacionados com a cidade, com a pólis e, por conseguinte, com a política”. (MELO; THOMÉ, 2018, p. 127)

O que a história pode nos contar para justificar os espaços estreitos dedicados às mulheres no ambiente político? Para entender a representatividade feminina nas esferas de decisão é preciso retroceder e avaliar conceitos e processos herdados dos fatos históricos e sociais. Dessa forma, este capítulo inicial pretende evocar a história da participação feminina na política para recapitular a conquista do voto feminino e a evolução pela qual esse movimento, que busca equidade, vem passando ao longo dos últimos anos.

Não é possível questionar a baixa representatividade feminina na política, fazer críticas a partidos, políticas e políticos, se não olharmos para a forma como a participação das mulheres no sistema eleitoral foi constituída no país. Principalmente quando nos lembramos que o direito ao voto para as mulheres no Brasil só foi conquistado após intensa luta e não um direito concedido, como aos homens.

Por toda a trajetória histórica, que mostra o processo de conquista do direito ao voto feminino, perpassam questões que vão além simplesmente da cidadania. A todo momento, a busca pelo sufrágio feminino é cruzada por ações que envolvem principalmente o machismo, o feminismo e o sistema patriarcal; ao mesmo tempo que é influenciada pela situação econômica do país e até mesmo pelo sistema político vigente.

A literatura consultada sobre feminismo, gênero, política e sufrágio é extremamente consonante quando se trata da baixa participação de mulheres nos ambientes de decisão. Ausência, desinteresse e desigualdade são palavras que permeiam os capítulos sobre o tema. Para Melo e Thomé (2018), a questão histórica é muito importante para explicar este fator e “entender onde se encontram as brechas de gênero que mantêm as mulheres longe das esferas de poder é um passo fundamental para começar a mudança” (p. 9).

O primeiro país do mundo a aprovar o sufrágio feminino foi a Nova Zelândia, em 1893. Em 1918 foi a vez da Inglaterra, seguida pelos Estados Unidos da América, em 1923, Brasil, em 1932, França, em 1945 e México, em 1953. (MELO; THOMÉ, 2018, p. 51) Desde a Constituição de 1824, nosso país vivia um regime monárquico, em que apenas 10% da população eram aptas a votar. A legislação exigia: sexo masculino, mais de 25 anos e renda anual de 100 mil réis. Em 1881, com a Lei Saraiva, proíbe-se o voto do analfabeto e ficam



estabelecidas eleições diretas para senadores e deputados. Com a mudança, o eleitorado passa a corresponder a 1,5% da população. (MELO; THOMÉ, 2018, p. 61)

Em 1891 surgem as discussões iniciais pelo direito ao voto feminino, mas a primeira Constituição republicana era ambígua e as mulheres permaneceram excluídas. Na opinião de Álvares (2008), as regras inscritas nas leis eleitorais foram sendo elaboradas desde o Império para ordenar a eleição e o voto de cidadãos e cidadãs, mas em todos esses processos fica nítida a exclusão da cidadania política das mulheres. Na opinião de Melo e Thomé (2018), o veto a este direito desmobilizou as mulheres e a luta pelo direito ao voto somente ressurgiu em meados de 1910, com um partido fundado no Rio de Janeiro com o objetivo de representar e integrar mulheres na sociedade política. Nessa época,

Experimentava-se o crescimento da indústria e da urbanização, e algumas mudanças de costumes expressivas também eram sentidas, fruto da elevação da educação de homens e mulheres, da expansão da imprensa e dos cinemas. Essas mudanças geraram novas demandas sociais, sobretudo das mulheres. Nesse contexto, no ano de 1910, explodiu a ousadia feminina com o registro de uma sociedade civil exclusivamente de mulheres: o Partido Feminino Republicano. (MELO; MARQUES, 2000, p. 315)

Ao todo, 27 mulheres aceitaram assinar a ata de fundação, entre elas professoras, escritoras e donas de casa. A presidente eleita foi a educadora Leolinda de Figueiredo Daltro, conhecida por sua luta em defesa dos índios e dos direitos da mulher. Já a primeira secretária do partido também era bastante conhecida no ambiente intelectual: a poetisa Gilka Machado, que chocava a sociedade com sua poesia erótica e de denúncia da opressão feminina. Segundo Melo e Marques (2000, p. 315)

O grupo buscava representar as mulheres brasileiras na capital federal e em todos os estados do Brasil, promovendo a cooperação entre elas na defesa das causas relativas ao progresso do país e de sua cidadania. Assim, o programa do partido destacava a luta pelo sufrágio feminino como primeiro passo para a plena incorporação das mulheres ao mundo público.

Sete anos depois de sua criação, em 1917, o partido promoveu uma manifestação pelas ruas do Rio de Janeiro, com a participação de aproximadamente 90 mulheres, o que gerou grande destaque na imprensa. No ano seguinte, um outro movimento começa a chamar a atenção para a defesa dos direitos das mulheres na capital.

A Federação Brasileira pelo Progresso Feminino surge em 1918, com destaque na causa feminista até 1937. A grande fundadora foi Bertha Lutz, filha do cientista Adolfo Lutz, bióloga e ativista, que estudou na França e retornou ao Brasil naquele mesmo ano interessada na ampliação dos direitos civis e políticos da mulher. De acordo com Lôbo (2010, p. 26),

Desde a segunda metade do ano de 1918, o interesse pelo feminismo ocupa a correspondência de Bertha com os amigos europeus. Em setembro desse ano, ela pede a J. Pottner informações sobre a vida das ativistas feministas na Inglaterra. Escreve a uma amiga informando sobre as atividades que desenvolvia no Brasil. Escreve artigos, faz conferências, preocupa-se com questões sociais.

No artigo intitulado *Em que consiste o feminismo*, publicado no Rio Jornal em abril de 1919, Bertha Lutz explica o tema, aponta a importância da luta por direitos iguais entre homens e mulheres, e destaca a militância das sufragistas inglesas criticando a violência nas ações. Ela sempre foi confiante no triunfo do feminismo. Segundo Lutz (1919 apud LÔBO, 2010, p. 31).

[...] seu triunfo [falando do feminismo] não será devido às militantes que procuram alcançá-lo pela violência; será antes a recompensa das que se tornaram esforçadas pioneiras nas artes e nas ciências; das que se dedicam ao trabalho intelectual ou manual; das que para ele se preparam; das que pela educação que dão às suas filhas lhes sugerem as mais nobres aspirações, que pela reverência que inspiram aos seus filhos lhes ensinam a venerar a mulher, finalmente das que com seu amor esclarecido, abrem ao homem novos horizontes, cheios de harmonia e de luz [...] a luta das mulheres deve ser a de garantir direitos iguais, em primeiro lugar, à instrução e ao trabalho, para o qual deve dispor dos mesmos meios e pelo qual deve receber a mesma remuneração. Além desses direitos, tem a mulher outros, quais sejam: o de garantir e proteger seus interesses civis e o de dar sua opinião em questões públicas, de modo especial, nas que mais de perto possam atingir seu bem-estar e o das crianças.

Criadora da Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher, Bertha Lutz teve importante destaque nacional ao ter sido designada, em 1919, como representante do governo brasileiro no Conselho Feminino Internacional da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Com isso, conquista a aprovação dos princípios de salário igual para ambos os sexos e a inclusão da mulher no serviço de proteção aos/às trabalhadores/as.

A partir daí Bertha Lutz passa a participar de diversos congressos, eventos e conferências ao redor do mundo sobre feminismo e sufrágio feminino. Enquanto isso, na Câmara Federal, as discussões sobre a permissão do voto para as mulheres tornam-se mais intensas.

Em 1927, uma lei estadual acaba com a distinção do voto entre homens e mulheres no Rio Grande do Norte, permitindo, assim, o primeiro voto feminino do país, quando a professora Celina Guimarães Viana consegue o registro para votar. O estado foi precursor e elegeu, em 1928, Alzira Soriano como a primeira prefeita do Brasil. Segundo Melo e Marques (2018), essa lei estadual e, conseqüentemente, suas medidas foram logo invalidadas na capital federal pela Comissão de Poderes do Senado. Assim, Alzira Soriano não pôde tomar posse e o registro das mulheres foi cassado.

Ao longo dos anos, a educação e a profissionalização foram sendo utilizadas como armas principais na luta contra a discriminação contida nas leis, o que teria sido responsável por provocar uma revisão no Código Civil que, como ressalta Álvares (2008, p. 904),

as submetia às práticas de um discurso tradicional e subsidiava as normas vertidas nas leis eleitorais vigentes. Gradualmente, os obstáculos à sua participação política foram cassados por meio das denúncias e da intervenção dos movimentos feministas e de mulheres letradas, além de alguns parlamentares sensíveis à questão, que exigiram a reformulação das leis e a garantia constitucional dos direitos das mulheres.

Somente no dia 24 de fevereiro de 1932, o presidente Getúlio Vargas, por meio do decreto nº 21.076 do Código Eleitoral Provisório, assegurou, pela primeira vez, o voto feminino no país, assim como a candidatura de mulheres. Entretanto havia restrições e condições impostas. Só estavam autorizadas a votar as casadas – com a autorização dos maridos – e as viúvas e solteiras que tivessem renda própria. De acordo com Porto (2002 apud ÁLVARES, 2008, p. 902),

Na redação do anteprojeto desse Código, as eleitoras estão referidas de acordo com duas características: o estado civil e a dependência econômica relacionada ao estado civil, demonstrando a forte conexão com o casamento e com a ocupação exercida de forma livre, mas sob a autorização do marido para qualquer “profissão lícita”. Essa redação do anteprojeto não foi incorporada, mas o Código Eleitoral manteve as restrições, somente podendo votar as mulheres que exercessem profissões lucrativas.

A partir desse período, passa-se a observar a presença de eleitoras, candidatas e algumas raras eleitas, mas, como bem descreve Álvares (2008), as restrições legais ainda estavam presentes nas cláusulas eleitorais, aliando-se ao ranço secular da exclusão da cidadania política feminina. Para se ter ideia, o voto obrigatório só foi estendido às mulheres em 1946. Já os dispositivos de exclusão, que separavam as que não exerciam profissão lucrativa, somente deixaram de constar do Código Eleitoral em 1965. Assim, ao voltarmos às primeiras eleições com a participação feminina reforça-se o conceito de que a relação entre mulheres e política se cria em processos lentos e laboriosos, mais um fator que ajuda a compreender o enorme vácuo quando estendemos o olhar aos dias atuais.

Na primeira eleição, em 1934, porém, somente uma mulher foi escolhida pelo voto: Carlota Pereira de Queiroz, como deputada por São Paulo. Carlota, uma médica de 40 anos sem ligações com o movimento feminista, havia sido atuante na Revolução Constitucionalista (1932). À frente de 700 mulheres, foi quem coordenou o atendimento aos feridos nos combates em São Paulo contra as forças do governo central. Apesar de sua ação solitária no Congresso, defendeu políticas de combate ao analfabetismo e foi autora do primeiro projeto para a criação de serviços sociais. (MELO; THOMÉ, 2018, p. 134)

Nas eleições realizadas nos estados brasileiros nesse mesmo ano, uma pesquisa histórica de Marques (2016a) citada por Melo e Thomé (2018) informa que foram eleitas 11 deputadas estaduais e 11 vereadoras. Além de Carlota Queiroz, Bertha Lutz foi eleita suplente de um deputado federal, tomando posse em 28 de junho de 1936, após a morte do titular. Marques (2016a apud MELO, THOMÉ, 2018, p. 65) pondera que,

A deputada federal Carlota Queiroz deixou como sua marca na Câmara Federal o primeiro projeto nacional sobre a criação de serviços sociais no país. Bertha, por sua vez, pontuou seu mandato com a apresentação do projeto do Estatuto da Mulher, que propunha a reformulação da legislação brasileira quanto ao trabalho feminino e a criação do Departamento Nacional da Mulher, este um embrião da primeira política pública nacional para as mulheres.

Com forte atuação na área de educação, Bertha Lutz, que já era grande defensora da presença da mulher em todos os ambientes sociais, como nas ciências, nas universidades e na política, baseou sua atuação parlamentar nos campos em que sempre militou. Ela exerceu papel fundamental na discussão do projeto de lei que criou a Universidade do Brasil e apresentou à Comissão de Educação e Cultura uma emenda para incluir a criação de uma faculdade de ciências domésticas e sociais. “Um povo, diz Bertha, só é verdadeiramente culto quando a cultura se acha difundida em todas as camadas sociais, quando abrange as instituições, desde o lar até o governo, e todos os indivíduos, sem distinção de sexo e sem prerrogativas”. (LÔBO, 2010, p. 18)

Ainda segundo Lôbo (2010, p. 83),

A defensora dos direitos plenos da mulher promove uma reforma completa da legislação brasileira, colocando a mulher em condições de senhora de si mesma. Antes, porém, da aprovação do documento, dá-se o golpe de Estado de outubro de 1937 e o fechamento das duas Casas do Congresso Nacional. Sob a égide de Getúlio Vargas, instala-se o Estado Novo.

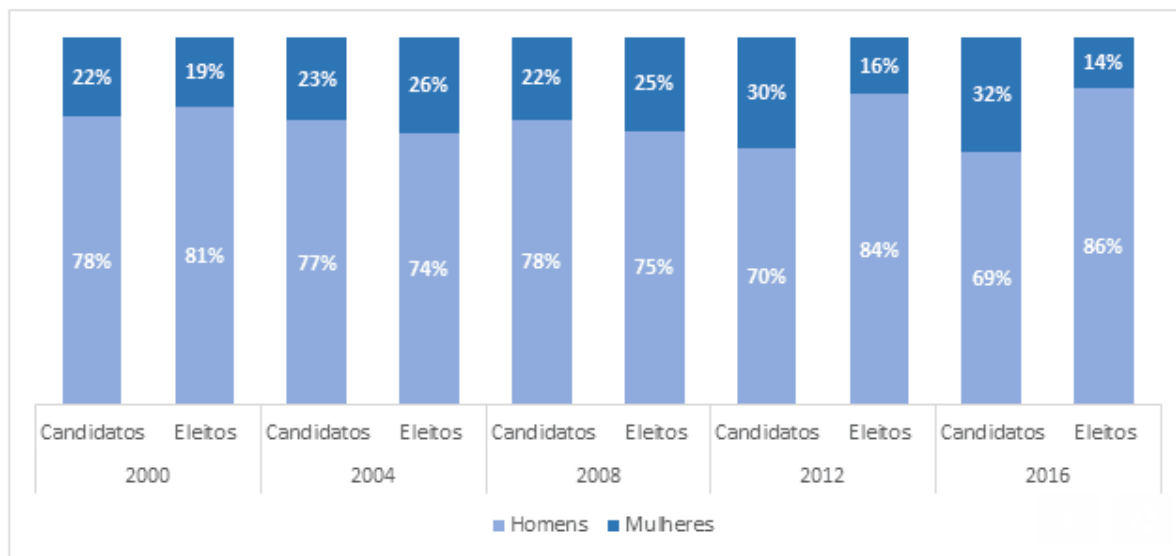
Com a redemocratização, em 1945, as mulheres voltam à cena política, mas o momento é de desmobilização. Tanto que nenhuma foi eleita deputada federal no pleito realizado naquele ano. De acordo Melo e Thomé (2018, p. 68), “obtida a cidadania, o movimento feminista não teve forças para superar a despolitização das massas femininas, ao lado do cerceamento das liberdades democráticas interrompidas pelo golpe de 1937”. Em 1950, apenas uma eleita: Ivete Vargas, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB/SP), sobrinha-neta de Getúlio Vargas e natural de São Borja. Em 1955, ela foi reeleita e a segunda deputada federal desta legislatura foi Nita Costa (PTB/BA). Em 1959, novamente apenas Ivete Vargas foi eleita e no pleito seguinte, de 1964, Ivete Vargas e Nely Novaes (PTB/BA) foram as eleitas. (PINTO, 2017)

Com o passar dos anos, a participação feminina tanto nas disputas eleitorais quanto nos ambientes políticos cresce de forma geral. Mas o amadurecimento da atuação das mulheres nas esferas de poder merece uma reflexão aprofundada sobre os fatores que levaram a esse crescimento, relacionando a representatividade do movimento feminista e a evolução da sociedade. Fato é que, somado a isso, um novo capítulo se descortina quando entram em cena mudanças como a implementação de cotas de gênero e Fundo Eleitoral.

### **1.1 O que mostram os números**

Dando continuidade à análise das informações históricas, esta seção tem o objetivo de observar a participação das mulheres na política por meio dos números. Dados da União Interparlamentar (IPU) – organização internacional que tem como objetivo mediar contatos multilaterais e que realiza estudos sobre temas variados – informam que nas eleições de 2014, de 193 países, o Brasil ocupou a 154ª posição quanto à participação feminina na política. Nas Américas, o país só ficou à frente do Haiti. No Senado Federal, naquele ano, figuravam 13 senadoras para 81 cadeiras; na Câmara de Deputados eram 51 deputadas em 513 posições. Apenas uma governadora foi eleita em 2014, Suely Campos, em Roraima, e a presidenta Dilma Rousseff foi reeleita. (MELO; THOMÉ, 2018).

De acordo com o site da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, nas 10 últimas legislaturas, que compreendem o período entre 1977 e 2020, 38 mulheres ocuparam o cargo de vereadora na cidade. Olhando para as cinco últimas eleições realizadas até o momento é possível afirmar que 25 mulheres foram eleitas, como veremos de forma detalhada no próximo capítulo. O gráfico abaixo mostra a desproporção tanto entre a quantidade de candidatos e candidatas quanto entre o número de eleitos e eleitas.



**Figura 1 – Sexo dos candidatos/as e eleitos/as para o cargo de vereador/a na cidade do Rio de Janeiro.**  
**Fonte: Vilarouca et alii (2019).**

No pleito de 2000, segundo o TSE (2020), quase mil pessoas se candidataram ao cargo de vereador/a na cidade do Rio de Janeiro, pouco mais de 200 mulheres. Dos 42 eleitos/as, oito do sexo feminino. Já em 2004 foram mais de 1.100 candidatos/as, sendo cerca de 250 mulheres. Das 50 vagas, oito conquistadas por mulheres. Em 2008, cerca de mil candidatos e menos de 300 candidatas. De 51 vagas, 13 eleitas. Em 2012, foram registrados/as pouco mais de 1.500 candidatos/as, sendo cerca de mil homens e quase 500 mulheres. De 52 eleitos/as, oito do sexo feminino. E, por fim, a última eleição até o momento, 2016, quando foram registradas mais de 1.600 candidaturas para as 51 vagas, mais de 1.100 homens e quase 520 mulheres. Entre os eleitos/as, sete vereadoras.

A partir desses dados é possível notar que nos três primeiros pleitos avaliados, surgem cerca de 50 novas candidatas a cada eleição. Em 2012, um salto: passam de aproximadamente 300 para quase 500. E no último pleito segue aumentando, não de forma tão significativa, mas em uma curva de ascensão. Infelizmente, tais números não se refletem na quantidade de eleitas, que acabou por diminuir nas últimas eleições.

Nas disputas eleitorais de 2018, como se sabe, estavam em aberto os cargos de deputado/a estadual e federal, senador/a, governador/a e presidente da República. Mas, apesar de esta dissertação ter um olhar voltado ao Legislativo municipal do Rio de Janeiro, é importante mencionar este pleito visto que, como detalho mais adiante, na seção 2.2, um movimento diferenciado colocou as candidaturas femininas em foco e no centro das discussões.

A representatividade feminina aumentou de 10% para 15% em 2019, com 77 deputadas federais ocupando as cadeiras da Câmara. Nas assembleias, as mulheres somaram 15% dos/as

eleitos/as; foram 165 deputadas estaduais, o que representa um crescimento de 35% em relação a 2014. Já no Senado, esse número diminuiu e passou de 13 para 12 senadoras em um quadro de 81 vagas. (TSE, 2019)

Dados referentes às eleições entre 1986 e 2014, em todo o país, mostram que, assim como nos pleitos para o Legislativo municipal no Rio de Janeiro, o número de candidaturas de mulheres também cresce ao longo dos anos nas disputas para as Assembleias Legislativas, Câmara de Deputados, Senado e governo dos estados. Em contrapartida, a quantidade de eleitas cai entre as governadoras, sobe entre as senadoras e cresce lentamente entre as deputadas federais e estaduais. Na figura abaixo é possível observar o número de candidatas e de eleitas entre 1986 e 2014.

<i>State Elections</i>	<i>Governor</i>		<i>Senator</i>		<i>Federal Deputy</i>		<i>State Deputy</i>	
	<i>Candidates</i>	<i>Elected</i>	<i>Candidates</i>	<i>Elected</i>	<i>Candidates</i>	<i>Elected</i>	<i>Candidates</i>	<i>Elected</i>
1986		0.0		0.0		5.3		3.3
1990		0.0		6.5		5.8		5.5
1994	9.7	3.7	7.3	7.4	6.2	6.2	7.2	7.8
1998	8.1	3.7	14.0	7.4	10.4	5.7	12.9	10.0
2002	9.9	7.4	11.9	14.8	11.4	8.2	14.7	12.7
2006	12.7	11.1	15.9	14.8	12.7	8.8	13.9	11.4
2010	11.0	7.4	13.3	14.8	19.1	8.8	20.9	13.0
2014	12.1	3.7	20.4	18.5	29.3	9.9	29.1	11.3

**Figura 2 – Presença de mulheres nas eleições entre 1986 e 2014.**

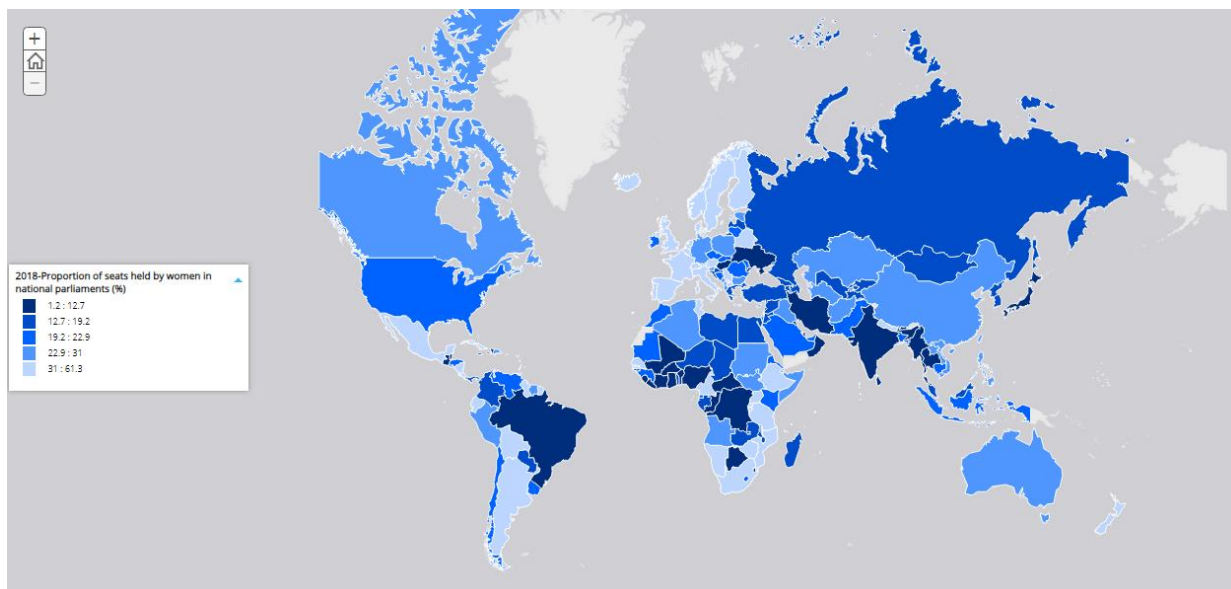
**Fonte:** Santos, Wylie (2019).

Em outros países, a situação também é desequilibrada. Apesar de representarem cerca de 50% da população mundial, as mulheres são minoria na maior parte dos parlamentos do mundo. Em alguns países da Europa e da América Latina, essa porcentagem está um pouco acima da média: de 20.9% até 40%. Mas ambos percentuais estão bastante distantes da realidade brasileira. (IPU, 2019)

Anualmente, o Banco Mundial apresenta a proporção de assentos ocupados por mulheres nos parlamentos nacionais ao redor do globo. Na América Latina, a Bolívia foi o único país a atingir uma média de mais de 50% de representantes do sexo feminino em 2018. E Ruanda figura com a maior representatividade de mulheres entre os parlamentos mundiais: 61,3%. Mas, no caso do país africano, tal conquista não se deve a ações positivas de paridade e sim pela situação social de violência. (THE WORLD BANK, 2019)

Verifica-se que um genocídio ocorreu na população ruandesa em 1994, que se tornou composta por 70% de adultos mulheres, as quais tiveram que assumir a liderança política do país. De outra forma, a Bolívia alcançou os números atuais através de discriminações positivas em seu sistema eleitoral, como a paridade e a alternância de gênero nas listas de candidaturas, motivadas

especialmente por movimentos de mulheres urbanas e indígenas. (LUCHTEMBERG, 2018, p. 8)



**Figura 3 – Assentos ocupados por mulheres nos parlamentos internacionais.**  
**Fonte: Banco Mundial (2018).**

## 1.2 Sistemas eleitorais, sistemas partidários e a elegibilidade de mulheres

Buscou-se, até agora, relembrar a luta pelo sufrágio feminino e, posteriormente, apresentar os números relativos às candidaturas e eleições de mulheres no mundo e no Brasil, especialmente no Legislativo municipal do Rio de Janeiro. A partir desta seção, a intenção é ampliar a perspectiva da análise, direcionando o olhar para o sistema eleitoral e para o sistema partidário brasileiro, visto que, como será possível avaliar, suas formas também são relevantes para influenciar a chegada das candidatas aos cargos eletivos.

No Brasil adota-se, para a eleição de deputados/as e vereadores/as, o sistema proporcional de lista aberta, em que as vagas são distribuídas com base no número de votos que o partido ou coligação recebe. Neste caso, o/a eleitor/a tem a possibilidade de votar em um/a candidato/a ou no próprio partido. Já nos sistemas proporcionais de lista fechada, a competição está centrada na disputa entre os partidos e o grande desafio está em ocupar um lugar no topo da lista de candidatura. Matland, Htun e Jones (2002; 2002 apud ARAÚJO, ALVES, 2007, p. 539) afirmam que sobre o tipo de lista, não há consenso, embora, nos últimos anos, o sistema eleitoral de lista fechada venha sendo assumido como mais favorável à eleição de mulheres do que o sistema de lista aberta.



No Brasil, a forma de representação proporcional foi adotada em 1932, com os eleitores podendo escolher candidatos/as de diferentes partidos e até mesmo nomes de candidatos/as não inscritos em nenhum partido. A recém-criada Justiça Eleitoral ficara a cargo de realizar o alistamento eleitoral em todas as instâncias, a apuração dos votos e o reconhecimento dos eleitos/as. Segundo Bercovici (2010, p. 59)

A principal promessa da Revolução de 1930 havia sido a de sanar os vícios na representação política. A disputa entre as oligarquias dissidentes e o tenentismo também se deu nesse campo. Para as oligarquias, os problemas de alistamento e fraudes eleitorais só seriam resolvidos por meio de procedimentos que restaurassem as instituições políticas liberais como saneadoras do sistema, como o sufrágio universal (com a constante exceção dos analfabetos), o voto secreto e a Justiça Eleitoral. Assim, a verdade das urnas seria efetivamente respeitada.

Nicolau (2006, p. 691) explica que o nome que encabeçava a lista era privilegiado, visto que o cálculo da distribuição das cadeiras entre os partidos só considerava esse voto. Já os outros nomes da lista disputavam as cadeiras que sobravam. Esse sistema foi usado em 1933 e 1934, mas a apuração era complexa, chegava a demorar semanas em alguns estados, o que gerou uma versão mais simples em 1935, quando o eleitor votava em um único nome.

Instaurado o Estado Novo, em 1937, o sistema eleitoral proporcional ficou suspenso, junto com as eleições. Em 1945, voltou à tona, no formato que logo se consolidaria e que ainda permanece até hoje. Rabat (2014, p. 31) esclarece que, nas eleições de dezembro daquele ano, o Decreto Lei nº 7.586, de 28 de maio de 1945, ainda editado por Vargas, dava mais centralidade aos partidos políticos, visto que apenas os próprios partidos e suas alianças poderiam apresentar candidatos nas eleições. De acordo com o autor (2014, p. 31)

A centralidade adquirida pelos partidos políticos constituiu um momento importante no processo de consolidação da representação proporcional. Ela se legitima, afinal, por assegurar a proporcionalidade entre os votos obtidos por partidos e coligações de partidos e os lugares que eles ocupam nas casas legislativas. No entanto, ainda não foi em 1945 que o princípio proporcional se aplicou integralmente. Ele ficou em falta exatamente no mesmo ponto em que claudicava na legislação de 1932, o da distribuição dos lugares não preenchidos com a aplicação dos quocientes partidários (ou distribuição das sobras ou restos). É certo que, em 1945, se deu maior peso aos partidos, pois a regra mandou que o mais votado deles ficasse com a totalidade dos lugares sobrantes após a aplicação dos quocientes partidários, enquanto pela regra de 1932 os lugares sobrantes seriam distribuídos em função das votações individualmente obtidas pelos candidatos. Mesmo assim, contudo, não havia qualquer preocupação com a proporcionalidade.

Em 1950, o Código Eleitoral preenche essa lacuna e estabelece um critério proporcional também para a distribuição das sobras. Ficou definido, então, que os partidos disputariam cada

lugar que sobrasse mostrando quantos votos teriam, em média, por cadeira ocupada, caso viessem a ocupar mais uma, além daquelas que já possuíam. Os que apresentassem a maior média de votos, ganhava a vaga. Para Rabat (2014, p. 32), isso fez com que o sistema se tornasse quase totalmente proporcional, subsistindo, como um resquício de desproporcionalidade, a regra, até hoje vigente, de que os partidos ou coligações que não alcancem o quociente eleitoral não participam nem mesmo da distribuição das vagas restantes. Para o autor, isso significa que a legislação consolidada em 1950 é praticamente a mesma até hoje, porém é, atualmente, aplicada de outra maneira.

Na opinião de Araújo (2005), o sistema proporcional é mais favorável ao acesso de mulheres, seguido do sistema distrital misto e do sistema majoritário. Outras vantagens deste sistema são o “efeito contágio”, que consiste na adoção de medidas por diversos partidos quando uma experiência se torna bem-sucedida por conta de seu apelo eleitoral; e uma maior aceitação das estratégias de ação afirmativa, como as cotas de gênero, por exemplo. Para Araújo (2005, p. 195) “a não-inclusão de pessoas oriundas de grupos sociais considerados relevantes socialmente e com apelo eleitoral, como são as mulheres atualmente, poderia ser vista como discriminatória”.

No caso dos sistemas majoritários, os partidos definem um/a único/a candidato/a por distrito o que significa, no caso das mulheres, uma competição muito mais acirrada visto que a disputa principal se dá internamente e muitas vezes nem chega às urnas. Com a grande maioria dos partidos atada a costumes e conceitos enraizados, uma mudança nesta ordem natural de escolha de candidatos/as se torna impensável, e o compromisso com a indicação de mulheres inviável. Os responsáveis tendem a eleger aqueles/as com mais chances de conquistar uma vaga, evitando correr riscos eleitorais desnecessários.

E quanto aos sistemas mistos, avalia-se que, internamente, mais mulheres têm sido eleitas proporcionalmente por meio das listas partidárias do que por intermédio dos distritos majoritários ou uninominais. (Araújo, 2005) De acordo com cálculos apresentados por Norris (2003, p. 1 apud ARAÚJO, 2005, p. 196-197)

O percentual médio de mulheres parlamentares nos sistemas majoritários ficava em 8,5%, nos sistemas mistos em 11,3% e, nos proporcionais, em 15,4%, indicando que as mulheres têm duas vezes mais chances de serem eleitas nos sistemas proporcionais do que nos majoritários. Poucos são os sistemas mistos que adotam cotas, mas estudos que começam a ser feitos sobre a relação entre efeito de cotas e sistemas eleitorais têm mostrado que entre os que adotam as cotas para ambos os tipos de eleição – proporcional e majoritária – os resultados tendem a ser mais efetivos na parte proporcional do processo. Contudo, importa considerar que, além de outros fatores influenciarem as chances de eleição, no interior do sistema proporcional há também distinções no sistema eleitoral, tais como a magnitude dos distritos, o

cálculo da distribuição das cadeiras e o tipo de lista eleitoral. Há autores que distinguem ainda o sistema eleitoral do que é definido como as “normas de distribuição da proporcionalidade”

Em sua forma institucionalizada, a política é organizada e legitimada por meio dos partidos e a quantidade e variedade de legendas no Brasil, além de significativa, representa relevância nas análises sobre a equidade de gênero. Nas eleições de 2018 foram registrados no país 33 partidos políticos e outros 73 em processo de formação (TSE, 2019). Esse nível de fragmentação partidária poderia ser um ponto positivo para as mulheres. Araújo (2005, p. 197) afirma que “os sistemas pluripartidários tendem a apresentar proporção mais elevada de eleitas”. Nos sistemas com apenas partidos grandes e poucos haveria ainda menos oportunidades para as mulheres.

Entretanto, no caso brasileiro, o multipartidarismo acaba por não contribuir para a valorização das candidaturas femininas. De acordo com Melo e Thomé (2018), os partidos elegem pouco, ou seja, apesar de terem mais opções para se candidatar, as mulheres acabam conseguindo espaço em legendas pouco significativas e de pouca competitividade.

Se observarmos o cenário das candidaturas, notamos que os partidos denominados de “nanicos” tendem a apresentar elevado percentual de candidatas quando comparados aos partidos maiores. Contudo, a elegibilidade das mulheres é muito pequena, não obstante elas somarem votos para que alguns candidatos possam eleger-se. Nas eleições de 2002, apenas duas, das 42 parlamentares federais, foram eleitas por partidos muito pequenos. (ARAÚJO, 2005, p. 198)

Como visto nesta seção, o sistema proporcional é mais favorável às candidaturas de mulheres do que o majoritário e misto. Quanto à lista, apesar de não haver um consenso entre os autores pesquisados, a fechada tem sido assumida como a mais vantajosa para a eleição de mulheres. E foi apresentado ainda que o multipartidarismo aumenta as oportunidades de eleição de candidatas do sexo feminino. Diante disso, os sistemas eleitorais e partidários constituem mais um ponto na construção das candidaturas femininas a ser considerado. E é somente pela observação desses fatores que se pode avaliar as políticas construtivas mais viáveis para uma mudança neste cenário.

### **1.3 A legislação brasileira: as cotas**

Pretende-se, nesta seção, tratar das cotas de gênero e a forma como elas influenciam na eleição de representantes do sexo feminino. No dia 29 de setembro de 1995, a Lei nº 9.100 (BRASIL, 1995) que regulamentava as eleições municipais de 1996, determinou, no Art. 11,

§3º, que no mínimo 20% das vagas de cada partido ou coligação para o cargo de vereador/a deveriam ser preenchidas por candidaturas de mulheres. A lei foi assinada pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso e ficou marcada como o primeiro mecanismo legislativo no país a propor uma ação afirmativa em prol da eleição de mulheres. A iniciativa surgiu após a assinatura de um compromisso de promoção da igualdade de gênero, firmado na Conferência de Pequim, naquele mesmo ano.

Dois anos depois, a Lei eleitoral nº 9504 (TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, 1997), em vigor até hoje, indicou a reserva de 30% das candidaturas para cada sexo em eleições proporcionais – com um percentual transitório de 25%, válido apenas para as eleições de 1998 – e expandida para todas as outras posições legislativas, incluindo assembleias estaduais e Câmara Federal. Entretanto, apesar de obrigar os partidos a reservar as vagas, o preenchimento era facultativo, o que foi modificado em 2009, quando a nova legislação trocou o termo reservar por preencher, tornando obrigatório o cumprimento da cota. Partidos que não respeitam a norma podem ter toda a chapa indeferida.

De acordo com Sacchet (2012, p. 426),

A institucionalização das cotas serviu para incrementar a representação das mulheres em alguns países, como, por exemplo, nos escandinavos e na América Latina – particularmente na Argentina e na Costa Rica –, influenciando mudanças positivas para as mulheres em outras áreas.

Atualmente, cerca de 100 países contam com políticas de cotas com o objetivo de facilitar a entrada de mulheres na política. (KROOK, 2008 apud MELO, THOMÉ, 2018, p. 143) É o principal mecanismo usado para se buscar a ampliação da representatividade feminina nos ambientes de decisão. Bjarnegard e Kenny (2016, p. 4) apontam que regras como as cotas influenciam os sistemas eleitorais, impactando diretamente os partidos, fazendo com que os mesmos discutam a questão de gênero e abram seus procedimentos de seleção de candidatos de forma a identificar não apenas postulantes em geral, que normalmente são homens, mas também candidatas femininas que tenham a chance de serem eleitas. As cotas, neste caso, colocam holofote na equidade entre homens e mulheres na política, fazendo que o tema seja de obrigatória discussão dentro dos partidos.

Entretanto, mesmo trazendo vantagens na busca do equilíbrio entre os gêneros na política, no Brasil, a implementação das cotas não tem sido, de fato, efetiva e não tem conseguido aumentar a presença de mulheres em cargos eletivos. Sugere-se que a baixa efetividade da lei de cotas eleitorais de gênero se dá por diversos motivos.

Pesquisa realizada pela faculdade de Direito da Fundação Getúlio Vargas em São Paulo (apud ARAÚJO e ALVES, 2007; KROOK e CHILDS, 2010; JONES, 2004; DAHLERUP,

2006) destaca quatro razões que seriam capazes de explicar a baixa efetividade da legislação de cotas no Brasil: (2019, p. 12)

(i) o sistema eleitoral (sistema proporcional de lista aberta); (ii) o processo de recrutamento dos candidatos e candidatas pelos partidos políticos; (iii) os escassos recursos financeiros destinados às campanhas de candidatas; e (iv) a ausência de sanções em caso de descumprimento da legislação de cotas.

Somado a estes pontos, é primordial destacar que a existência das cotas de gênero não é unanimidade entre algumas secretárias de mulheres dos partidos e até mesmo entre parlamentares eleitas. Em reportagem publicada no Estado de S.Paulo, Onofre e Turtelli (2019) mostram que no ambiente político cresce o número de pessoas, inclusive mulheres, favoráveis ao fim das cotas de gênero ou, ao menos, a não punição dos partidos que não cumprirem a cota de 30%.

Já a reportagem publicada pela revista Época em junho de 2019 se aprofundou no tema ao perguntar a todas as deputadas federais as opiniões sobre assuntos variados relacionados às mulheres. Das 77 eleitas em 2018, 51 responderam os questionamentos da reportagem e as opiniões sobre as cotas de gênero foram surpreendentes: a maioria das entrevistadas, sobretudo aquelas mais ligadas à centro-direita, se colocou contrária à reserva de 30% para as candidaturas femininas. (PORTINARI, GULLINO, 2019)

Como veremos mais adiante, no capítulo 3 desta dissertação, que analisa as entrevistas com as representantes dos setoriais de Mulheres dos partidos, algumas entrevistadas são da opinião de que as cotas de gênero não deveriam existir ou que elas devem ser extintas com o tempo, acreditando que, no futuro, as candidatas disputarão espaço nos partidos com equilíbrio e não mais por imposição. Bjarnegard e Kenny (2016, p. 15) têm uma definição que pode ser usada para traduzir esses pensamentos.

Como vários membros do círculo eleitoral explicaram, o "problema" com mecanismos de cotas aplicados centralmente não era especificamente sobre mulheres candidatas; pelo contrário, o problema era a imposição central de "outsiders". A ligação repetida das cotas de gênero com a "intervenção central imposta" posicionou as candidatas como *outsiders* constantes ao processo, marcando as mulheres como "Outras".<sup>1</sup>

Ainda assim, a criação das cotas é considerada positiva por diversos partidos, como é possível constatar também nas entrevistas realizadas, bem como por muitas instituições,

---

<sup>1</sup> Tradução livre. As several constituency members explained, the 'problem' with centrally enforced quota mechanisms was not about women candidates specifically; rather, the problem was the central imposition of 'outsiders'. The repeated linking of gender quotas with 'imposed central intervention' positioned female candidates as perpetual outsiders to the process, marking women as 'Other'.

organizações e movimentos sociais por ser um propulsor de mudanças. Para Sacchet (2009), uma maior presença feminina tem forte apelo cultural, porque serve como exemplo para que outras mulheres sigam a carreira política. Esta seria também uma importância simbólica das cotas. Especialmente na sociedade brasileira, que é pautada por relações de gênero desiguais, a baixa representatividade faz com que as mulheres se considerem menos aptas.

É indiscutível que existe uma tentativa de correção, pelas cotas, de uma discriminação estrutural. É o esforço de assegurar que opiniões e visões diferentes sejam ouvidas e garantir que grupos sociais distintos participem das esferas de poder. Contudo, o consenso a que se chega é o de que as cotas não têm esse papel decisivo, por serem residuais no recrutamento eletivo. Ou seja, são importantes para promover o crescimento do número de candidaturas e acabam sendo um meio de equiparar o acesso de grupos oprimidos à política, mas não geram o aumento de eleitas. Trata-se de uma política afirmativa conquistada, mas de implementação ainda incompleta. (SANCHEZ, 2014)

Araújo (2016, p. 42) sintetiza

As cotas em seu objetivo primeiro e direto: um mínimo de 30% de candidaturas – só foram efetivamente atingidas em 2012 para eleições municipais e em 2014 para eleições estaduais e federais. Cumprido esse patamar mínimo, as cotas não lograram atingir aquele que seria seu objetivo indireto, porém considerado mais relevante e pensado como causal: possibilitar a eleição de número maior de mulheres. Ao contrário, o aumento considerável de candidaturas em 2012 e em 2014 manteve a eleição estagnada, e revelou que, proporcionalmente, a taxa de sucesso das mulheres decresceu.

Segundo Araújo e Alves (2007), um estudo de Htun e Jones se tornou a referência mais constante para pesquisas posteriores ao indicar fatores que seriam relevantes para a efetividade das cotas. Os autores listam sanções obrigatórias e/ou punitivas em relação ao seu cumprimento, a presença de movimentos de mulheres organizados e fortes e, no âmbito do sistema eleitoral, a existência de lista fechada. Norris e Inglehart, e Mateo-Diaz (2003; 2002 apud ARAÚJO e ALVES, 2007) também citam outros fatores, como a cultura política e características socioeconômicas, como tão relevantes quanto certas características dos sistemas eleitorais.

De acordo com levantamentos realizados pela Folha de S. Paulo (2016) e pelo relatório da FGV Direito SP (2019), a partir de dados da Justiça Eleitoral e do TSE, em 2016, mais de 16 mil candidatos/as tiveram votação zerada, sendo que 85,9% destes eram mulheres, o que mostra que muitas candidaturas femininas foram alocadas simplesmente para satisfazer a lei eleitoral. A reportagem destaca ainda que cerca de 11% das mais de 25 mil coligações partidárias inscritas nas eleições para vereador/a em todo o país chegaram às urnas naquele ano sem cumprir a regra eleitoral. Das 25.412 coligações com candidatos/as deferidos/as ou

pendentes de julgamento, 2.751 não chegavam aos 30% de mulheres. Nas eleições de 2018, nas candidaturas registradas para deputado/a federal, mais de 30% eram de mulheres. Entretanto, alguns partidos e coligações não conseguiram cumprir a lei, afetando negativamente a inserção de representantes do sexo feminino nas disputas eleitorais. (BABIERI, RAMOS, 2019, p.21)

Conclui-se, a partir desta seção, que a exigência das cotas criou um ambiente na política nacional em que os partidos foram obrigados a estabelecer novos mecanismos para o recrutamento de mulheres. O diálogo sobre a equidade de gênero precisou ser aberto, mas, apesar disso, as cotas não resultaram na eleição de mais representantes do sexo feminino. O que se entende a partir disso é que as cotas são ainda uma política incompleta, que funciona mais por seu papel meio do que por seu papel fim.

#### **1.4 Os fundos: eleitoral e partidário**

Outro fator que influencia diretamente o acesso de mulheres aos ambientes de poder na política é o aspecto financeiro, como veremos de forma mais detalhada adiante. Nesta seção, a intenção é apresentar como a legislação brasileira direciona as verbas que são destinadas às candidaturas femininas.

Ainda que uma maior presença de mulheres na política seja fundamental para a construção de novos valores na perspectiva de gênero, visando à equidade na sociedade e na política, o impacto simbólico das cotas não é maior que o do financiamento. A verba destinada às candidaturas acaba sendo mais eficaz na promoção de oportunidades para as mulheres do que a própria reserva de vagas pelos partidos.

Nas eleições de 2016, a regra ainda não estava vigente, mas em maio de 2018, o TSE determinou que os partidos políticos deveriam, já para as eleições daquele ano, reservar pelo menos 30% dos recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha, chamado de Fundo Eleitoral, para financiar as campanhas de candidatas mulheres. Na ocasião, os ministros também entenderam que o mesmo percentual deveria ser considerado em relação ao tempo destinado à propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão. A decisão do TSE acompanhou o que havia sido estabelecido pelo Supremo Tribunal Federal (STF), quando ficou determinada a transferência de pelo menos 30% dos recursos do Fundo Partidário às campanhas de candidatas mulheres.

Barbieri e Ramos (2019, p. 09) detalham

Em 15 de março de 2018, ao ser provocado pela Procuradoria Geral da República (PGR) na ADI n. 5617, o Supremo Tribunal Federal (STF) determinou a inconstitucionalidade do artigo 9º da Lei n. 13.165/2015, que

estabelecia um percentual mínimo de 5% e máximo de 15% da utilização do Fundo Partidário (FP) para as campanhas de mulheres. O STF entendeu que o piso deveria ser de 30%, acompanhando o percentual mínimo de candidaturas reservadas para cada sexo nas listas dos partidos ou coligações para cargos de representação proporcional, segundo o artigo 10 da Lei n. 9.504/1997 (lei de cotas), e o teto foi abolido, devendo o percentual do financiamento acompanhar o das candidaturas proporcionalmente. É importante destacar também que o STF determinou que, em dissonância com a lei que estabelece cotas eleitorais de gênero, os valores relativos ao financiamento poderiam ser destinados tanto a candidaturas às eleições proporcionais quanto majoritárias.

Em contrapartida, as mudanças na legislação não esclareciam a forma como os recursos deveriam ser contabilizados pelos partidos e se esta destinação incluiria também, além das candidaturas majoritárias, vices e suplentes. Ao apresentar novas regras para agregar mais mulheres à política, a justiça brasileira se deparou com o ineditismo dos fatos, tornando as leis eleitorais propensas a questionamentos quanto à sua aplicação.

Em 2018 foi possível observar, por exemplo, que das 13 chapas que concorreram à presidência da República nas eleições daquele ano, em duas, as candidatas eram mulheres: Marina Silva (Rede) e Vera Lúcia (PSTU). Das outras 11, cinco tinham representantes do sexo feminino como vices, o que pode ser explicado devido a uma maior participação de mulheres nos processos eleitorais ou, mais provavelmente, por conta das brechas na legislação. Pesquisa realizada por Barbieri e Ramos (2019, p.66) indica que, apesar de haver um direcionamento mínimo de recursos para as candidaturas femininas, sua ambiguidade permitiu que muitos partidos se esquivassem dessa obrigatoriedade ao incluir na conta a candidaturas de mulheres em cargos majoritários, como vices ou suplentes.

Porém, ainda que os recursos sejam apontados como os grandes impulsionadores das candidaturas, tanto de homens quanto de mulheres, a legislação que destina as verbas para as candidaturas femininas, bem como as cotas, não vem sendo suficiente para ampliar a igualdade de gênero nos ambientes políticos. Muitos partidos acabam se utilizando de outros subterfúgios para burlar as regras, como as candidaturas de “laranjas”. Nas eleições de 2018, por exemplo, 24 candidatos/as não registraram um único voto, sendo 21 deles/as mulheres. Segundo Pinheiro (2018), algumas candidatas nem sabiam que estavam concorrendo a algum cargo. Para Wylie, Santos e Marcelino (2019), reformas para a redistribuição de poder enfrentam primeiramente resistências e depois tentativas de insubordinação.

Mais uma vez foi possível avaliar, a partir dessa seção, a baixa efetividade de uma política que tem o objetivo de promover a chegada de mais mulheres aos cargos eletivos. De todo modo, não convém aqui criticar a legislação que estabeleceu as mudanças nos fundos Partidário e Eleitoral. Pelo contrário. Conforme apresentado, em 2018, a determinação de se reservar 30% de ambos os fundos para o financiamento das candidaturas femininas, além do



tempo de rádio e tv, também gerou mudanças nos partidos e, novamente, a abertura da discussão sobre a equidade de gênero.

## 2. A CONSTRUÇÃO DAS CANDIDATURAS FEMININAS

O capítulo e as seções anteriores apresentaram o longo trajeto das mulheres até o direito ao voto; o sistema eleitoral e o sistema partidário brasileiro e a forma como eles interferem nas candidaturas de mulheres; a lei de cotas e as dificuldades no seu cumprimento e a distribuição de recursos por meio dos fundos Eleitoral e Partidário. Finalizada esta primeira etapa, o que se pretende a seguir é tratar da construção da viabilidade das candidaturas femininas, algo que não depende apenas das regras vistas anteriormente. Para isso, o que se propõe agora é olhar a edificação destas candidaturas sob os argumentos sociológico e institucional.

Desta forma, me utilizo dos argumentos de Pierre Bourdieu apresentados em *A Dominação Masculina* e em *O Campo político* para abordar o conceito de afastamento das mulheres da política e da forma como os ambientes políticos são fechados à presença de outros atores, neste caso as mulheres. E do ponto de vista institucional, a intenção é apresentar os partidos como atores responsáveis pela entrada ou não de mulheres no ambiente político, atuando como *gatekeepers*. O objetivo de unir estes dois argumentos e interconectá-los se justifica por meio do processo de recrutamento, que é onde não há regras escritas. Assim, surge espaço para relacionar as concepções de campo, de mundo e de capital político aos incentivos institucionais criados por códigos formais ou informais dentro dos partidos e das militâncias.

Pode-se dizer que o machismo, a pobreza e a segregação social são grandes obstáculos à cidadania feminina. Atualmente, discute-se o empoderamento com maior regularidade e profundidade, mas a conquista de um ambiente com direitos mais igualitários entre homens e mulheres, especialmente nos cargos eletivos, ainda tem muito a avançar. Ao conquistarem mais legitimidade, os movimentos feministas, além de ganharem mais voz, promoveram uma maior abertura do diálogo sobre as candidaturas femininas. Surgiram mais pesquisas sobre o tema e, a partir daí, novas estratégias para mudar o quadro convencional. Pierre Bourdieu (2003) destaca a contribuição considerável do feminismo para a ampliação do interesse das mulheres pelas esferas de poder, ao promover uma discussão pragmática sobre preocupações que são normalmente ignoradas pela tradição política. Assim, a conquista de um mandato eletivo pelas mulheres precisa ser observada de modo a identificar os cenários que as afastam e as aproximam dos centros de decisão. Para Araújo (2005. p. 193),

Em outros termos, para compreendermos o que ocorre com a participação das mulheres nos partidos e nas rotas de ingresso aos cargos eletivos de representação política, faz-se necessário considerar, simultaneamente, sua dimensão histórica, ou seja, a exclusão das mulheres no advento da condição de cidadãs e da ordem política moderna; As manifestações culturais – atitudes e práticas preconceituosas ou explicitamente discriminatórias que envolvem

as relações de gênero em geral e que se reproduzem, também, no interior dos partidos políticos.

São várias as possibilidades utilizadas para justificar o enorme distanciamento existente entre as mulheres e as esferas políticas. Não é equívoco dizer que o envolvimento nas tarefas domésticas faz com que elas tenham menos tempo e energia para se dedicarem a outras funções. Também é senso comum que a política, em si, é um ambiente tradicionalmente masculino, com negociações e bravatas debatidas entre whisky e charutos.

Como bem define Bourdieu (2011), a política é uma parte pequena, praticamente autônoma, dentro de um mundo social, que agrega uma série de propriedades, relações, processos e fenômenos funcionando de forma particular. E, para fazer parte desse ambiente peculiar é preciso se converter, atuar de acordo com as regras pré-estabelecidas neste meio. Assim, fato é que as formas de acesso ao microcosmo político são desiguais. Bourdieu (2011. p. 196) afirma

Sabe-se que essas propensões, essas aptidões, essas capacidades são muito desigualmente distribuídas, não por natureza (não há pessoas que estariam dispostas a fazer uso dos poderes políticos ou dos direitos de cidadania, e outras que, por natureza, seriam desprovidas de semelhante disposição), mas porque existem condições sociais de acesso à política. Sabe-se, por exemplo, que no estado atual da divisão do trabalho entre os sexos as mulheres têm uma propensão muito menor do que os homens a responder às questões políticas.

Longe do poder, as mulheres dedicam pouca atenção à política e o interesse pelo tema é, normalmente, sazonal, aumentando nos períodos eleitorais e diminuindo nos outros anos. E ao se depararem com o ambiente hostil, somado às poucas representantes do sexo feminino nas esferas mais altas para promover uma identificação, as mulheres acabam por atuar fortemente nos movimentos sociais e nas lideranças comunitárias, mas não conseguem se enxergar ocupando espaços político-decisórios. De acordo com Melo e Thomé (2018.p. 176)

O fato de as mulheres irem encontrando barreiras no caminho que as mantêm alijadas da esfera de poder, em muito dificulta que elas sejam bem-sucedidas nos cargos eletivos. A perpetuação dos homens como dominantes no acesso a essas vagas não se trata necessariamente de uma ação deste ou daquele político, mas de uma estrutura de dominação estabelecida na sociedade e que conta com o endosso e retroalimentação de todos os partícipes. Logo, parece natural – quando apenas seria resultante do processo histórico – que os homens dominem as estruturas de poder.

Outro fator que afasta as mulheres dos cargos eletivos – agora sob o aspecto institucional – é o recrutamento de candidatos/as. E neste ponto é necessário destacar a atuação dos partidos, que possuem um papel fundamental na organização das demandas institucionais para o ingresso do cidadão e da cidadã (como eleitor/a e como aspirante ao cargo eletivo) na vida política de

um país. (ÁLVARES, 2008, p. 896) Gallagher & Marsh (1988: 2 apud ÁLVARES, 2008, p. 7) explicam esta função partidária.

A seleção de candidatos foi identificada como importante por duas razões: é uma etapa fundamental no processo de recrutamento político e é uma arena importante de conflito intrapartidário. No que diz respeito à primeira, o acesso a qualquer elite política é controlado por uma série de 'porteiros' ou '*gatekeepers*', e o portão mais estreito de todos é o guardado pelos candidatos à seleção. Como aponta Pesonen (1968: 348), "o estágio de nomeação elimina 99,96% de todas as pessoas elegíveis. Os eleitores escolhem apenas 0,04%". Por esse motivo, a maioria dos estudiosos sobre elites ou recrutamento enfatizam o papel vital da seleção de candidatos. Czudnowski (1975: 219) descreve-o como "talvez o estágio mais crucial do processo de recrutamento".<sup>2</sup>

Álvares (2008, p. 8) vai além, afirmando que a seleção dos/as candidatos/as é o principal o estágio do processo de recrutamento político e campo importante do conflito intrapartidário, sendo responsável pelo estrito controle, através de "porteiros", do acesso da elite política. São estes "porteiros" ou "*gatekeepers*" os responsáveis por decidir quem terá a chance ou não de disputar uma vaga, o que faz com que a seleção tenha início bem antes da escolha feita pelo/a eleitor/a por meio do voto. Tal cargo pode ser facilmente atribuído às executivas nacionais ou às diretorias dos partidos.

Em análises do impacto do recrutamento para o Legislativo nos sistemas políticos europeus, avaliando os fatores concernentes à sub-representação de mulheres, Pippa Norris (apud Álvares, 2008, p. 5-6) também usa o termo "*gatekeeper party*" para definir os partidos políticos. São os "porteiros" ou responsáveis por deixar novos membros entrarem. Bjarnergard e Kenny (2016) destacam ainda que, por serem os controladores da entrada de novos concorrentes, os partidos têm responsabilidade fundamental em uma maior participação de mulheres em processos eletivos e, consequentemente, nos cargos de poder.

Os partidos favorecem o perfil do "candidato ideal", que, normalmente, é um homem. (CHAPMAN 1993; LOVENDUSKI e NORRIS 1989 apud BJARNERGARD e KENNY, 2016 p. 3) Além disso, monopolizam a seleção de candidatos/as na maioria dos países. Na opinião de Bjarnergard e Kenny (2014, p. 2), são as principais vias para um maior acesso de mulheres aos parlamentos e governos.

---

<sup>2</sup> Tradução livre. Candidate selection has been identified as important for two reasons: it is a key stage in the political recruitment process, and it is an important arena of intraparty conflict. With regard to the first of these, access to any political elite is controlled by a series of 'gatekeepers', and the narrowest gate of all is that guarded by the candidate selectors. As Pesonen (1968: 348) points out, 'the nomination stage eliminates 99.96 percent of all the eligible people. The voters choose from only 0.04 percent.' For this reason most writers on elites or recruitment stress the vital role of candidate selection. Czudnowski (1975: 219) describes it as 'perhaps the most crucial stage in the recruitment process'.

Os partidos políticos não apenas controlam quais candidatos são recrutados e selecionados para cargos políticos, mas também são os atores centrais envolvidos na adoção de reformas de seleção de candidatos, como cotas de gênero, e fornecem a principal via pela qual essas medidas são implementadas. Assim, para explicar o status de minoria crônica das mulheres na política, bem como a persistência do domínio masculino, precisamos entender como os partidos incentivam ou inibem o acesso de mulheres e homens aos cargos políticos.<sup>3</sup>

Bjarnergard e Kenny (2014, p. 1) destacam ainda que o trabalho de gênero e recrutamento político deve estar focado na dinâmica interna do partido, local onde as políticas de gênero de distribuição se desenrolam e lutas cruciais de gênero acontecem. Para as autoras, essas dinâmicas internas, ou atividades partidárias, podem ser classificadas como práticas formais e informais, que seriam as regras internas de cada partido. As formais seriam os regulamentos e as informais, o hábito. Desta maneira, as práticas de gestão informais de cada partido, acabam por reproduzir o *status quo*, priorizando a dominação política masculina e a sub-representação feminina, considerando as mulheres *outsiders*.

É interessante aplicar essas definições tanto de partidos como *gatekeepers* às conversas realizadas com as representantes partidárias para esta dissertação. Como parte atuante – e militante, as secretárias de Mulheres fazem questão de apresentar as ações realizadas pelos partidos para a atração de novas candidatas. Existe um grande interesse por parte das entrevistadas em mostrar o quão dedicados os partidos vêm sendo no envolvimento de mais representantes do sexo feminino na política. Seria esta uma maneira de dizer que tais *gatekeepers* são apoiadores do equilíbrio de gênero nas candidaturas. E que as portas estão abertas para as mulheres.

Em contrapartida, quando perguntadas sobre a distribuição dos recursos de campanha, todas as entrevistadas responderam de forma uníssona que não participam da decisão de quanto cada candidata recebe para as campanhas. Ou seja, por mais que grande parte dos partidos adote um setorial de Mulheres e ainda que se façam projetos agregadores com o intuito de atrair e capacitar representantes do sexo feminino, quem decide o valor a ser usado por cada pleiteante é a executiva dos partidos, ou os *gatekeepers*, propriamente ditos.

Há também o fato de os partidos optarem por investir em candidatos/as conhecidos/as, dificultando a entrada de novos atores no campo político. O chamado capital político, além de influenciar a conquista dos votos, tem grande impacto na arrecadação de recursos. O conceito

---

<sup>3</sup> Tradução livre. Political parties not only control which candidates are recruited and selected for political office, they are also the central actors involved in adopting candidate selection reforms, such as gender quotas, and provide the main route through which these measures are implemented. Thus, in order to explain women's chronic minority status in politics as well as the persistence of male dominance, we need to understand how parties encourage or inhibit women's and men's access to political office.

de capital político, extraído da obra de Bourdieu, define os candidatos baseado na crença e no reconhecimento de seus pares. “O capital político é, portanto, uma espécie de capital de reputação, um capital simbólico ligado à maneira de ser conhecido. (BOURDIEU, 2011, p.204).

No processo de retroalimentação, as chances de eleger um/a deputado/a que já possui o cargo é maior, fortalecendo a manutenção de um cenário já existente e, conseqüentemente, o domínio masculino. E enquanto uma parcela significativa das vagas fica disponibilizada àqueles/as que tentam a reeleição, as mulheres não têm condições efetivas de competir.

O caso da reeleição acaba por promover ainda um outro fenômeno: a pouca rotatividade, que é um enorme obstáculo nos cargos eletivos por ser mais difícil começar para quem não tem mandato. Quem entra, dificilmente sai. Em um perfil das vereadoras eleitas para a Câmara Municipal do Rio de Janeiro nos últimos 20 anos, a ser apresentado a seguir nesta pesquisa, chama a atenção o fato de a maioria ter mais de um mandato, algumas acumulando quase 30 anos no poder. Os partidos preferem aqueles/as comprovadamente testados/as eleitoralmente ou quem têm potencial para entrar na disputa, minimizando os riscos eleitorais. Segundo Araújo (2005, p. 202)

A construção de bases eleitorais que permitam às mulheres candidatarem-se constitui o principal obstáculo e, em um segundo momento, o obstáculo para torná-las elegível é a construção de uma estrutura de campanha que, salvo exceções, depende também dos partidos.

Do ponto de vista concreto, o financiamento eleitoral influencia diretamente a performance nas urnas e é um dos principais fatores para explicar o baixo desempenho das mulheres. Sem recursos financeiros, as candidatas não conseguem se articular, reunir equipe de trabalho, organizar a campanha e serem conhecidas. Mais experiência e mais tempo na política significam mais acesso aos recursos financeiros e é este capital que influencia os doadores e as doações. Desta forma, é redundante dizer que os homens arrecadam mais.

Sacchet e Speck (2012) afirmam que a relação entre arrecadação e desempenho eleitoral estão diretamente relacionados. Para os autores, as mulheres enfrentam uma dupla barreira, pois são sub-representadas entre os candidatos, mas, quando passam a integrar as listas dos partidos sofrem mais desvantagens com relação aos homens quanto ao desempenho eleitoral. As campanhas de mulheres são subfinanciadas e o sexo feminino é discriminado na distribuição dos Fundos Partidário e Eleitoral. Araújo e Borges (2012 apud MELO, THOMÉ, 2018, p. 140) destacam que “Quando uma campanha recebe investimentos superiores a R\$ 1 milhão, as mulheres têm mais chances de serem eleitas”.

Sacchet (2009) afirma que a participação igualitária nos processos de tomada de decisão política se torna condição essencial para a construção da cidadania política das mulheres. E

acessar esses ambientes restritos é primordial para o crescimento do país como nação. “A igualdade política é um objetivo básico da democracia, o seu grau constitui um indicador importante da qualidade da democracia”. (LIJPHART apud MATOS, 2016 apud MELO, THOMÉ, 2018, p. 130)

Pesquisa realizada pela FGV Direito SP vai além ao afirmar que a desigualdade de gênero nos locais de decisão política leva à conclusão de que, no Brasil, não vivemos em uma democracia plena, já que as mulheres não participam da elaboração das leis e das políticas públicas que as afetam diretamente. (BARBIERI, RAMOS, 2019, p. 12) Segundo o estudo, que parte do pressuposto que a inclusão de membros de diversos grupos sociais nos parlamentos eleitos é um dos elementos essenciais para uma sociedade democrática, os parlamentos que não refletem a composição da sociedade são considerados menos legítimos e menos propensos a defender interesses de grupos marginalizados (REYNOLDS, 2005; SCHWINDT-BAYER e MISHLER, 2005 apud BARBIERI, RAMOS, 2019, p. 11).

Além disso, a construção de novas candidaturas, bem como a formação de novos atores políticos significa variar os grupos envolvidos no processo decisório, o que proporciona o reconhecimento de pontos de vista diversos, com políticas múltiplas, voltadas para todos, observando as necessidades de grupos sociais diversos. Bourdieu (2003, p. 5) destaca que

Convocar as mulheres a se comprometerem com uma ação política que rompe com a tentação da revolta introvertida de pequenos grupos de solidariedade e ajuda mútua, por mais necessários que estes sejam nas vicissitudes da vida diária, na casa, na fábrica, ou no escritório, não é, como se poderia crer, e temer, convidá-las a aliar-se sem luta às formas e às normas ordinárias da luta política, com o risco de se verem atreladas ou engolfadas em movimentos estranhos a suas preocupações e a seus interesses específicos. É desejar que elas saibam trabalhar para inventar e impor, no seio mesmo do movimento social e apoiando-se em organizações nascidas da revolta contra a discriminação simbólica, de que elas são, juntamente com os (as) homossexuais, um dos alvos privilegiados, formas de organização e de ação coletivas e armas eficazes, simbólicas sobretudo, capazes de abalar as instituições, estatais e jurídicas, que contribuem para eternizar sua subordinação.

E, ainda segundo Bourdieu (2003. p. 139)

Só uma ação política que leve realmente em conta todos os efeitos de dominação que se exercem através da cumplicidade objetiva entre as estruturas incorporadas (tanto entre as mulheres quanto entre os homens) e as estruturas de grandes instituições em que se realizam e se produzem não só a ordem masculina, mas também toda a ordem social (a começar pelo Estado, estruturado em torno da oposição entre sua "mão direita", masculina, e sua "mão esquerda", feminina, e a Escola, responsável pela reprodução efetiva de todos os princípios de visão e de divisão fundamentais, e organizada também em torno de oposições homólogas) poderá, a longo prazo, sem dúvida, e

trabalhando com as contradições inerentes aos diferentes mecanismos ou instituições referidas, contribuir para o desaparecimento progressivo da dominação masculina.

Todos os fatores listados neste capítulo mostram o quão tortuosa é a estrada das mulheres para a construção de suas candidaturas até a conquista de um cargo eletivo. Romper com a tradição é, muitas vezes, um processo lento e contínuo, mas que em alguns momentos pode ocorrer por gatilhos diversos na sociedade, como veremos a seguir, nas próximas páginas.

## **2.1 As eleitas da Câmara Municipal do Rio de Janeiro**

Para dar continuidade à discussão sobre a construção das candidaturas femininas, este trabalho de pesquisa se propõe a retroceder alguns anos para destacar as mulheres que ocuparam a função de vereadora na cidade do Rio de Janeiro. O objetivo desta seção é, de forma prática, apresentar dados e informações sobre as eleitas, e qual o seu capital político para conquistarem a vaga entre três opções: familiar, ideológico ou de ocupação profissional.

Para isso, primeiramente foram apresentados os números de vereadoras eleitas ou suplentes empossadas no município do Rio de Janeiro desde 1977 até 2019. Tais dados estão disponíveis na Câmara Municipal da cidade e, por meio deles, é possível ter um retrato da presença feminina ao longo dos anos e os percentuais em comparação a quantidade de homens. Em seguida, apresento os nomes e votos de todas as vereadoras eleitas e suplentes empossadas entre 1977 e 2019. Isso possibilita um olhar sobre a trajetória dos votos. E por fim, estabeleço um enfoque nas cinco últimas legislaturas realizadas, listando cada eleita, seus votos e seus perfis políticos, em uma estratégia que pretende mapear as mulheres que passaram pelo Palácio Pedro Ernesto tentando desvendar seus percursos e entender o que essa história tem a contar sobre a representatividade feminina na política do Rio de Janeiro.

O Legislativo da cidade foi criado em 1566, um ano após a fundação do Rio, e era formado apenas por um procurador e um juiz ordinário. Em dezembro de 1567 houve a primeira eleição para a Câmara, em que votavam somente homens adultos, brancos, com residência fixa, livres e sem passado criminoso. (CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO, 2020) De acordo com informações do site da Câmara,

Eram selecionados 12 eleitores, que elegiam 12 candidatos que não podiam ser parentes ou sócios dos primeiros. Eles tinham os nomes escritos em grupos de quatro, em cédulas de couro envolvidas em cera, os pelouros. Estes eram colocados em um saco e uma criança sorteava a chapa vencedora. O mais velho tornava-se presidente da Casa e juiz ordinário da cidade. Os dois do



meio, vereadores, e o último, procurador. O mandato era de um ano. (Câmara Municipal do Rio de Janeiro, 2020)

A Câmara era responsável pela administração urbana da cidade e, além da elaboração de leis e de sua fiscalização, tinha também um papel de controle no combate a crimes e atuando como um tribunal de pequenas causas. Em 1828, D. Pedro I foi responsável por uma reestruturação em que a Câmara passou a contar com nove vereadores, eleitos de quatro em quatro anos. Tinham a responsabilidade de cuidar da educação pública, da polícia e dos assuntos econômicos da cidade, perdendo, naquele momento, suas funções judiciárias. (CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO, 2020)

Em 1932, já durante a era Vargas, foram realizadas as primeiras eleições diretas para prefeito. Já em 1937, a Câmara foi interditada pela primeira vez por meio de um decreto do Estado Novo, que ordenava a sua dissolução. Só em 1946, no processo de redemocratização do país, foram novamente convocadas eleições para a Câmara dos Vereadores, que permaneceu em atividade até 1960, quando foi instalada a Assembleia Legislativa do recém-criado estado da Guanabara. Foi a partir de 1977 que o Palácio Pedro Ernesto passou a abrigar o Legislativo carioca, na Cinelândia, região central do Rio de Janeiro. (CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO, 2020)

O site da Câmara Municipal do Rio de Janeiro disponibiliza os dados referentes às 10 últimas legislaturas, realizadas entre os anos de 1977 e 2020. Na tabela abaixo estão discriminadas as 10 legislaturas, a quantidade de vereadores/as eleitos/as e empossados/as em cada uma delas, a quantidade de mulheres eleitas e empossadas e o percentual sobre o total.

	2017- 2020	2013- 2016	2009- 2012	2005- 2008	2001- 2004	1997- 2000	1993- 1996	1989- 1992	1983- 1988	1977- 1982
Vereadores/as	51	62	66	66	52	53	54	49	40	29
Mulheres	7	8	14	14	8	8	6	6	5	2
Percentual de Mulheres	13.7%	12.9%	21.2%	21.2%	15.3%	15%	11.1%	12.2%	12.5%	6.8%

**Tabela 1 – Total de vereadores/as em cada legislatura, incluindo as suplentes empossadas, total de mulheres eleitas e percentual de mulheres.**

**Fonte: elaborado pela autora a partir de dados da Câmara Municipal do Rio de Janeiro (2020).**

Por meio desta tabela, é possível visualizar a situação díspar da presença feminina no Legislativo municipal do Rio de Janeiro. O número máximo de mulheres em uma legislatura foi de 14 e o número mínimo de duas vereadoras. O percentual de mandatos femininos foi mais elevado nas eleições de 2004 e de 2008, mas caiu em seguida, no pleito de 2012 e se manteve em 2016. Outro ponto interessante é observar que o número de mulheres vai aumentando progressivamente ao longo dos anos até 2009 e depois faz o caminho inverso. E a política de cotas, que foi adotada a partir das eleições de 1996, não produziu o resultado desejado.

Na tabela a seguir foram listadas todas as vereadoras eleitas e empossadas para o Legislativo municipal do Rio de Janeiro nas legislaturas realizadas entre os anos de 1977 e 2020, conforme apresentado nos registros históricos do site oficial da Câmara. Ao todo, 38 mulheres ocuparam o cargo de vereadora na cidade ao longo de 43 anos. Dezoito delas tiveram apenas um mandato (ou parte de um mandato) e 20 vereadoras foram reeleitas, 12 delas mais de uma vez. A maioria representou partidos de centro.

A campeã de reeleição é a vereadora Rosa Fernandes, que já foi do PDT, PFL/DEM e PMDB e, na última candidatura, esteve filiada ao MDB. É também uma das mais votadas da história da cidade e acumula sete mandatos consecutivos, totalizando 28 anos dedicados à vereança. Em seguida está a vereadora Leila do Flamengo (PV / PSDB / PFL / DEM / PMDB), que teve cinco mandatos. Lucinha (PSDB), Teresa Bergher (DEM / PSDB) e Verônica Costa (PL / PMDB / MDB) vêm logo depois, com quatro mandatos cada uma.

Pelo número de votos recebido é possível acompanhar as mudanças ao longo dos anos. Na primeira legislatura apresentada somente duas mulheres foram eleitas e ambas tiveram votações bastante expressivas. Nos anos seguintes os votos começam a ser mais distribuídos. Entretanto, logo surgem as campeãs de votação, em que os números crescem e se estabilizam em altos patamares, causando enorme diferença entre as eleitas.

Quanto às reeleições, não há um padrão. Nas legislaturas mais antigas a quantidade de votos diminui a cada novo pleito, o que também ocorre nas mais recentes. Mas também é possível visualizar, em algumas eleitas, o crescimento progressivo dos votos.

	2017- 2020	2013- 2016	2009- 2012	2005- 2008	2001- 2004	1997- 2000	1993- 1996	1989- 1992	1983- 1988	1977- 1982
Ana Lipke (PT)						7.941				
Andrea Gouvêa Vieira (PSDB)			28.213	17.819						
Aspásia Camargo (PV)			31.880	15.291						
Bambina Bucci (MDB / PMDB)								9.530	13.414	66.577
Benedita da Silva (PT)									15.413	
Carminha Jerominho (PTdoB)			22.068							
Clarissa Garotinho (PMDB / PR)			42.062							
Cristiane Brasil (PTB)		28.169	14.583	13.315						
Daisy Lúci (Arena / PFL)						10.755				51.134
Dilsa Terra (PDT)									11.523	
Eliana Ribeiro (PMDB)					48.544					
Fátima da Solidariedade (PSC)	4.419									
Florinda Lombardi (PT)						9.632				
Henriette Amado (PTB)									9.230	
Jurema Batista (PT)					16.901	16.969	5.562			

	2017- 2020	2013- 2016	2009- 2012	2005- 2008	2001- 2004	1997- 2000	1993- 1996	1989- 1992	1983- 1988	1977- 1982
Laura Carneiro (PSDB / PMDB / PP / PTB)		14.621					12.214	7.837		
Leila do Flamengo (PV / PSDB / PFL / DEM / PMDB)		14.304		24.970	26.904	16.235	9.660			
Liliam Sá (PL / PR / PFL)			15.742	24.282	26.111					
Luciana Novaes (PT)	16.679									
Lucinha (PSDB)			68.799	67.073	29.150	15.122				
Ludmila Mayrink (PDS / PFL / PL / PRN / PDT)								4.980	46.591	
Márcia Teixeira (PL / PR)			10.419	10.255						
Marielle Franco (PSOL)	46.502									
Nereide Pedregal (PDT)			19.562	15.468						
Neuza Amaral (PL)								16.320		
Patrícia Amorim (PMDB / PFL / PSDB)			21.140	23.036	24.651					
Regina Gordilho (PDT)								9.639		
Rogéria Bolsonaro (PPR / PDC / PSC / PPB / PMDB)						24.891	7.924			
Rosa Fernandes (PDT / PFL / DEM / PMDB)	57.868	68.452	64.259	99.943	107.865	72.038	12.231			

	2017- 2020	2013- 2016	2009- 2012	2005- 2008	2001- 2004	1997- 2000	1993- 1996	1989- 1992	1983- 1988	1977- 1982
Ruça Caniné (PCB / PPS / PDT)								18.091		
Silvia Pontes (PFL / DEM)				16.134						
Sonia Rabello (PV)			3.641							
Suely (PRONA)				6.827						
Tânia Bastos (PRB / Republicanos)	22.930	24.850	15.742							
Teresa Bergher (DEM / PSDB)	30.566	27.344	31.375	29.346						
Terezinha Sarmiento (PDT)							7.402			
Vera Lins (PP)	36.117	31.827	23.528							
Verônica Costa (PL / PMDB / PR)	19.946	31.515		29.438	36.961					

**Tabela 2 – Vereadoras eleitas nas 10 últimas legislaturas no Rio de Janeiro (incluindo suplentes empossadas) e o número de votos.**

**Fonte:** elaborado pela autora a partir de dados da Câmara Municipal do Rio de Janeiro (2020) e do TSE (2020).

Se olharmos para as cinco últimas legislaturas, que contemplam os anos entre 2001 e 2020, temos duas décadas de atividades legislativas permeadas pela atuação de 25 mulheres. Na primeira eleição que passo a analisar, em 2000, oito candidatas conquistaram o cargo de vereadora da cidade do Rio de Janeiro. Entre os/as cinco candidatos/as mais votados/as daquele ano, três foram mulheres. A campeã de votos foi Rosa Fernandes (PFL), com 107.865 votos. (TSE, 2020)

Com sete mandatos ao todo, em 2001, Fernandes assumiu a vereança pela terceira legislatura consecutiva. Natural de Irajá, na Zona Norte, em suas redes sociais, a vereadora não se identifica por uma bandeira prioritária, mas tem projetos nas áreas de educação, meio ambiente, habitação, saneamento, tributação e saúde. É graduada em psicologia e foi secretária municipal de Meio Ambiente entre os anos de 2006 e 2008. (FACEBOOK, 2020)

No então PFL, partido de centro-direita, sempre teve forte atuação junto às comunidades, mas seu capital político, além do assistencialismo social, pode ser atribuído às relações familiares, já que o pai, Pedro Fernandes Filho, exerceu dez mandatos como deputado estadual na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj), o irmão, Dino Fernandes, foi deputado federal e o filho, Pedro Fernandes, teve três mandatos também como deputado estadual na Alerj, tendo figurado entre os parlamentares mais votados do Estado. (CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO, 2020) É uma vereadora extremamente popular e muito reconhecida também pelo trabalho social realizado.

A segunda candidata mais votada nas eleições de 2010 foi Eliana Ribeiro (PMDB). Com apenas um mandato na Câmara Municipal do Rio de Janeiro foi também deputada estadual. Casada com o ex-vereador, deputado estadual e federal André Luiz (PMDB), mantinha com ele um centro social em Bangu, em que promoviam o atendimento à comunidade carente.

Política de centro, com atuação na Zona Oeste da cidade, seria possível relacionar a grande quantidade de votos obtidos ao trabalho social. Entretanto, mais uma vez o capital familiar merece destaque, visto que a vereadora figura nos veículos de imprensa especialmente em notícias relacionadas ao marido, envolvido em um dos maiores escândalos de corrupção do país na época. Ele teve o mandato cassado na Câmara de Deputados em 2005, acusado de quebra de decoro por ter pedido propina ao bicheiro Carlinhos Cachoeira, além da acusação de envolvimento no assassinato de oito pessoas. Segundo reportagem do jornal Extra, publicada em 20 de maio de 2013, André Luiz também tinha envolvimento com o bicheiro Castor de Andrade e teria operado um esquema de corrupção na Alerj por meio do gabinete da esposa, quando esta atuava como deputada estadual. (SEARA, 2013)

Em 2004 lançaram o filho candidato pelo PMDB. André Luiz Filho tinha, na época, 21 anos e foi um dos personagens do documentário “Vocação do Poder”, de Eduardo Escorel e José Joffily, que acompanhou seis candidatos a vereador/a que estavam concorrendo pela primeira vez. (EDUCAÇÃO PÚBLICA, 2020) Entretanto, não conseguiu se eleger.

Empresária, radialista e cantora, a vereadora Verônica Costa (PMDB) é conhecida como a “Mãe Loira do Funk”. Junto ao então marido, Rômulo Costa, foi uma das fundadoras do grupo Furacão 2000 e tem como bandeira a valorização dos jovens e das mulheres. Tem a carreira política assinalada por polêmicas, com o registro de candidatura inicialmente negado em 2008 e acusações de tortura contra o ex-marido, Márcio Costa, que renderam uma condenação em primeira instância a cinco anos de prisão e a perda do cargo. (G1, 2011) Em suas redes sociais, apresenta grande número de postagens em que faz campanhas de conscientização quanto a violência contra a mulher. (FACEBOOK, 2020)

Em 2001, Costa assumiu seu primeiro mandato como vereadora da cidade do Rio de Janeiro pelo PL, de orientação liberal social, tendo trocado o partido pelo PMDB, de centro, em 2003. Em outubro de 2016 figurou em reportagem publicada pelo jornal O Globo como a sétima colocada de um ranking que listou os vereadores/as com as proposições mais irrelevantes da Câmara Municipal do Rio de Janeiro. (BRISO, BACELAR, RAMALHO, 2016)

Tendo assumido seu segundo mandato em 2001, Lucinha (PSDB) começou a vida pública como ativista do Movimento Popular Organizado, na década de 80. Em 1981 foi uma das fundadoras do Partido Democrático Trabalhista (PDT-RJ) e no início dos anos 90 foi diretora de Habitação da Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro (Famerj) e de toda a Zona Oeste. (ALERJ, 2020)

Muito ligada às comunidades, adquiriu grande experiência política e comunitária mesmo antes de ser eleita vereadora. Conquistou o cargo concorrendo pelo PSDB, partido de centro e, já no primeiro mandato, foi escolhida 2ª vice-presidente da Câmara. Em 2001, foi presidente da Comissão de Saúde e, no terceiro mandato, foi reeleita como a segunda vereadora mais votada da cidade, com quase 70 mil votos, 60 mil dos quais na Zona Oeste, o que a tornou uma vereadora distrital. Nas eleições de 2008, foi a vereadora mais votada da cidade do Rio de Janeiro, com 68.799 votos, a maior votação de um político da Zona Oeste. Em 2011, tomou posse como deputada estadual, a mais votada do PSDB para a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro – Alerj. (TSE, 2020)

De capital político claramente assistencialista, enfrentou diversas denúncias pela atuação juntos às comunidades da Zona Oeste, onde preside o Centro Social Lucinha, que tem cinco unidades localizadas em Campo Grande, Santa Cruz, Inhoaíba e Anchieta. Nos mesmos locais em que oferece cursos profissionalizantes e serviços de assistência médica, psicológica e jurídica foram encontrados materiais de campanha da vereadora e de boca de urna. (JUSBRASIL, 2011)

Leila Maywald, conhecida como Leila do Flamengo, teve cinco mandatos no Palácio Pedro Ernesto. Eleita em 2001 pelo PFL, partido de centro-direita, ficou muito conhecida por sua atuação como líder comunitária, ocupação que representa seu capital político. Foi filiada também ao PV, PSDB, DEM e PMDB. (TSE, 2020)

Moradora do Flamengo, foi presidente da Flama – Associação de Moradores e Amigos do bairro e teve sua trajetória política marcada pela defesa do Parque do Flamengo. Foi administradora regional e mesmo não tendo sido reeleita em 2016, acabou sendo nomeada pelo prefeito Marcelo Crivella, em 2017, para exercer atividades voluntárias na gestão do espaço público. (SEARA, 2019)

Sua atuação como vereadora foi bastante voltada para o ordenamento do bairro, além de ter apresentado projetos de leis para tombamento de praças e edifícios, campanhas em prol de animais domésticos e organização de feiras livres. Ganhou as manchetes dos jornais por declarações polêmicas, como quando confundiu o presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, com o personagem do seriado televisivo mexicano Chaves, Seu Madruga (VEJA, 20014); com projeto de lei em que pretendia proibir artistas de rua de se apresentarem em praças públicas e quando afirmou em discurso em plenário que moradores de rua não tinham os mesmos direitos que outros cidadãos. (G1, 2013) O fato, ocorrido em 2013, fez com que o PMDB, partido da vereadora na ocasião, pedisse a sua expulsão, o que acabou por não se concretizar. (O DIA, 2013)

Vereadora pelo PL em dois mandatos, Liliam Sá migrou para o PR, uma junção do partido liberal social com o PRONA e teve uma passagem pelo PFL. Somando, ao todo, três mandatos na Câmara Municipal do Rio de Janeiro, a vereadora foi radialista e apresentadora de televisão, tendo ganhado notoriedade com o Programa Criança Rio, da TV Record. Estudou políticas públicas na Universidade Federal do Rio de Janeiro e em 2002 foi candidata a senadora, ficando em quinto lugar no pleito. (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2020)

Em 2004 foi reeleita vereadora e nas eleições federais de 2006 foi candidata a deputada federal, conseguindo a primeira suplência de seu partido. Como vereadora, nesta legislatura, foi presidente da Comissão de Meio Ambiente e primeira vice-presidente da Comissão de Transportes, mas sua atuação ficou marcada pela defesa de crianças e adolescentes.

Liliam Sá foi responsável pela criação da Comissão Permanente dos Direitos da Criança e do Adolescente e presidente da CPI do Turismo Sexual Infantil no município do Rio de Janeiro. Nessa agenda, destacam-se as leis de sua autoria que cria Casas de Acolhida para crianças vítimas de maus-tratos e abuso sexual, e a que obriga hotéis, pensões e similares a manterem ficha de identificação de menores de 18 anos para combater a prostituição infantil. (CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO, 2020)

Representante da bancada evangélica, em 2010 renunciou ao seu mandato de vereadora para assumir como deputada federal e, no plenário da Câmara de Deputados, foi uma das lideranças contrárias ao chamado “kit gay”, material que seria distribuído em escolas pelo Ministério da Educação em favor de medidas de diversidade sexual e de combate à homofobia, em 2011. (FGV, CPDOC, 2020)

A ex-nadadora Patrícia Amorim foi 28 vezes campeã brasileira antes de trocar as piscinas pelo Palácio Pedro Ernesto. A ex-atleta foi a primeira mulher a presidir o Clube de Regatas do Flamengo e eleita pela primeira vez para a Câmara em 2000 com o lema da defesa



dos interesses do esporte. Foi reeleita para os dois mandatos seguintes, mas os desgastes à frente do clube afetaram o número de votos, o que fez com que Amorim não conseguisse a reeleição em 2012. (FACEBOOK, 2020) Ao fim de sua gestão, o Flamengo acumulava dívidas de cerca de R\$ 800 milhões e um déficit financeiro anual de aproximadamente R\$ 20 milhões. (EXTRA, 2011)

Foi filiada ao PMDB, PFL e PSDB, encerrando seu mandato, em 2012, de volta ao PMDB. Seu capital político se deve primeiramente à ocupação de atleta, em que obteve grande êxito ao longo de toda a infância e juventude, e posteriormente à atuação na liderança de um dos times de futebol mais populares do país. Na Câmara, manteve-se focada no esporte, tendo apresentado proposições concernentes à especialização de funcionários públicos de vilas olímpicas, realização de eventos esportivos e ações para avaliação da saúde dos alunos inscritos para a prática esportiva em centros esportivos.

A professora Jurema Batista foi vereadora na cidade do Rio de Janeiro por três mandatos. O pleito de 2000 foi o seu último na Câmara, visto que em 2002 foi eleita para a Assembleia Legislativa, Alerj, sendo a primeira deputada negra do estado. (AGÊNCIA PÚBLICA, 2018)

Nascida no morro do Andaraí, foi eleita pelo PT – partido que ajudou a criar, na década de 80 – após atuação como líder comunitária, seu capital político. Foi a primeira presidente da associação de moradores da comunidade e sofreu ameaças diversas por sua atuação. Dois assessores de Batista foram assassinados em 1994 quando atuavam em investigações sobre as chacinas da Candelária e de Vigário Geral para a Comissão de Direitos Humanos, que ela presidia. (SENADO, 2005)

Teve a atuação parlamentar marcada pela defesa das minorias, das mulheres e pelo combate ao racismo, valendo destacar o projeto de lei que torna testes de DNA gratuitos para famílias pobres. Tal desempenho lhe rendeu a entrada para a lista das 52 brasileiras indicadas a concorrer ao prêmio Nobel da Paz coletivo, em 2005. (AGÊNCIA PÚBLICA, 2018)

Apesar da forte atuação no partido e como representante de movimentos sociais, como dos negros, das mulheres e comunitário, a evangélica Jurema Batista chegou a afirmar em entrevistas que se autodenominava uma militante de centro-esquerda e fez críticas ao assistencialismo praticado por outros vereadores.

A tabela abaixo relaciona as vereadoras desta legislatura, com os mandatos, partidos, número de votos conquistados, se trocou de legenda, o capital político, se concorreu a outros cargos eletivos e se tinha envolvimento com projetos de assistência social. Nota-se assim que das oito eleitas apenas uma teve somente um mandato na Câmara; a maioria, duas delas, não

trocou de partido neste mandato; quatro vereadoras tinham como capital político a ocupação que exerciam, duas de perfis ideológicos e duas com ligações familiares na política; a maioria, cinco, foi candidata a outros cargos eletivos, concorrendo principalmente para a Alerj, mas também para o Senado e para a Câmara de Deputados; metade das oito vereadoras possuía centros sociais ou tinha relações com ações assistencialistas.

Nome	Partido	Votos	Mandatos	Troca de Legenda	Capital Político	Concorreu a outros cargos	Assistencialismo Social
ELIANA RIBEIRO	PMDB	48.544	UM	NÃO	Familiar	ALERJ	SIM
JUREMA BATISTA	PT	16.901	TRÊS	NÃO	Ideológico	ALERJ	NÃO
LEILA DO FLAMENGO	PFL	26.904	CINCO	NÃO	Ocupação	NÃO	NÃO
LILIAM SÁ	PL	26.111	TRÊS	NÃO	Ideológico	Senado / Câmara federal	SIM
LUCINHA	PSDB	29.150	QUATRO	NÃO	Ocupação	ALERJ	SIM
PATRÍCIA AMORIM	PMDB / PFL	24.651	TRÊS	SIM	Ocupação	NÃO	NÃO
ROSA FERNANDES	PFL	107.865	SETE	NÃO	Familiar	NÃO	SIM
VERONICA COSTA	PL / PMDB	36.961	QUATRO	SIM	Ocupação	ALERJ	NÃO

**Tabela 3 – Vereadoras, votos e mandatos em 2000**

Fonte: elaborado pela autora a partir de dados do TSE (2020), reportagens na imprensa e sites oficiais das vereadoras (2020).

Nas eleições de 2004, 14 mulheres foram eleitas vereadoras na cidade do Rio de Janeiro. Duas delas tiveram somente um mandato e as demais foram reeleitas nesta ou em outras legislaturas. Também neste pleito, elas tiveram votações muito significativas, duas delas figurando, inclusive, no topo da lista dos mais votados/as. Rosa Fernandes (PFL) foi a vereadora com mais votos na cidade, alcançando quase 100 mil votos, e Lucinha (PSDB) ficou em segundo lugar, com mais de 67 mil votos. Como o perfil de ambas já foi detalhado na seção anterior, este trabalho segue apresentando as vereadoras que aparecem nesta legislatura de 2005 a 2008.

Andréa Gouvêa Vieira foi eleita pelo PSDB, partido de centro. Jornalista, trabalhou por 30 anos em veículos impressos, televisão e assessoria de imprensa, até optar pela política partidária. Em suas redes sociais, se define como defensora da socialdemocracia e se posiciona contrária à política tradicional que se apropria da máquina do governo ou de centros de assistência social para se eleger. (FACEBOOK, 2020)

Os dois mandatos como vereadora foram marcados pela atuação forte, com cobranças ao Executivo municipal, como é possível constatar nas reportagens publicadas pela imprensa. Muito dedicada à fiscalização do orçamento, firmou-se como uma vereadora de opinião, com votação expressiva na Rocinha e na Zona Sul da cidade, conquistando a reeleição com mais de 28 mil votos. (TSE, 2020)

Em 2011, se viu envolvida em grande polêmica quando um de seus assessores, que atuava na Rocinha, foi preso, acusado de envolvimento com o tráfico de drogas. (ÚLTIMO SEGUNDO, 2011) Em 2015, depois de ter optado por não concorrer mais a uma vaga na Câmara, após disputas internas com o PSDB, filiou-se ao Rede Sustentabilidade, partido criado pela ex-senadora Marina Silva e atuou como coordenadora de sua campanha à presidência, em 2018.

Aspásia Camargo é socióloga, professora, foi secretária de Cultura do estado do Rio de Janeiro, presidente do IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e secretária executiva do Ministério de Meio Ambiente. Em 2004 foi candidata do Partido Verde e eleita para seu primeiro mandato na Câmara de Vereadores, onde ficou até 2010, quando foi eleita deputada estadual. Em 2012 foi candidata à prefeitura e em 2016, já pelo PSDB, foi candidata à vice na chapa de Carlos Osório. Em 2018 foi candidata ao Senado, mas não se elegeu. (FGV, CPDOC, 2020)

Na Câmara Municipal, a vereadora seguiu a linha do partido, apresentando propostas relacionadas ao meio ambiente e à sustentabilidade. Seu capital político, relacionado à atuação como socióloga, tem também um cunho ideológico e foi aumentado diante da grande

popularidade do movimento de preservação ambiental, representado pelo Partido Verde, além da expressiva votação de Fernando Gabeira para a prefeitura do Rio de Janeiro em 2008, que trouxe na esteira outros nomes da legenda. (TSE, 2020)

Filha do parlamentar e presidente do PTB, Roberto Jefferson, Cristiane Brasil teve três mandatos na Câmara do Rio. Filiada ao partido trabalhista desde 2003, quando passou a presidir o Diretório Municipal do Rio de Janeiro, integra uma das famílias políticas tradicionais do país e apresenta, em suas redes sociais, este histórico, que inclui a participação na fundação do partido, criado por Getúlio Vargas. (FACEBOOK, 2020)

Representando a quarta geração a integrar a legenda, o que transparece o seu capital político, teve o bisavô paterno, vereador, como um dos fundadores do partido, em 1945. O avô foi vereador em Petrópolis e o pai eleito seis vezes deputado federal. Chegou a presidir o PTB no estado do Rio de Janeiro e o PTB Mulher Nacional, ficando à frente do movimento por sete anos. Sucedeu o pai no comando do PTB Nacional entre 2014 e 2016.

Interrompeu o primeiro mandato no Palácio Pedro Ernesto para assumir o cargo de secretária municipal do Idoso, entre 2003 e 2004, e essa tornou-se sua principal frente de trabalho. Entretanto, os projetos apresentados foram, em sua maioria, com o objetivo de conceder homenagens, sugerir nomes de ruas ou incluir datas comemorativas no calendário da cidade. (CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO, 2020) Já reeleita, em 2009, tornou-se novamente secretária municipal especial de Envelhecimento Saudável e Qualidade de Vida, com foco em políticas públicas voltadas à população idosa. Em 2014 foi eleita deputada federal, cargo que ocupou até 2019. (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2020)

A carreira da parlamentar também foi marcada por polêmicas. Em 2005, o pai, Roberto Jefferson, ganhou as manchetes do país ao ter o mandato cassado por envolvimento no escândalo do Mensalão, do qual foi delator. Posteriormente, a própria Cristiane Brasil mereceu destaque negativo na imprensa ao ser acusada de receber doações ilegais em campanha, foi investigada por suposta associação ao tráfico de drogas e condenada em processos trabalhistas. (G1, 2018) Em 2018, Brasil foi cotada para assumir o ministério do Trabalho pelo então presidente Michel Temer, mas não pôde seguir por decisão da ex-presidente do Supremo, Cármen Lúcia, por conta destas condenações na Justiça Trabalhista. (EL PAÍS, 2018) No mesmo ano, foi ainda investigada e denunciada junto ao pai por organização criminosa na Operação Registro Espúrio. (MPF, 2018)

A pastora Márcia Teixeira foi eleita pelo PL – Partido Liberal, com pouco mais de 10.200 votos e a legislatura de 2002 foi a sua primeira no Palácio Pedro Ernesto. Casada com o também pastor e deputado federal Ezequiel Teixeira foi, junto a ele, uma das fundadoras da

igreja evangélica Projeto Vida Nova que, na época da eleição, possuía quase 40 sedes no Rio de Janeiro. E mesmo que o marido só tenha sido eleito pela primeira vez em 2014, pode-se dizer que seu capital político se deve tanto à sua ocupação como pastora quanto ao quesito familiar.

Sua primeira campanha foi acompanhada de perto pelas lentes dos diretores Eduardo Escorel e José Joffily no documentário “Vocação do Poder”, que conforme mencionado anteriormente, acompanhou a primeira campanha de seis candidatos/as a vereador/a no Rio de Janeiro. É a única mulher presente na obra. (YOUTUBE, 2012)

Em todo o filme é possível notar a presença constante e forte do marido, dando declarações, fazendo corpo a corpo e até mesmo participando da gravação da campanha eleitoral televisiva. Em uma das cenas, Márcia Teixeira afirma que quer entrar para a política pelo povo, para ajudar as pessoas. Na mesma cena, o marido diz que ela não lançou uma candidatura e sim foi lançada pelas pessoas. Nas filmagens diz ainda que relutou em aceitar a ideia – mas que a candidatura surgiu pela necessidade de ter uma pessoa daquela igreja no Legislativo municipal.

Entre os temas de atuação, Teixeira se apresentou contrária a liberação do aborto, mesmo em casos aprovados pela Justiça, mas, fora isso, teve atuação bastante discreta, com projetos mais voltados a moções e homenagens. (CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO, 2020) Em 2008, já pelo PR, não conseguiu se reeleger, ficando na suplência e assumindo, em 2011, o cargo que era do vereador Luiz André Ferreira da Silva, preso por integrar uma milícia na Zona Oeste da cidade. (SEARA, 2012)

Casada com o deputado estadual Antonio Ferreira Pedregal Filho, Nereide Pedregal, do PDT, assumiu seu primeiro mandato em 2005. Moradora de Pedra de Guaratiba, na Zona Oeste da cidade, tem no bairro o seu principal eleitorado e, segundo entrevista concedida ao Portal de Guaratiba na internet, dedicou à região a maioria de seus projetos de lei.

Apontada como coordenadora de centros sociais em Vicente de Carvalho, na Zona Norte, e em Pedra de Guaratiba, teve os mandatos também voltados à religião. Em suas proposições são frequentes as sugestões de criação de datas comemorativas e de projetos de utilidade pública agraciando igrejas evangélicas. Sugestões para nomear espaços públicos, como a proposta de chamar de Praça da Bíblia um local em Guaratiba, também foram frequentes. (CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO, 2020)

Nas reportagens publicadas pelo site da Zona Oeste, a atuação da vereadora junto à prefeitura e ao então prefeito, Eduardo Paes, merece destaque, sempre apresentando as cobranças realizadas pela parlamentar em prol da região. (PORTAL DE GUARATIBA, 2005) Pedregal foi reeleita em 2008, mas não conseguiu permanecer na legislatura seguinte, em 2013.

A vereadora Silvia Pontes, do PFL, conquistou, no pleito de 2004, a 3ª Suplência pelo partido e assumiu o mandato na Câmara em 2006. Em suas redes sociais informa que é formada em Biologia, atuou como assessora do então governador Moreira Franco, foi secretária Executiva de Assuntos Fundiários da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e foi assessora da deputada federal Laura Carneiro antes de se candidatar ao Palácio Pedro Ernesto. (FACEBOOK, 2020)

No legislativo municipal, teve o mandato focado, segundo a própria descreve, na prevenção ao álcool e outras drogas, tendo apresentado propostas com este viés. Entretanto, afirmou que as políticas de prevenção não se traduzem em votos o que a fez perder o mandato.

Suely Santana da Silva, conhecida como “Senhorita Suely”, foi eleita pelo Prona com quase sete mil votos. O partido, de cunho nacionalista e conservador, teve como presidente e fundador Enéas Carneiro, figura bastante conhecida da política nacional e que deu o apelido à vereadora e de quem foi assessora parlamentar. Foi extinto em 2006, sendo sucedido pelo Partido da República. (FGV, CPDOC, 2020)

A vereadora Senhorita Suely apresenta um capital político diferente das demais parlamentares. Sua eleição não se deveu à sua atuação profissional ou a relações familiares, mas sim por um viés ideológico. Seu mandato só foi possível graças aos mais de 30 mil votos de legenda recebidos pelo Prona, tendo sido a única candidata do partido eleita na cidade. Dois anos depois, também lançada por Enéas, foi eleita deputada federal com mais de 23 mil votos.

No primeiro ano de mandato foi investigada pelo Ministério Público, acusada de irregularidades no domicílio eleitoral. A dúvida sobre a moradia da vereadora acabou crescendo na imprensa naquele período, em que a maioria dos veículos questionava a falta de informações sobre ela. Nas matérias de jornal ficou a impressão de que a Senhorita Suely era uma “laranja” ou um “fantoche” do partido. (SODRÉ, 2004) Nas suas proposições legislativas constam homenagens, datas comemorativas e campanha de educação contra fumo e drogas.

A professora Teresa Bergher (PSDB) ingressou na política ao lado do marido, Gerson Bergher, falecido em 2016, e que foi vereador por três mandatos e deputado estadual por quatro vezes, a primeira em 1960. Qualifica sua atuação como dedicada às questões de transparência, ética parlamentar e contra os gastos excessivos de dinheiro público. Integrante da comunidade judaica no Rio de Janeiro, seus mandatos foram pautados também pelas ações de educação e memória sobre o Holocausto e combate aos crimes de intolerância. (CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO, 2020)

A primeira de suas quatro legislaturas se deu em 2005 e, ao longo dos anos, a vereadora passou a figurar mais na imprensa por suas críticas e cobranças ao Executivo municipal. A crise

na saúde e o atraso no pagamento de funcionários públicos foram temas frequentes nas defesas de Bergher.

Em 2012 foi apontada pelo jornal O Globo por manter um centro social no Complexo da Maré, um espaço que oferecia serviços médicos, de odontologia e orientação jurídica. Os funcionários do centro de assistência, além do atendimento à população, eram responsáveis também por pendurar placas e demais materiais de campanha da vereadora. Na época, Bergher disse que o centro social era do marido. (ARAÚJO, 2012)

Na tabela abaixo, como realizado na legislatura anterior, é possível observar as 14 eleitas e seus perfis. Somente quatro vereadoras trocaram de partido neste mandato; quanto ao capital político, a maioria se caracterizou por sua ocupação, seguido pelas relações familiares, e três delas apresentaram um perfil ideológico. É importante ressaltar que neste pleito, algumas parlamentares acumulam mais de uma representação. Sete delas concorreram a outros cargos eletivos para a Alerj, Câmara de Deputados, Senado e até para a prefeitura do Rio. Outro fator interessante nesta ocasião é que a maioria, oito vereadoras, não tinha projetos relacionados à assistência social.

Nome	Partido	Votos	Mandatos	Troca de Legenda	Capital Político	Concorreu a outros cargos	Assistencialismo Social
ANDREA GOUVÊA VIEIRA	PSDB	17.819	DOIS	NÃO	Ocupação	NÃO	NÃO
ASPÁSIA CAMARGO	PV	15.291	DOIS	NÃO	Ocupação/ Ideológico	ALERJ / Prefeitura/ Senado	NÃO
CRISTIANE BRASIL	PTB	13.315	TRÊS	NÃO	Familiar	Câmara federal	NÃO
LEILA DO FLAMENGO	DEM	24.970	CINCO	NÃO	Ocupação	NÃO	NÃO
LILIAM SÁ	PL/PR/PFL/PR	24.282	TRÊS	SIM	Ideológico	Senado / Câmara federal	SIM
LUCINHA	PSDB	67.073	QUATRO	NÃO	Ocupação	ALERJ	SIM
MÁRCIA TEIXEIRA	PL / PR	10.255	DOIS	SIM	Ocupação/ Familiar	NÃO	SIM
NEREIDE PEDREGAL	PDT	15.468	DOIS	NÃO	Familiar	NÃO	SIM
PATRÍCIA AMORIM	PFL / PSDB	23.036	TRÊS	SIM	Ocupação	NÃO	NÃO
ROSA FERNANDES	PFL / DEM	99.943	SETE	NÃO	Familiar	NÃO	SIM
SILVIA PONTES	PFL / DEM	16.134	UM	NÃO	Ocupação	NÃO	NÃO
SUELY	PRONA	6.827	UM	NÃO	Ideológico	Câmara	NÃO



---

federal							
TERESA BERGHER	DEM / PSDB	29.346	QUATRO	SIM	Familiar	ALERJ	SIM
VERONICA COSTA	PMDB	29.438	QUATRO	NÃO	Ocupação	ALERJ	NÃO

---

**Tabela 4 – Vereadoras, votos e mandatos em 2004.**

**Fonte:** elaborado pela autora a partir de dados do TSE (2020), reportagens na imprensa e sites oficiais das vereadoras (2020).

A terceira legislatura analisada é referente aos anos entre 2009 e 2012. De 15 mulheres eleitas, cinco eram novatas, sendo duas delas suplentes. Destas, a mais votada foi Clarissa Garotinho, filha dos ex-governadores Anthony Garotinho e Rosinha Garotinho.

Jornalista, a vereadora cresceu em um ambiente político, o que evidencia o seu capital. Começou na militância bastante jovem e foi eleita para a Câmara pelo PMDB, mesmo partido do pai. (FACEBOOK, 2020) Mas no ano seguinte migrou para o PR e teve que responder a um processo de cassação por infidelidade partidária. (BRAGON, 2016) Ficou até o fim de 2010 no Palácio Pedro Ernesto, visto que, nas eleições daquele ano, conquistou uma vaga de deputada estadual na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro – Alerj. Em 2012 foi candidata a vice-prefeita na chapa com Rodrigo Maia (DEM), que acabou obtendo apenas 3% dos votos válidos. Foi eleita deputada federal em 2014 e reeleita em 2018, desta vez pelo PROS. (CLARISSA GAROTINHO, 2020)

Na Câmara do Rio, além de ter sido a mais jovem vereadora eleita, com então 26 anos, foi bastante atuante e, apesar de ter permanecido no mandato por dois anos, teve seis das leis apresentadas promulgadas. Entretanto, apesar de forte atuação, é destacada na imprensa mais recentemente por denúncias da Justiça relacionadas aos pais, que chegaram a ser presos diversas vezes, acusados de compra de votos, fraude eleitoral e repasse irregular de valores para campanhas. (G1, 2019)

Casada com o deputado estadual Dionísio Lins, Vera Lins (PP) é advogada, parlamentar de direita, e afirma, em seu perfil no site da Câmara Municipal, que segue os preceitos do Partido Progressista, buscando uma sociedade mais igualitária e se esforçando para implantar melhorias para os cidadãos cariocas. Por duas vezes, neste mesmo perfil, cita a religiosidade e a atenção aos ensinamentos católicos. (CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO, 2020)

Com três mandatos na casa legislativa, a vereadora, nas publicações mais recentes da imprensa, é chamada de “rainha dos taxistas”, com forte atuação contrária aos serviços de

transporte de passageiros por aplicativos. (SEARA, 2019) Em 2016 foi mencionada positivamente em matéria do jornal O Globo, que informava que, de acordo com os critérios da Transparência Brasil, teria tido o melhor desempenho da Câmara naquele período. (BRISO, BACELAR, RAMALHO, 2016)

Mas, no fim de 2019, foi citada na delação do ex-presidente da Fetranspor – Federação das Empresas de Transporte de Passageiros, Lélis Teixeira, que a acusou de ter recebido, junto a outros vereadores, pagamentos de propina para atuar em favor do setor de ônibus. (JARDIM, 2019)

A vereadora Carminha Jerominho protagonizou uma situação insólita na sua eleição para a Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Em 2008, quando foi eleita para seu primeiro mandato, ela estava presa, acusada de usar a milícia para coagir eleitores.

Filha do ex-vereador Jerônimo Guimarães Filho – o Jerominho – e sobrinha do ex-deputado estadual Natalino José Guimarães, ambos também presos naquele ano por chefiar milícias da Zona Oeste, acredita-se que tenha tido a candidatura lançada para preservar o capital político da família. Entretanto foi surpreendida com a prisão e passou mais de 40 dias na penitenciária federal de segurança máxima de Catanduvas, no Paraná. (MARTINS, 2008)

Em 2009, teve o mandato cassado por arrecadação irregular de verba, mas voltou ao cargo em 2011 por decisão do Tribunal Regional Eleitoral. Tentou se reeleger em 2012, mas não teve sucesso e, em entrevista concedida ao jornal O Dia, em agosto de 2019, disse que pretende voltar a concorrer, com o apoio do pai e do tio, que foram soltos após dez anos. Informa ainda que a família está construindo um novo centro social, em Campo Grande, Zona Oeste da cidade. (BRUNO, 2019)

Coordenadora estadual do PRB – Mulher, a sergipana Tânia Bastos foi eleita para três mandatos e é uma das representantes da bancada evangélica na Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Formada em pedagogia, com especialização em assistência social, foi presidente, durante oito anos, da Comissão Permanente da Defesa da Mulher. (CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO, 2020) Em suas redes sociais informa que trabalha em defesa dos autistas e luta pela igualdade e proteção das mulheres. Tem como slogan de campanha “A política é lugar de mulher, sim!”. Entretanto, nas pautas de discussão, além destes temas, não faltam, é claro, posições conservadoras envolvendo questões de gênero, por exemplo. (TÂNIA BASTOS, 2020)

Em 2017 foi escolhida vice-presidente da Câmara e em toda sua atuação, mostrou-se totalmente alinhada com o partido de direita, que em 2019 deixou de ser PRB para se tornar Republicanos. No mandato mais recente, apresentou-se também bastante engajada nas ações do

então prefeito, Marcelo Crivella, do mesmo partido, tonando-se seu braço direito. Tanto que atuou fortemente pela derrubada do pedido de impeachment, sofrido por ele. (MAGALHÃES, SEARA, 2019)

Em reportagem do jornal O Globo de outubro de 2016, Tânia Bastos é criticada pelo número de moções e homenagens a líderes religiosos. A vereadora também foi apontada como a segunda parlamentar da casa que mais enriqueceu de 2012 até aquele ano. Tinha um patrimônio declarado de R\$ 73.117,07 e chegou a R\$ 748.300 em 2016, fato que não foi desmentido ou explicado por ela. (BRISO, BACELAR, RAMALHO, 2016)

A jurista e professora Sônia Rabello, primeira suplente do Partido Verde, ficou na Câmara do município de fevereiro de 2011 a dezembro de 2012, após quase trinta anos de carreira no magistério e na advocacia pública. Com apenas 3.641 votos, dedicou-se à apresentação de projetos relacionados ao planejamento urbano, preservação do patrimônio cultural e ambiental e profissionalização do serviço público. (SÔNIA RABELLO, 2020) Apesar do pouco tempo na vereança foi presidente do Rede Sustentabilidade, partido de esquerda criado por Marina Silva, e seguiu atuando na vida acadêmica e como membro de conselhos relativos ao patrimônio cultural e na publicação de livros e artigos sobre o tema.

Por meio da observação da tabela abaixo é possível concluir que nesta legislatura, apenas três vereadoras trocaram de legenda; a maioria, nove delas, preferiu não se candidatar a outros cargos eletivos e também a maioria, dez parlamentares, tem projetos de assistência social. Quanto ao capital político, uma mudança pode ser notada nesta legislatura se compararmos aos pleitos anteriores. Oito vereadoras estão neste mandato por conta de pais, mães ou outros parentes com histórico político. Trata-se da maioria. Seis se destacam pela ocupação exercida e apenas quatro têm um perfil ideológico. É importante destacar, porém, que mais uma vez, algumas das parlamentares apresentam mais de um capital político.

Nome	Partido	Votos	Mandatos	Troca de Legenda	Capital Político	Concorreu a outros cargos	Assistencialismo Social
ANDREA GOUVÊA VIEIRA	PSDB	28.213	DOIS	NÃO	Ocupação	NÃO	NÃO
ASPÁSIA CAMARGO	PV	31.880	DOIS	NÃO	Ocupação/ Ideológico	ALERJ / Prefeitura/ Senado	NÃO
CARMINHA JEROMINHO	PTdoB	22.068	UM	NÃO	Familiar	NÃO	SIM
CLARISSA GAROTINHO	PMDB / PR	42.062	UM	SIM	Familiar	ALERJ/ Prefeitura/ Câmara federal	SIM
CRISTIANE BRASIL	PTB	14.583	TRÊS	NÃO	Familiar	Câmara federal	NÃO
LILIAM SÁ	PR	15.742	TRÊS	NÃO	Ideológico	Senado / Câmara federal	SIM
LUCINHA	PSDB	68.799	QUATRO	NÃO	Ocupação	ALERJ	SIM
MÁRCIA TEIXEIRA	PR	10.419	DOIS	NÃO	Ocupação/ Familiar	NÃO	SIM
NEREIDE PEDREGAL	PDT	19.562	DOIS	NÃO	Familiar	NÃO	SIM
PATRÍCIA AMORIM	PSDB / PMDB	21.140	TRÊS	SIM	Ocupação	NÃO	NÃO
ROSA FERNANDES	DEM / PMDB	64.259	SETE	SIM	Familiar	NÃO	SIM

Nome	Partido	Votos	Mandatos	Troca de Legenda	Capital Político	Concorreu a outros cargos	Assistencialismo Social
SONIA RABELLO	PV	3.641	UM	NÃO	Ocupação/ Ideológico	NÃO	NÃO
TÂNIA BASTOS	PRB	15.742	TRÊS	NÃO	Ideológico	NÃO	SIM
TERESA BERGHER	PSDB	31.375	QUATRO	NÃO	Familiar	ALERJ	SIM
VERA LINS	PP	23.528	TRÊS	NÃO	Familiar	NÃO	SIM

**Tabela 5 – Vereadoras, votos e mandatos em 2008.**

**Fonte:** elaborado pela autora a partir de dados do TSE (2020), reportagens na imprensa e sites oficiais das vereadoras (2020).

A quarta e penúltima legislatura analisada se refere às eleições de 2012. De 68 vereadores/as que tiveram mandato na Câmara neste período, apenas oito eram mulheres. Foi uma das legislaturas com um dos menores índices de presença feminina no Palácio Pedro Ernesto. E entre estas oito, apenas uma não estava dando continuidade ao mandato anterior, apesar de já ter sido eleita antes, em legislaturas mais antigas, e ter ampla experiência na política.

Laura Carneiro elegeu-se pelo PTB. Porém, apesar de ter passado por PSDB, PMDB e PP, iniciou a carreira política como assessora parlamentar de Ulysses Guimarães. Seu capital político pode ser atribuído às relações familiares visto que o pai, Nelson Carneiro, foi senador, ex-presidente do Congresso Nacional e autor da chamada Lei do Divórcio. Em seu site, afirma: “Na minha casa sempre se respirou política. Mas política verdadeira, aquela que é exercida a serviço da população, buscando sempre melhorias para todos”. (LAURA CARNEIRO, 2020)

Nesta legislatura, permaneceu na Câmara entre janeiro de 2013 até outubro de 2015, quando assumiu como suplente o cargo de deputada federal. Voltou ao Palácio Pedro Ernesto mais quatro vezes em 2016 até ser efetivada no mandato em 2017, após renúncia do titular. (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2020)

Como deputada tornou-se grande defensora dos direitos das mulheres, tendo apresentado projetos relacionados à proteção contra a importunação sexual, proibição do casamento de menores de 16 anos e elevação da pena para o crime de estupro coletivo. Em seu

site destaca que apresentou mais de 20 projetos com esta temática no mandato que se encerrou em 2019.

A legislatura de 2013 a 2016 configurou-se por não ter nenhuma novata no Palácio Pedro Ernesto. E foi exatamente essa falta de alternância que fez com que o perfil das vereadoras se mantivesse. Entre as oito, cinco possuíam relações de parentesco com outros políticos; duas tinham o capital de ocupação e apenas uma o perfil ideológico. A metade delas contava com projetos de assistência social; também a metade já concorreu a outros cargos eletivos e somente duas migraram de legendas.

Nome	Partido	Votos	Mandatos	Troca de Legenda	Capital Político	Concorreu a outros cargos	Assistencialismo Social
CRISTIANE BRASIL	PTB	28.169	TRÊS	NÃO	Familiar	Câmara federal	NÃO
LAURA CARNEIRO	PTB / PMDB	14.621	TRÊS	SIM	Familiar	Câmara federal	NÃO
LEILA DO FLAMENGO	PMDB	14.304	CINCO	NÃO	Ocupação	NÃO	NÃO
ROSA FERNANDES	PMDB	68.452	SETE	NÃO	Familiar	NÃO	SIM
TÂNIA BASTOS	PRB	24.850	TRÊS	NÃO	Ideológico	NÃO	SIM
TERESA BERGHER	PSDB	27.344	QUATRO	NÃO	Familiar	ALERJ	SIM
VERA LINS	PP	31.827	TRÊS	NÃO	Familiar	NÃO	SIM
VERÔNICA COSTA	PR / PMDB	31.515	QUATRO	SIM	Ocupação	ALERJ	NÃO

**Tabela 6 – Vereadoras, votos e mandatos em 2012.**

**Fonte:** elaborado pela autora a partir de dados do TSE (2020), reportagens na imprensa e sites oficiais das vereadoras (2020).

A última legislatura analisada nesta pesquisa se refere ao período entre 2017 e 2020. Dados do TSE (2019) informam que o número proporcional de eleitas se manteve de 2012 para

2016 em todo país e na Câmara Municipal do Rio de Janeiro, sete mulheres foram eleitas, apenas duas delas novatas.

Entretanto, alguns fatores adversos marcaram a composição das cadeiras femininas no município neste pleito. Em março de 2018, a vereadora Marielle Franco, do PSOL, partido de esquerda, foi assassinada, um crime de grande repercussão e que fez com que a Câmara Municipal se tornasse o centro das atenções para assuntos diversos e não apenas àqueles relacionados ao delito em si. A representatividade feminina foi um deles. (PAULINO, JANONI, 2018)

Socióloga e militante dos direitos humanos e com capital político claramente ideológico, Marielle Franco nasceu e cresceu no Complexo da Maré, subúrbio do Rio de Janeiro. Integrou a equipe de campanha do deputado Marcelo Freixo (PSOL), de quem foi assessora parlamentar e com quem trabalhou por dez anos. Apesar de sua estreia nas disputas concorrendo a um cargo eletivo, foi a quinta candidata mais votada neste pleito – a segunda mulher – ficando atrás apenas de Rosa Fernandes. (TSE, 2020)

Foi presidente da Comissão da Mulher na Câmara e em matéria publicada pela revista Veja Rio em março de 2018 consta que em 15 meses na vereança, apresentou 16 projetos de lei. Dois deles foram promulgados, um sobre a regulação de mototáxis, importante meio de transporte usado em favelas, e outro sobre contratos da prefeitura com organizações sociais de saúde, alvo frequente de investigações sobre corrupção. (BARBOSA, 2018)

Foi agraciada, in memoriam, pelo Congresso Nacional do Brasil em março de 2019 com o Diploma Bertha Lutz, concedido a mulheres que ofereceram relevante contribuição na defesa dos direitos da mulher e questões do gênero no país.

A comoção que surge a partir do crime passa a movimentar as discussões no cenário eleitoral de 2018 e Marielle Franco acaba por se tornar referência, especialmente para a nova geração de políticas de esquerda. Nas campanhas daquele ano, a vereadora aparece como destaque em panfletos, propagandas eleitorais televisivas e nos discursos em palanques.

Com a ausência de Franco, assume Babá, um vereador suplente do PSOL, o que reduz o número de mulheres na Câmara para seis. Mas no início de 2019, uma nova dança das cadeiras promovida pelas eleições de 2018 deu espaço para mais uma novata na Câmara Municipal do Rio de Janeiro: Fátima da Solidariedade, do PSC, que havia conquistado, em 2016, apenas 4.419 votos. Assim, o grupo de mulheres ficou representado pelos seguintes partidos: PT, PRB, PSDB, PP, PSC e duas integrantes do MDB.

A segunda vereadora estreante nesta legislatura foi Luciana de Novaes, do PT, que se auto intitula, em suas redes de comunicação, a primeira vereadora tetraplégica do Rio de

Janeiro. Em 2003, quando cursava Enfermagem na Universidade Estácio de Sá, campus do Rio Comprido, foi atingida por uma bala perdida. Formou-se em Serviço Social e conquistou o primeiro mandato em 2016, após duas tentativas. (VEREADORA LUCIANA NOVAES, 2020)

Com atuação em prol das pessoas com deficiência, tem no tema seu principal mote de atuação, com projetos e proposições dedicados especialmente à melhoria da acessibilidade, do atendimento e pela geração de oportunidades de trabalho. Criou, na Câmara, um canal de telefone para atender às demandas deste público, iniciativa da Comissão dos Direitos da Pessoa com Deficiência, da qual é presidente. (VENTURA, 2017)

Pelo viés ideológico, mais frequente nos partidos de esquerda, apresenta-se como uma legítima representante da população, visto que enfrenta, ela própria as adversidades de quem necessita se locomover por meio de uma cadeira de rodas. Com presença frequente em palestras motivacionais é também uma vereadora de opinião, referência na causa dos deficientes, o que pode ser avaliado pelos artigos publicados na imprensa. (O GLOBO, 2019)

Maria Fátima Vasconcellos da Silva, conhecida como Fátima da Solidariedade, assumiu o mandato em 2019. Em seu perfil nas redes sociais informa que foi advogada e professora, mas optou pela política depois de dedicar mais de 15 anos ao trabalho social, iniciado após a perda de um filho. (FACEBOOK, 2020)

Em vídeo publicado no site da Câmara Municipal, a vereadora explica que, junto a outras mães, criou um grupo, que veio a se transformar na ONG da Solidariedade, uma organização que possui consultórios médicos e dá apoio a pessoas carentes.

A vereadora explica que esse trabalho de caridade a levou à política: “Lidava com pessoas muito pobres e eu, sendo uma parlamentar, tenho a condição de cuidar deles da melhor forma possível”. (CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO, 2020)

Filiada ao PSC, partido cristão, de direita, teve pouco mais de quatro mil votos e tem como região eleitoral a Ilha do Governador, e, como bandeira, a assistência social, o cuidado aos autistas e as políticas em prol da mulher. É presidente da Comissão da Mulher na Câmara.

Mais uma vez, a tabela abaixo permite um panorama da legislatura em questão, que termina no fim de 2020. O grande diferencial deste pleito aos demais analisados anteriormente é que surgem mais vereadoras de perfil ideológico e este capital político acaba por se equiparar ao familiar. Duas parlamentares podem ser caracterizadas por suas ocupações. A maioria segue com atuação em projetos de assistência social, mas um outro ponto que vale destacar é quanto à fidelidade partidária. Nenhuma das vereadoras mudou de legenda neste mandato até o momento.



Nome	Partido	Votos	Mandatos	Troca de Legenda	Capital Político	Concorreu a outros cargos	Assistencialismo Social
FÁTIMA DA SOLIDARIEDADE	PSC	4.419	UM	NÃO	Ocupação	NÃO	SIM
LUCIANA NOVAES	PT	16.679	UM	NÃO	Ideológico	NÃO	NÃO
MARIELLE FRANCO	PSOL	46.502	UM	NÃO	Ideológico	NÃO	NÃO
ROSA FERNANDES	MDB	57.868	SETE	NÃO	Familiar	NÃO	SIM
TÂNIA BASTOS	PRB	22.930	TRÊS	NÃO	Ideológico	NÃO	SIM
TERESA BERGHER	PSDB	30.566	TRÊS	NÃO	Familiar	ALERJ	SIM
VERA LINS	PP	36.117	TRÊS	NÃO	Familiar	NÃO	SIM
VERONICA COSTA	MDB	19.946	CINCO	NÃO	Ocupação	ALERJ	NÃO

**Tabela 7 – Vereadoras eleitas, votos e mandatos em 2016.**

**Fonte:** elaborado pela autora a partir de dados do TSE (2020), reportagens na imprensa e sites oficiais das vereadoras (2020).

Após a realização desta análise das cinco últimas legislaturas da Câmara Municipal do Rio de Janeiro foi possível chegar a algumas conclusões interessantes quanto aos perfis das vereadoras cariocas. Destaca-se aqui que os capitais políticos familiares e de ocupação compõem as representações da maioria das vereadoras: 40% delas têm a política como herança das relações familiares. Das 25 mulheres analisadas, 10 são filhas, esposas ou têm alguma outra relação de parentesco com parlamentares. Reportagem da revista Época, publicada em junho de 2019, confirma este fator, destacando que das 77 deputadas federais eleitas em 2018, ao

menos 21 são parentes de políticos. (PORTINARI, GULLINO, 2019) De qualquer maneira, essa relação familiar envolvendo mulheres e política não é característica recente. Durante o período de ditadura militar, por exemplo, a cassação de mandatos de parlamentares favoreceu a candidatura de esposas e irmãs de políticos nesta situação. Tanto que, nas eleições de 1965 – 1966, das treze candidatas à Câmara dos Deputados das quais saíram seis eleitas, cinco foram apresentadas pelo MDB e, destas, somente uma tinha eleitorado próprio, pois há quinze anos vinha tendo seu mandato renovado. (TABAK, TOSCANO, 1982:68 apud ÁLVARES, 2008. p.921)

Outras dez vereadoras analisadas conquistaram o cargo por suas ocupações profissionais ou sociais. Aqui estão englobadas, por exemplo, Veronica Costa, fundadora do grupo de funk Furacão 2000, Patrícia Amorim, que foi presidente do Clube de Regatas Flamengo e Leila do Flamengo, presidente da associação de moradores do bairro, entre outras. Vale destacar que a vereadora Márcia Teixeira se enquadra nos perfis de ocupação e familiar, por sua atividade como pastora e por ter sua campanha baseada na atuação do marido, também pastor. Já Aspásia Camargo e Sonia Rabello podem ter seus capitais considerados tanto de ocupação quanto ideológico, tanto pelas atividades exercidas no meio acadêmico como no Partido Verde.

Oito foram eleitas por seus perfis ideológicos e quanto a este quesito é primordial que se diga que estão contidas aqui cinco representantes da esquerda, de partidos como PT, PSOL e PV, que apresentaram mandatos independentes, podendo ser chamadas de “políticas de opinião”, em que a atuação e o posicionamento representam os mandatos. Também considerei de perfil ideológico as três candidatas de direita, de partidos como o PRB e PRONA/PR, com eleitorado formado nas igrejas evangélicas e na ideologia do partido, como é o caso da Srta Suely (PRONA). Uma vereadora de centro, Andrea Gouvêa Vieira, de capital de ocupação, também deve ser considerada independente, por sua atuação de “opinião”.

Apesar de a maioria ter se mantido fiel a um único partido, oito delas trocaram de legenda ao longo dos mandatos. Algumas por diversas vezes. Onze vereadoras, 44%, concorreram a outros cargos eletivos e muitas foram eleitas, deixando a Câmara. A maioria migrou para a Assembleia Legislativa do Rio, mas houve candidaturas para a Câmara de Deputados, Senado e prefeitura da cidade. Quanto ao assistencialismo social, 13 delas, 52%, estiveram envolvidas em projetos ou como proprietárias de centros sociais, tema, inclusive, que rendeu denúncias destacadas em jornais.

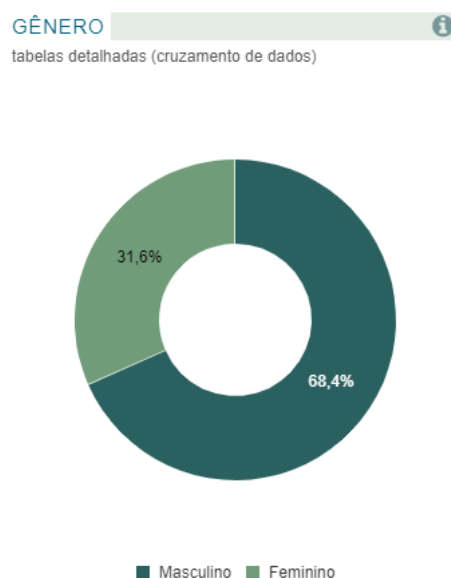
Para finalizar este capítulo é importante destacar que esta análise das eleitas para a Câmara do Rio reafirma a bibliografia vista anteriormente, que descreve não apenas a pouca presença de mulheres nos ambientes de decisão, mas, principalmente, a dependência usual de

um ator masculino para a entrada na política. Vimos aqui que 40% se candidataram com o suporte de maridos e pais, promovendo a continuidade de ações masculinas.

Contudo, indo além, isso não significa que o capital político familiar não representa candidaturas legítimas. É óbvio e transparente que muitas parlamentares nascidas em família de políticos têm vocação para os cargos eletivos que exercem. Mas é certo que existe um desafio muito maior do que o simples crescimento do número de mulheres nas casas legislativas e nos poderes executivos. Faltam candidatas independentes e que tenham capitais políticos também independentes, sejam eles de ocupação, ideológico ou outros.

## 2.2. Mudanças em 2018?

Esta seção que se inicia vai tratar das novas tendências que surgem a partir de 2018. O último pleito não teve grandes mudanças na eleição de mulheres. Como é possível analisar no gráfico abaixo, a média de candidaturas de homens e mulheres para as assembleias estaduais, Câmara de Deputados, Senado, governo dos estados e presidência da República também segue o mesmo padrão das candidaturas para o Legislativo carioca em 2016. Entretanto, falou-se mais em representatividade de gênero.



**Figura 4 – Candidaturas do Rio de Janeiro em 2018.**

**Fonte:** TSE (2019).

Ao estarem normalmente condicionadas a um papel de coadjuvante na história do Brasil, é interessante analisar a atuação de mulheres em situações singulares no cenário político. De fato, comumente não exerceram funções diretas nas altas instâncias do poder – apesar de termos tido uma mulher como presidente eleita – mas participaram de maneira diferenciada. Moraes

(2013) destaca a atuação das mulheres nestes momentos históricos como nas campanhas do pós-guerra, em 1942, nos anos de chumbo da ditadura militar, quando surgem com a luta pela anistia a presos políticos, no trabalho comunitário, com o apoio da igreja e das pastorais e, posteriormente, na batalha pela democracia. Fossem conservadoras, em defesa da religião e da família, ou revolucionárias, as mulheres, em algum campo, mesmo distantes da política, participaram ativamente dos movimentos políticos nacionais contemporâneos. (MORAES, 2013)

Nas eleições de 2018 foi possível notar o surgimento de um fenômeno especialmente interligado às redes sociais e aos partidos de esquerda, que trouxe o tema da representatividade feminina para o centro das discussões. A literatura aponta, de fato, para um maior estímulo dos partidos de esquerda ao engajamento ideológico, como mostra Araújo (2005, p. 199)

O amplo estudo comparativo de Katz e Mair (1992), envolvendo 30 anos (1960-1990) de existência de organização de 79 partidos de democracias consideradas consolidadas, mostra que foram os partidos de esquerda os primeiros a incluir algum tipo de norma interna voltada para ampliar a participação das mulheres. Talvez seja por isso que, desde os primeiros anos analisados, esses partidos detivessem percentuais maiores de dirigentes e de representantes parlamentares. Todos os estudos mais recentes corroboram essa tendência.

Os setoriais de gênero, raça e demais diversidades foram adotados pela maioria dos partidos. As iniciativas de inclusão tornaram-se parte das agendas, mas fato é que, ao dedicar mais atenção às mulheres, a esquerda acabou por provocar um “efeito dominó”, incentivando mudanças nas outras legendas. (ARAÚJO, 2005)

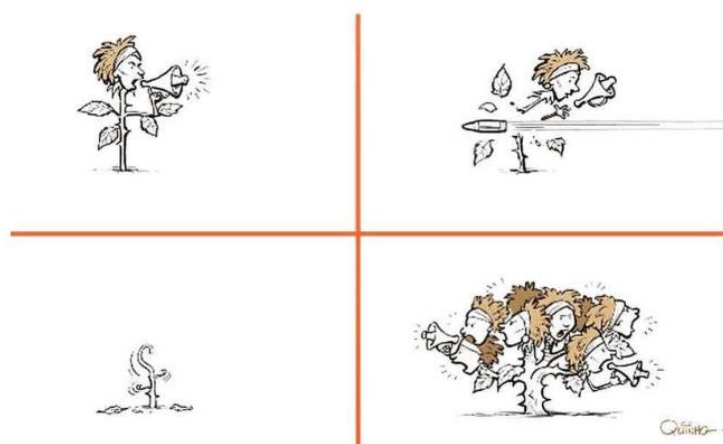
Nas eleições de 2018, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) registrou a candidatura de 1.150 mulheres no estado do Rio para a Assembleia Legislativa (Alerj). O número de homens foi de 2.545, o que significa uma diferença de 68,9% para 31,1%. Tais percentuais não diferem muito dos apresentados nas eleições anteriores. Em 2014, por exemplo, também na disputa por uma vaga na Alerj, foram 957 candidatas inscritas e 2.201 candidatos/as: 69,5% de homens e 30,2% de mulheres.

Todavia, nas campanhas eleitorais de 2018, a questão de gênero ganhou uma visibilidade maior, certamente influenciada pela morte de Marielle Franco, mas também pelas mudanças nas regras eleitorais, que estabeleceram a destinação de pelo menos 5% do Fundo Partidário para a participação feminina e de, no mínimo, 30% do tempo de televisão e de recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha para as candidatas.

Este fenômeno fez com que, além das agendas tradicionais, relacionadas à religião, defesa da família, em prol da saúde pública e da educação, as candidatas de 2018 estivessem

mais estimuladas a apresentar, nas campanhas eleitorais televisivas, os anseios pela igualdade de gênero. Somado a isso, surgiram, oriundos desta eleição, diversos movimentos incentivando que mulheres votassem em candidatas do sexo feminino. Os exemplos a seguir foram apresentados pelo site Hypheness como iniciativas para eleger mais mulheres naquele ano e que foram criados a partir do “efeito Marielle”.

O “Vote Nelas” identifica-se como uma ação suprapartidária feminina e feminista, a favor de mais mulheres na política. Já o “Mulheres Negras Decidem” uniu a militância de raça e gênero, promovendo a desmistificação de uma série de conceitos pré-estabelecidos sobre ambos os temas. No projeto “A Candidata” a intenção foi aumentar o número de mulheres nos cargos eletivos, formando uma rede de apoio apartidária visando à construção de lideranças. Na campanha “Meu voto será feminista” o lema foi ocupar espaços, inclusive a política, como um projeto de mulheres, para mulheres e com mulheres. Fundado em setembro de 2017, o #mapadasmina surgiu como plataforma digital para apoiar e promover as candidaturas femininas, mas que também atuava na promoção de eventos relacionados a segmentos diversos. Por fim, o “Libertas” foi criado por jornalistas de Minas Gerais para realizar a cobertura das eleições naquele estado com foco nas candidaturas femininas. Ainda assim, mesmo com o interesse pela política mais aguçado, o capital familiar ainda prevalece. Pesquisa da FGV Direito SP aponta que 49,4% das eleitas em 2018, 38 deputadas, sustentam relações familiares nas esferas de poder. (BARBIERI, RAMOS, 2019, p. 49)



**Figura 5 – Charge do cartunista Quinho, do jornal Estado de Minas**  
**Fonte: jornal Estado de Minas (2019)**

Mas a representatividade feminina nas eleições de 2018 não foi um assunto em voga apenas pela mudança conceitual na formação de novas candidaturas. Um problema que afeta a composição das chapas eleitorais desde a implantação das cotas de gênero foi novamente tema

de discussão após os pleitos daquele ano. A candidatura de “laranjas” ganhou as manchetes de jornal por causa do envolvimento de importantes nomes do PSL, então partido do presidente eleito, Jair Bolsonaro, e que ocasionou rugas públicas no Palácio do Planalto, a demissão de um ministro e legendas sendo publicamente questionadas pelo Ministério Público.

Reportagem de Bragon e Mattoso (2019) apresentou denúncias de que o então ministro do Turismo, Marcelo Álvaro Antônio (PSL) teria patrocinado um esquema de candidatura de laranjas em Minas Gerais, estado onde era presidente do partido. Quase R\$ 280 mil em verbas públicas, o equivalente aos 30% obrigatórios, foram distribuídos entre quatro candidatas que tiveram votação irrelevante. O dinheiro acabou sendo repassado a empresas de assessores, parentes ou sócios do ministro.

Bragon e Mattoso (2019) noticiaram ainda o repasse de R\$ 400 mil a uma candidata a deputada federal de Pernambuco, estado do presidente nacional do PSL, Luciano Bivar (PSL-PE). Segundo a reportagem, a pleiteante, que teve 274 votos, foi beneficiária do terceiro maior volume de recursos transferido a um/a candidato/a, mais do que recebeu Joice Hasselmann (PSL-SP), a deputada mais votada do país entre as mulheres. Na ocasião, Bivar (2019 apud MATTOSO, BRAGON, SUAREZ, 2019, n.p.) criticou as cotas e deu ao jornal a seguinte declaração:

Você tem que ir pela vocação, tá certo? Se os homens preferem mais política do que as mulheres, paciência. É a vocação. Se você fosse fazer uma eleição para bailarinos e colocasse uma cota de 50% para homens, você ia perder belíssimas bailarinas. Porque a vocação da mulher para bailarina é muito maior. É uma questão de vocação. Não sei como é na sua casa, mas acho que seu pai seria candidato e sua mãe, não. Ela prefere outras coisas, ver o Jornal Nacional e criticar. Do que entrar para a vida partidária. Não é muito da mulher.

A polêmica em torno da falsa candidatura de mulheres estendeu-se pelo ano de 2019, com desdobramentos gravíssimos para a cena política. Por mais que a acusação do uso de “laranjas” seja feita a vários partidos, a maior discussão envolveu o PSL. Bivar foi alvo de uma operação da Polícia Federal que investigava o lançamento de candidaturas fraudulentas no estado de Pernambuco, que teriam sido usadas para desviar recursos dos fundos Eleitoral e Partidário nas eleições de 2018. O desgaste das acusações foi o estopim para a saída do presidente Jair Bolsonaro do partido, gerando uma situação até então inédita na política brasileira: Bolsonaro tornou-se o primeiro presidente da República sem legenda.

Em novembro de 2019, Bivar e três candidatas “laranja” do PSL foram indiciados, acusados dos crimes de falsidade ideológica eleitoral, associação criminosa e apropriação indébita de recursos destinados às eleições. Reportagem de Prazeres (2019) em O Globo

informa que as pleiteantes, com pouca viabilidade eleitoral, recebiam recursos do partido para as suas candidaturas. No entanto, a verba era desviada para custear despesas, em geral, de homens. E assim, o partido burlava a lei eleitoral de destinação de recursos às mulheres.

Ao avaliar o fato de que a denúncia de falsas candidaturas integra as manchetes dos principais jornais do país, reunindo, em uma única reportagem, nomes do mais alto escalão da política a um crime eleitoral de gênero, chega-se, mais uma vez, à reflexão de quão difícil é o caminho das mulheres na direção de um mandato. Afinal, se o partido mais importante do país nos anos de 2018 e 2019 não demonstra apreço pela lei eleitoral que propõe ao menos diminuir o desequilíbrio entre homens e mulheres nas cenas políticas, o que esperar dos demais?

Além disso, é lastimável considerar as declarações feitas por Bivar à imprensa, afirmando que as mulheres têm mais vocação para bailarina do que para a política, especialmente por se tratar do presidente do maior partido do país na atualidade. É claro que há muitos conceitos mais uma vez envolvidos em tal depoimento. Machismo, misoginia, tradição, coronelismo são apenas alguns a serem citados. Entretanto, face ao cenário de 2018, com mudanças conceituais quanto à participação feminina nos ambientes de decisão, trata-se de uma fala de retrocesso.

Em conversas com as representantes de partidos realizadas para esta pesquisa, as candidaturas falsas são abordadas comumente. Os partidos têm, de fato, enorme dificuldade no recrutamento de mulheres e buscam, segundo informado, opções constantes para evitar as candidatas “laranja”, como a realização de trabalhos de conscientização por meio de palestras e reuniões. Muitas dizem ainda que a opção de ser uma falsa candidata em diversos casos parte da própria pleiteante, com o objetivo de direcionar os recursos recebidos para companheiros ou outros homens com quem possuem algum grau de parentesco. Mas, independentemente do motivo que leva à criação de uma candidatura falsa, este acaba sendo mais um impedor de uma maior presença feminina na política. Mais um obstáculo no trajeto longo e difícil até uma representatividade mais efetiva.

### 3 AS ENTREVISTAS

Ao longo desse estudo foram apresentados os principais fatores que influenciam a participação das mulheres na política e, como foi visto, os partidos têm papel fundamental para a promoção de uma maior representatividade. Sendo assim, esta dissertação se propôs a ouvir as representantes estaduais de partidos com vereadoras eleitas na Câmara Municipal do Rio de Janeiro entre 2016 e 2020, com relevância no cenário municipal, estadual e nacional, e que tenham aceitado participar da pesquisa. O objetivo destas entrevistas foi, primeiramente, entender como funcionam os setoriais de mulheres, qual a importância dada a eles pelos partidos e de que forma esses espaços atuam em prol da promoção de candidaturas femininas.

Refiro-me às entrevistadas como “representantes” e não somente como “secretárias” porque alguns dos partidos participantes não possuem uma secretaria de Mulheres propriamente dita. Em outros, o cargo é de presidente de diretório e há ainda os que possuem setoriais de gênero.

A escolha das entrevistadas se deu primeiramente pela seleção dos partidos que possuíam vereadoras na Câmara Municipal do Rio de Janeiro na última legislatura, de 2016 a 2020, importância no cenário nacional e, obviamente, pela disponibilidade e aceite por parte das representantes em participar da pesquisa.

As entrevistas, adotando o método qualitativo, tiveram início em fevereiro de 2019 e fim em dezembro de 2019, e foram realizadas por meio de encontros presenciais, nas sedes dos partidos, ou por telefone, gravados, em que todas as entrevistadas responderam às mesmas perguntas. Os primeiros contatos se deram a partir dos partidos, que indicaram as representantes. Todas foram informadas do objetivo da entrevista, concordaram em participar e receberam um termo de autorização por escrito ou por mensagem de WhatsApp. O roteiro de perguntas pedia primeiramente que as entrevistadas se apresentassem e contassem um pouco das trajetórias de vida e no partido. Em seguida, foram feitas perguntas sobre cotas, verbas, apoio dos partidos à candidatura de mulheres, ações do setorial em prol das candidaturas femininas, os motivos que afastam as representantes do sexo feminino da política e as maneiras de se promover mais equidade de gênero nos cargos eletivos.

A seguir será feita uma apresentação destas representantes e, logo depois, uma análise das informações apresentadas por elas sobre temas concernentes à construção das candidaturas e à representatividade nos ambientes de decisão de uma forma geral.



### 3.1 Quem são as representantes dos setoriais de mulheres

Para esta dissertação foram ouvidas as seguintes representantes de mulheres: Fabiana Santos, do PT-RJ, Kátia Lôbo, do MDB-RJ, Neli Fraga Neri da Silva, do PSDB-RJ, Rojane Dib, do DEM-RJ, Liliana Maiques, do PSOL-RJ, Nea Marioz, do PP-RJ, Helaísse Magarinos, do PV-RJ e Ana Rocha, do PCdoB – RJ, cujos perfis são apresentados a seguir por ordem da realização das entrevistas.

Aos 36 anos, Fabiana Santos está no PT desde 1998. Apesar de nunca ter se candidatado a cargos eletivos, milita no Partido dos Trabalhadores há tempo suficiente para, segundo ela, ser conhecida e respeitada. Antes disso foi presidente de grêmios estudantis, coordenadora de centro acadêmico e disputou outros cargos dentro do partido antes de assumir a secretaria de Mulheres em 2017, para um mandato de quatro anos. Aluna do Instituto de Educação Rangel Pestana, em Nova Iguaçu, RJ, participou da reativação do grêmio estudantil da escola e, depois de anos na diretoria, tornou-se presidente. Em eventos promovidos pela UBES – União Brasileira dos Estudantes Secundaristas, teve contato com partidos de esquerda, que, na opinião dela, têm uma militância mais forte junto aos estudantes.

Nas eleições de 1998, quando era presidente do Grêmio Estudantil, participou de um evento com o então governador Anthony Garotinho e, como ela própria descreve, se “encantou” pela vice-governadora, Benedita da Silva, por sua força e representatividade.

Neste momento teve a certeza de que o PT era o partido para onde deveria ir. A partir daí passou a se dedicar à política, atuando em cargos públicos, como subsecretária de Estado, superintendente da secretaria de Política para as Mulheres e na secretaria estadual de Direitos Humanos.

“Observando muito o PT e a sociedade achei que era o movimento feminista que precisava de mim, que o partido precisava de mim. Estávamos em um momento de grande retração na secretaria de mulheres, um esvaziamento muito intenso, e eu via a antiga secretária muito sozinha. Foi aí que comecei a militar internamente. Queria aprender, mas ainda tinha alguns preconceitos, então passei por um processo de formação. Às vezes a gente se percebe feminista, mas não sabe muito bem como e nem porque, a gente só reage sob pressão”.

Bastante articulada, Santos mostrou também muita identificação com as causas feministas, falou de temas polêmicos de forma franca, fez críticas ao próprio partido e esteve bem à vontade para tratar dos assuntos propostos na entrevista. Disse que só conseguiu se impor dentro do partido por “bater de frente” com os homens.

A secretária de Mulheres do MDB-RJ, Kátia Lôbo, está no partido há 38 anos e conta que entrou para a política por conta de muito idealismo. Foi criada pela avó que, divorciada, era admiradora do senador Nelson Carneiro, autor da Lei do Divórcio, e que exercia, segundo ela, ampla militância. Não na política, mas social, como funcionária pública que criou filhos e netos com pouco ou quase nenhum suporte.

Professora, Kátia Lôbo atuou na alfabetização de adultos e explica que, como admiradora de Leonel Brizola e Ulysses Guimarães, vivenciou o movimento das Diretas Já e a Constituinte. Foi cara pintada e, nas ruas, por conta da militância, chegou a apanhar de cassete nas manifestações. Foi fundadora do MDB Mulher. “Mesmo admirando o Brizola, o meu ideal político era o mesmo do Tancredo Neves e do Ulysses Guimarães, então eu me filiei ao MDB e é o partido que eu tenho na minha vida até hoje. Ruim ou bom é, para mim, o maior partido do país”. Tendo sido uma das fundadoras do MDB Mulher, Lôbo foi presidente em Niterói, município onde mora, e segunda vice-presidente estadual. Em 2007 ficou em um mandato tampão, mas não saiu mais da secretaria.

Na entrevista, demonstrou bastante conhecimento da velha política, graças, certamente, aos quase 40 anos de permanência no partido. Porém, ao defender a paridade de gênero, acaba por questionar a existência da secretaria, ao afirmar que há homens nos parlamentos que representam melhor as mulheres do que elas mesmas. “É preciso aprender o jogo masculino”, disse ela.

Fez ainda uma defesa passionai do MDB, utilizando a parábola da águia que se recolhe, arranca o próprio bico e penas para renascer. Disse que o partido passou pelo mesmo processo – após seus principais políticos serem presos por envolvimento em esquemas de corrupção – e que está pronto para se renovar.

Neli Fraga Neri da Silva, mais conhecida como Lica do São Roque, é assistente social e está no PSDB desde 2007, tendo sido uma das fundadoras do setorial de Queimados, no Rio de Janeiro. Foi a primeira vereadora eleita naquele município para o mandato de 2000 a 2004, e ali presidiu o partido em 2005. Dois meses antes de sua eleição, o marido foi sequestrado e morto, segundo ela, por engano, crime que chegou a ser atribuído à sua atuação política.

O assassinato causou, obviamente, consequências diversas em sua vida pessoal e profissional. Porém, Lica do São Roque mostrou-se, durante a conversa, muito cativada pela política e animada pela defesa dos interesses do partido. Contou, por exemplo, que nunca deixou de militar, mesmo nos tempos mais difíceis.

“O PSDB vivia um momento de estagnação. Comprei uma bicicleta, pinte de amarelo e azul e saí montando os quadros. E só desta forma consegui eleger dois vereadores. A partir daí o partido foi crescendo, ganhando respeito. Só

não chegamos a ter mais destaque porque em primeiro lugar vem sempre a máquina” – conta, se referindo ao partido da situação.

Quando assumiu a secretaria de Mulheres em 2017, Lica do São Roque não acreditava, em suas palavras, que um quadro da Baixada Fluminense conseguiria espaço no diretório estadual. Ainda assim acabou sendo eleita, vencendo a então secretária. No pleito de 2018 licenciou-se para tentar uma vaga de deputada estadual, mas retornou ao cargo após ter pouco mais de 2.600 votos e não ser eleita.

Na entrevista, surpreendeu ao afirmar ser difícil trabalhar com mulheres e ao associar o sexo feminino a temas como “pureza” e “competição”, analogias tão criticadas pelas correntes feministas.

“Nós devíamos ser mais amigas umas das outras, mas eu vejo um cenário de muita disputa e competição. Os homens são mais unidos. As mulheres são mais sensíveis, mais puras, mas quando precisamos unir forças, eu acredito que uma enxerga a outra como concorrente”.

A presidente do DEM-Mulher estadual, Rojane Dib, foi entrevistada por telefone, em uma conversa de cerca de meia hora. A professora, com cursos de literatura portuguesa, administração escolar e políticas sociais, entre outros, está no cargo há quatro anos, estando em seu segundo mandato. Antes disso ficou dois anos como presidente municipal e depois secretária municipal. Uma trajetória, segundo ela, de muitos anos de militância, que teve início em outro partido, em que já fazia parte do grupo de mulheres, sendo responsável pelo movimento na Zona Oeste, em Campo Grande. Foi candidata a vereadora em 2008, recebeu seis mil votos e não foi eleita.

Dib conta que é por meio do cargo de presidente que tem a oportunidade de ter contato com outras mulheres, buscar novas lideranças e fazer com que o partido tenha um grupo representativo de mulheres da sociedade em sua vida pública no estado do Rio.

Muito consciente e articulada ao mencionar os obstáculos para o recrutamento, não se prende, ao longo da conversa, às pautas feministas, dando mais destaque especialmente a importância da equidade. “Temos que entender que a participação feminina tem uma representatividade muito grande, porque nós somos maioria”.

O PSOL-RJ não conta com uma secretaria de mulheres e sim um setorial, onde não há um/a único/a responsável. A advogada Liliana Maiques, uma das que respondem pelo núcleo, explicou o motivo pelo qual o partido optou por não ter uma secretaria.

“Optamos por não montar uma secretaria, com uma secretária ou coordenadora, porque essa foi uma experiência que tivemos no PT. Muitas de nós fomos do PT e lá os secretários dos setoriais tinham assento nas

executivas. Isso era para garantir que as instâncias de direção também tivessem alguém comprometido. Afinal, sabemos que não basta ser mulher para estar comprometido com a luta feminista. Achávamos que era muito importante ter uma mulher dentro da instância de direção comprometida com a luta de construção da militância feminista. Só que isso gerou uma outra deformação. No caso da secretária de Mulheres, para ter aquele cargo e, conseqüentemente, para ter direito a voto na executiva, a maioria da direção disputava os secretários dos setoriais. E isso acabou sendo tão deturpado, que chegamos a ter uma pessoa não negra como secretário nacional de Negros e Negras, um homem como secretário nacional de Mulheres. Foram algumas distorções que mostraram que a luta interna acabou destruindo aquilo que achávamos tão importante, que era, na verdade, uma pessoa que representasse uma luta coletiva e não os interesses dela ou da sua corrente dentro do partido. Por isso optamos por não ter secretária de Mulheres no PSOL”.

Feminista e militante, Maiques foi do PT de 1991 a 2002, quando foi expulsa do partido. Participou da fundação do PSOL, desde quando foi lançado o movimento Esquerda Socialista Democrática, em janeiro de 2004. Foi candidata a vereadora em 2012, mas não se elegeu. Articulada, engajada e com discurso ideológico, a representante destaca a “Primavera Feminista” – movimento de esquerda em que mulheres se uniram contrárias ao Projeto de Lei 5069/2013, do então deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), que alterava o entendimento do que se considera violência sexual – como um marco na mudança do olhar para as candidaturas femininas.

Natural do Rio de Janeiro e moradora do Engenho de Dentro, Nea Marioz conta que traçou um longo caminho antes de chegar ao cargo de coordenadora do movimento de Mulheres do Partido Progressista. Foi manicure, trabalhou como faxineira e vendendo salgadinhos até entrar para a faculdade de Ciências Contábeis. Tinha o sonho de cursar Medicina, mas não conseguiu pelas condições da família.

Com 19 anos, passou em um concurso público para a secretaria de estado da Fazenda. Pós-graduada em Gestão Pública e Governamental chegou ao cargo de diretora geral. Completou recentemente 40 anos no serviço público e afirmou que este trabalho foi sua inspiração para entrar na política, “porque é ali que se vê a assistência social de perto”. Foi candidata à deputada estadual em 2018, mas não conseguiu se eleger. “Não gostava de política. Achava a política uma coisa assustadora, que o objetivo das pessoas era olhar para o próprio umbigo e não olhar para a sociedade. Eu tinha essa percepção”, afirmou.

Em 2007, apesar da longa experiência na secretaria de Fazenda, foi substituída, segundo ela, por uma pessoa da equipe do atual secretário, por motivos políticos. Foi neste momento que entendeu que também deveria entrar para a política e fazer um trabalho diferenciado, voltado à área técnica e não partidária. Foi convidada, em 2009, pelo então presidente do PP, Francisco Dornelles, para ser a coordenadora estadual do movimento de Mulheres.

Na entrevista, transpareceu que o maior objetivo de sua gestão à frente do setorial é dar mais espaço para as mulheres, mas, em nenhum momento falou em feminismo. Na opinião de Marioz, também o partido busca essa equidade, mas as falas são conservadoras como, por exemplo: “Meu presidente, Dornelles, é muito aberto. Adora trabalhar com mulheres”.

Tendo sido uma das fundadoras do Partido Verde em Petrópolis, Região Serrana do Rio de Janeiro, em 1988, a médica Helaísse Magarinos conta que se interessou pelo partido por seu viés ideológico. Ela conta que o PV simbolizava tudo o que sempre desejou em termos de uma sociedade mais justa e mais equilibrada, mesmo em um tempo em que quase não se falava em sustentabilidade. Ao ler o estatuto do partido e a carta manifesto escrita pelo ativista Herbert Daniel, achou muito emblemático e que poderia contribuir com o movimento verde.

Secretária estadual da Mulher e também à frente da secretaria de Mobilização, foi presidente do PV de Petrópolis, mas por um curto período. Magarinos destaca que prefere participar de ações da sociedade civil, discussões sobre planejamento estratégico e da área da saúde, por exemplo, especialmente pelos anos dedicados ao trabalho realizado no SUS.

Ocupando o cargo na secretaria há três anos, está no segundo mandato, mas mostrou-se abatida pela situação de pouca verba destinada às mulheres, que a impede de realizar o trabalho no setorial, mesmo sendo o PV um partido global, com intensa participação de parlamentares verdes pelo mundo. “Nunca fui candidata e nem tive cargo. Nunca tive vontade de me candidatar, porque sempre preferi ficar na direção. Mas pode ser que um dia eu vá fazer esse papel”, disse.

A última representante ouvida foi Ana Rocha, do Partido Comunista do Brasil. Em uma conversa franca, por telefone, contou sobre sua relação com o partido, que teve início em 1973. Foi presidente do PCdoB por 18 anos, mas nunca se candidatou a cargos eletivos. Faz parte, desde a década de 70, da direção nacional, além de compor a coordenação do Fórum Nacional do PCdoB sobre a Emancipação de Mulheres. Psicóloga, formada pela Universidade Federal da Bahia, Rocha também é jornalista, estudou políticas públicas e fez mestrado sobre o tema mulher e trabalho. Fundou a revista Presença da Mulher e a União Brasileira de Mulheres, além de ser coordenadora de um centro de estudos e pesquisa. Como ela mesmo se define, virou especialista no tema.

Está em seu segundo mandato na secretaria de Mulheres e explica que sua grande vantagem é que o partido tem a mulher em seu DNA. Ao listar os nomes de parlamentares do PCdoB em destaque no cenário nacional, explica que são os exemplos práticos que têm mais importância para a promoção da representatividade.

“Sempre tivemos o investimento na presença das mulheres na política. E o resultado: a presidente nacional do partido é uma mulher, Luciana Santos. Isso mostra o esforço do partido em empoderar as mulheres. E temos ainda um trabalho continuado nesse sentido, também na questão da formação e capacitação das mulheres”, detalhou.

### **3.2 O que pensam as representantes dos partidos**

Nesta seção, serão apresentadas as opiniões das representantes sobre temas relacionados à formação do núcleo, o recrutamento das candidatas, cotas de gênero, divisão de verbas de campanha, posicionamento dos partidos quanto às candidaturas femininas e interesse das mulheres pela política. Como mencionado anteriormente, foram realizadas as mesmas perguntas a todas as oito entrevistadas e as respostas serão abordadas por assuntos.

#### **Os núcleos de Mulheres**

Independentemente de ser uma secretaria, um núcleo ou um movimento, todos os partidos ouvidos possuem coordenadoras dedicadas às políticas para mulheres. O principal trabalho desenvolvido está baseado na promoção de ações de conscientização política e de qualificação para candidatas, por meio de reuniões, palestras e workshops para as interessadas em concorrer. Tais atividades são realizadas pelos próprios partidos ou em parceria com profissionais ou fundações. O PV, por exemplo, tem o apoio da Fundação Herbert Daniel; o PP, da Fundação Milton Campos; o MDB, da Fundação Ulysses Guimarães e o PSDB, do Instituto Teotônio Vilela. Outro ponto em comum: todos os partidos entrevistados contam com outros setoriais dedicados à grupos e minorias, como LGBT e negros/as.

Todas as legendas ouvidas possuem setoriais ou secretarias de mulheres nos estados e algumas em diversos municípios, o que faz com que os movimentos acabem por atuar em camadas, com a executiva nacional ficando responsável pelas decisões macro. A forma como estas coordenadoras são escolhidas varia de acordo com o partido. No PT, a escolha da secretária é feita por eleição e os mandatos são de quatro anos. No MDB e no PSDB também são escolhidas por eleição, mas com mandato de dois anos e possibilidade de reeleição. No Democratas, a escolha é feita por aclamação e nos demais, Progressistas, Partido Verde e PCdoB, as coordenadoras são indicadas. Nestes dois últimos, com mandatos também de dois anos. O PSOL, como dito anteriormente, não possui secretária ou secretaria.

No Partido dos Trabalhadores a secretaria estadual do Rio de Janeiro foi criada na década de 80, mas antes disso as mulheres se organizavam em núcleos. Assim como as demais

seções do partido, a secretaria tem assento na executiva estadual, onde participam e opinam, mas não têm direito a voto. É composta pela secretária e mais um coletivo, formado por 10 pessoas e três suplentes. Fabiana Santos explica que foi a primeira jovem a entrar no coletivo nacional de Mulheres do partido. Os grupos de militância atuavam de forma separada e não se sobrepunham. Quem era da Juventude, por exemplo, não podia militar em nenhuma outra área. Mesmo que um militante pudesse ser jovem *e* mulher; ser mulher *e* negra ou ser mulher *e* homossexual, o partido não adotava a transversalidade e a interseccionalidade, e o militante deveria escolher apenas uma causa pela qual desejasse lutar.

“As mulheres pretas, por exemplo, só podiam militar no combate ao racismo e não na questão de gênero. Mas não dava para negar algo que eu sou por conta de uma determinação interna do partido”, detalha, explicando que em 2005 o partido mudou esta vertente, quando assumiu o governo, tendo uma visão mais ampla dos problemas causados por essas divisões. Neste momento avançaram, permitindo a integração das militâncias.

Assim como no PT, no PSOL os setoriais também são organizados a partir de militâncias, e o de Mulheres foi o primeiro a ser criado. Ainda em 2004, na coleta de assinaturas para o pedido de registro do partido, as mulheres participaram de maneira auto organizada, sendo esta a primeira atividade do futuro setorial. Apesar de ser também de esquerda, o PCdoB adotou uma outra vertente para a criação do seu movimento de Mulheres. Mesmo contando com secretarias nos diretórios, bem como nas capitais e municípios com as maiores populações, o partido atua principalmente por meio de um Fórum Nacional sobre a Emancipação da Mulher, formado por mulheres e homens. Já no Partido Verde, a comissão executiva indica os nomes para liderar os movimentos e as pessoas dizem se aceitam ou não participar.

No MDB, a secretaria foi criada por Moreira Franco e Michel Temer em meados dos anos 2000, e nasceu a partir do movimento feminino, que teve início em 1988, com a instalação da primeira delegacia da Mulher em São Paulo. O trabalho do núcleo, explica a secretária Kátia Lôbo, é voluntário.

No PSDB, a secretaria foi criada em meados de 2014 e possui mais de 100 mulheres participantes no Rio de Janeiro. Segundo Lica do São Roque, o partido teve um momento de retração, mas atualmente vive uma curva de crescimento, o que favorece a formação do secretariado nos municípios. “Enfrentamos dificuldades porque muitas vezes é necessário um número grande de mulheres e são poucas as filiadas”, explica.

Rojane Dib, explica que o diretório DEM-Mulher, junto ao Juventude, são os movimentos de mais força no partido. E no Progressistas, o movimento surgiu praticamente

junto à criação do partido, há cerca de 30 anos. Mas, segundo a secretária Nea Marioz, as ações começaram efetivamente a partir de 2010 e também depende da atuação de voluntários.

### **Recrutamento**

Além de promover a formação das candidatas e debater temas de interesse, os núcleos de Mulheres têm também o objetivo de atuar no recrutamento. E, até mesmo pela exigência de que as legendas apresentem 30% de candidaturas femininas, este trabalho é visto com grande importância pelos partidos ouvidos. As duas formas utilizadas são o auto recrutamento, quando as interessadas procuram o partido para se filiarem, ou a convocação do próprio partido, que busca pessoas, normalmente com perfis populares e atuações de liderança, para compor as nominatas.

Entre os partidos entrevistados, um assunto comum foi que as denúncias recentes de corrupção acabaram por prejudicar a identificação das pessoas e, conseqüentemente, o auto recrutamento. Isso aconteceu especialmente nos partidos de centro. Na esquerda, o sentimento de reconhecimento diminuiu, mas ainda existe. E tem ainda o caso do PSOL, que viu, nas eleições de 2018, seus quadros aumentarem, especialmente formados por mulheres e negras por conta do “efeito Marielle”.

“Eu nunca vi, nesses anos todos de PSOL, tantas mulheres procurarem o partido. Fizemos até um processo de sabatina, com várias candidatas e candidatos. Antes disso, era muito difícil ter mulheres militando no partido. Mulheres negras mais ainda. Houve um processo de despertar do movimento negro e de mulheres negras. Uma série de iniciativas políticas e culturais de mulheres negras que eu nunca tinha visto antes na história.”

Maiques conta ainda que esse efeito foi sentido pelo partido, que teve que se adequar. “A direção que sempre abafou o espaço das mulheres, não pode mais fazer isso porque é um suicídio eleitoral.” Entretanto, ela diz que nem sempre foi assim.

“Já foi muito difícil. A lei exigiu e a gente tinha candidatas que não tinham muita vontade. Não eram figuras de tanta proeminência, não eram tão conhecidas, achavam que teriam muita dificuldade, não tinham muito material e não havia estrutura, o que as deixava desmotivadas. Como estamos muito associadas a cuidar dos filhos e da casa, a gente acha que ali não é nosso espaço e é muito difícil desconstruir isso.”

Diante dessa dificuldade em formar os quadros, os partidos passaram a adotar novas técnicas para o recrutamento de mulheres e até mesmo a busca de candidatas em outras legendas. Lica do São Roque foi pragmática ao afirmar que o PSDB vai atrás das mulheres



especialmente para conseguir cumprir a cota. Já Rojane Dib, do DEM-Mulher, explica que a cada ano de eleição entram várias candidatas, mas muitas que não se elegem acabam saindo.

“Atualmente com 50 mulheres filiadas, o DEM tem ido buscar candidatas também em outros partidos. Foi realizado um levantamento de todas as mulheres que foram candidatas para, assim, tentarmos atrair novas representantes. Conseguimos, nas últimas eleições, ter bastante candidatas, tanto no nível federal quanto no nível estadual. Então penso que estamos indo no caminho certo. O Democratas está se modernizando, com propostas boas, muita formação, muita liderança, e isso tem nos dado um certo conforto e uma certa atratividade na vinda dessas mulheres.”

Ana Rocha, do PCdoB, Nea Marioz, do PP e Kátia Lôbo, do MDB, mesmo representando partidos de esquerda, direita e centro respectivamente, utilizam a mesma forma de recrutamento, que são os eventos e cursos de capacitação. Lôbo conta que essas ações atraem também candidatos de outros partidos. “Criamos uma conscientização ensinando, por exemplo, as mulheres candidatas a não darem dinheiro do fundo para nenhum candidato homem”. Segundo Rocha, os cursos são importantes porque “há o anseio das mulheres, mas é preciso ter um canal de reforço”. Já a progressista Marioz conta que o partido também tem bom retorno quando promove dias de filiações com palestras sobre temas políticos, mas o auto recrutamento é mais raro acontecer.

“Normalmente, dentro da presidência do partido no município, já estão as lideranças conhecidas. Aí vemos se, de fato, é plausível. Às vezes escolhem amigos ou parentes e precisamos ter um olhar mais crítico, se a pessoa tem expertise, desenvolvimento, qual o pensamento dela, se está pensando mesmo em entrar para a política ou se está ali somente a pedido do presidente.”

A mesma preocupação tem o Partido Verde. Mesmo aqueles que procuram a legenda por afinidade precisam ler o programa, o estatuto, para ver se, de fato, concordam com a ideologia. É o que explica a coordenadora Helaísse Magarinos.

“Não vamos propriamente atrás das pessoas. Temos feito eventos e participado de uma série de ações, tanto de lutas nacionais como regionais em que acabamos por estar com pessoas que têm afinidade. E assim convidamos para participar de uma reunião nossa. Nestas reuniões abertas, se filiaram e vários disseram que querem ser candidatos. É algo que acontece espontaneamente.”

No Partido dos Trabalhadores, o processo de filiação acontece também pela internet, mas precisa ser validado pessoalmente, quando o/a candidato/a vai até a sede e passa por formação interna. Segundo Fabiana Santos, o PT não busca possíveis candidatas, mas as mulheres costumam procurar o partido por se identificarem com a agenda política. De acordo

com a secretária, de outubro de 2018 até fevereiro de 2019, 5 mil pessoas se filiaram ao PT. Destas, 2.300 são mulheres.

### **Cotas de gênero**

Quando perguntadas sobre as cotas de 30% para candidaturas femininas, estabelecidas por lei, as opiniões das representantes variaram. Engana-se quem pensa que o apoio à existência das cotas é unanimidade. Não é. Há as favoráveis, obviamente, mas uma das coordenadoras se disse contrária. Outra acha que devem ser extintas com o tempo, mas todas concordaram com a dificuldade em preencher os 30%, opiniões bastante singulares que promovem o questionamento se de fato os núcleos de gênero existem para incentivar a equidade ou para cumprir a lei.

Lica do São Roque, a secretária peessedebista, explica que nas últimas eleições tinha candidatas sobrando, por conta do trabalho realizado durante anos, mas que, segundo ela é muito difícil, especialmente “porque as pessoas não são politizadas”. Mas foi enfática ao afirmar:

“Sou contra a cota para mulheres porque isso incentiva as laranjas. Os partidos ficam tão preocupados em cumprir a cota que acabam colocando qualquer pessoa e isso deveria ser uma conquista. As mulheres deveriam querer vir candidata e não ser candidata à força. Temos dificuldade de conseguir mulheres para se candidatar. Os partidos pregam que não, mas não é fácil. Todos têm dificuldades de encontrar mulheres.”

Ela se justifica dizendo que gostaria que todas as candidatas do partido fossem mulheres, mas não por obrigação e sim por mérito.

“A cota não é uma forma de incentivar ou corrigir. Para uma candidata que nunca teve uma vida política ou foi ativa em uma comunidade é muito complicado ser chamada por um partido e começar a atuar sem orientação. É preciso ter um suporte, alguém ensinando a fazer política e campanha. Mas o que acontece normalmente não é isso”.

No Democratas, Rojane Dib acha que as cotas são necessárias, mas devem ter fim em pouco tempo por conta de um movimento natural de aproximação das mulheres da política. “As cotas são importantes, mas daqui a alguns anos não precisarão ser impostas e sim uma vontade das mulheres. É um movimento que está acontecendo no Brasil como um todo e eu acho que em pouco tempo essas cotas serão extintas”.

Ela conta que vem conseguindo cumprir a cota, mas que nunca é fácil, e que na última eleição de vereadores (2016) apresentou 24 candidaturas de mulheres e nenhuma laranja.

“Precisamos colocar mulheres para buscar a competitividade, seus votos e não para cumprir uma determinação. Claro que umas têm mais jeito, outras mais recurso e outras mais jogo de cintura. Mas, na verdade, todas correram atrás de seus votos. Nenhuma esteve ali apenas para cumprir os 30%”.

Kátia Lôbo informa que o tema já foi motivo de muitas brigas no MDB e que o melhor cenário seria a aprovação da reserva de vagas para mulheres no Legislativo. Ela conta que sempre batalhou por medidas como esta, mas que todas tiveram enorme oposição das bancadas masculinas.

“Fui para Brasília pedindo votos de um por um, mas fiquei horrorizada com as respostas dos homens. Simão Sessim (deputado federal) me disse: gosto muito de você, mas você quer tirar cinco vagas minhas para dar para uma mulher? Não voto! Temos muito a avançar dentro do partido com relação ao machismo. Muitas vezes somos motivo de zombaria e de descrença. E precisamos ser tratadas com decência. Se eu tirar a candidatura de uma mulher são menos três homens que concorrem”.

Quando perguntada se o partido recorreu a candidaturas de “laranjas” nas últimas eleições de 2018 para cumprir a cota de 30%, ela explica que não, que o MDB tem grande procura por parte dos novos filiados. Para a progressista Nea Marioz, as cotas deveriam ser de 50%, até que se alcançasse uma quantidade suficiente de mulheres que queiram se engajar na política. Mas o partido não tem a mesma opinião.

“Conseguimos cumprir a cota tranquilamente no ano passado (2018). Se você olhar o programa do Partido Progressista, as mulheres que foram se candidatando, vão saindo de 0 votos para 90 votos, depois 200 e poucos votos, crescendo. Você se sente estimulada. Mas já tive gente falando na minha cara que deveria acabar com as cotas porque não consegue mulheres”.

O Partido Verde é favorável às cotas e conseguiu cumprir o exigido nas últimas eleições. Helaísse Magarinos diz que conseguiram se mobilizar para cumprir pelo menos os 30% porque “o partido procura não fazer o tipo de política velha (colocar laranjas)”. Mas ela conta que não é fácil, que existe resistência, mas que só assim é possível ter uma visão mais diferenciada, já que as mulheres têm uma maneira de ver o mundo diferente da dos homens.

“As pessoas podem ter o mérito próprio sim, mas são muitos anos de desigualdade e então tem que dar um empurrão durante um tempo que seja. As cotas para mulheres existem para ver se isso muda. Porque se deixar do jeito que está, vai continuar esse padrão mais masculino. O PV não quer ter 30% de mulheres e sim 30% de homens. Mas isso vai levar tempo.”

Liliana Maiques, do PSOL, relembra a criação da política de cotas e a forma como todos foram surpreendidos por ela. “Normalmente se investe em figuras públicas masculinas. Passar a investir em mulheres porque a lei está obrigando, faz pensar. Não é garantia, porque muitos

vão colocar laranjas, mas é uma arma para as mulheres lançarem mão do seu próprio espaço”, destacou.

Para Maiques, sem essa política, as mulheres não estariam fortalecidas e fala da enorme diferença de cenário dos últimos anos até 2018: “Tivemos muito mais do que 30% de mulheres candidatas. Foi um boom”. Segundo ela, em 2012, o partido não tinha nenhuma mulher de peso para disputar a vereança. Tanto que, dos cinco parlamentares eleitos, todos eram homens.

“Em 2016, a Marielle não tinha Fundo Eleitoral ainda, mas o partido tinha o compromisso com essa luta. E ela vem com essa força, que pouca gente tinha percebido. Ela era uma mulher negra, de favela, mãe. Essa também é outra questão da Primavera Feminista que trouxe as mães de volta às ruas, com a pauta da maternidade. Ou seja, a cota não determinou tanto quanto a resposta social das ruas.”

O Partido dos Trabalhadores, de acordo com Fabiana Santos, se adaptou, mas já teve, em outros tempos, bastante dificuldade para cumprir a cota. “Em 2018 tivemos a cota exata, mas naquele ano não tivemos nenhuma laranja. Duas desistiram, mas não retiraram a candidatura. Todas receberam verbas.”

Fabiana considera que, junto ao Fundo e às cotas, a existência da secretaria é fundamental na luta pela igualdade de gênero nos partidos e na política. Segundo ela, só a partir dessa tríade é que foram conquistando lugar de fala, de empoderamento e obtendo mais liberdade e respeito.

Ana Rocha, do PCdoB, é a única entrevistada que vai além do preenchimento das cotas. Ela não fala das cotas apenas pela visão do cumprimento dos 30%, mas da eleição de mulheres, que é, de fato, o objetivo principal desta política. Apesar de ser favorável a achar que o momento é de se avançar para a paridade, as cotas, para ela, não resultaram em efeito concreto.

“A cota sozinha não resolve. Ela tem que ser acompanhada da alternância das chapas, de um fundo público de financiamento, de uma capacitação política das mulheres. A cota tem que ser acompanhada de condições concretas para a mulher disputar. Muitas vezes a candidata não tem estímulo, investimento, acompanhamento e termina que a candidatura não avança. Além das dificuldades da sua história de pouca participação nos espaços de poder ainda há o desestímulo político eleitoral, que não dá condições para as candidaturas serem realmente competitivas. A dificuldade não é cumprir a cota. A dificuldade é tornar viáveis essas candidaturas. Nas discussões pela América Latina já estamos falando em avançar para a paridade. Mas as cotas são um passo fundamental para estimular. Pelo menos o fato de já colocar em debate a participação da mulher é um fator positivo. Porque antes a mulher era invisível na política. Acho que a cota colocou em debate a exigência da participação política das mulheres e na disputa eleitoral.”

Rocha diz ainda que o partido é favorável, aplica as cotas e não tem candidata “laranja”, especialmente porque a paridade é uma meta que existe de dentro para fora, visto que o PCdoB busca a equidade entre homens e mulheres também nos cargos de direção. Esta, aliás, é uma característica comum aos partidos de esquerda. As representantes do PT e PSOL também abordaram o equilíbrio nas posições internas como meta dos partidos.

Rocha explica que o PCdoB ainda não tem 50% de mulheres na direção – atualmente são 30% - mas vem trabalhando para isso. A legenda conta, inclusive, com mulheres na presidência em diversos estados como São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Pará.

No PSOL, Maiques acredita que ter mulheres na direção causa o fortalecimento das candidatas, especialmente por conta das verbas. “A cota na direção é muito importante para se ter a plena participação das mulheres, inclusive nos momentos de decisão sobre suas vidas políticas e candidaturas”, disse. De acordo com a coordenadora, essa também foi uma experiência herdada do PT, que tem um mínimo de 30% de mulheres na direção.

“No PSOL, viemos, na criação do partido, com uma proposta muito ousada. No segundo congresso aprovamos uma política que era progressiva. Saíamos de 30% até chegar a 50%. Teríamos 50% no diretório nacional e 50% na executiva nacional no próximo congresso. Mas tivemos 50% no diretório nacional e na executiva não conseguimos. Ficamos com 40%. Assim, ficamos com o compromisso de, no congresso seguinte garantir a paridade. E hoje nós temos paridade em todas as instâncias, o que é muito determinante para, em conjunto com o setorial de mulheres, conseguirmos avançar. Assim como nem todas as mulheres do mundo são feministas, nem todas as mulheres do PSOL são comprometidas com essa pauta. Isso não garante efetivamente. Mas já há um constrangimento maior para se garantir que as pautas de mulheres sejam discutidas, que a gente tenha prioridade, que o nosso dinheiro seja reservado de fato para as nossas questões, para nossa auto-organização.”

### **Verbas de campanha**

Como já visto, o investimento nas candidaturas é fator essencial para a conquista de um cargo eletivo. Assim, diante da relevância do tema, as verbas de campanha foram um dos assuntos debatidos com as representantes entrevistadas. É importante lembrar que em 2018, os partidos foram obrigados a reservar pelo menos 30% do Fundo Eleitoral para as campanhas de mulheres. O mesmo percentual passou a ser exigido quanto ao tempo de rádio e televisão. Também ficou determinada a transferência de pelo menos 30% do Fundo Partidário às campanhas femininas.

Esta mudança na legislação, que só pôde ser vivenciada na última eleição, foi bem recebida pelas representantes de Mulheres, especialmente porque os partidos passaram a receber uma verba para ser gasta com as candidatas, o que foi investido em cursos, ações e

materiais, como explicam as entrevistadas. Entretanto, um ponto chamou a atenção neste tema. Por mais que as coordenadoras tenham a função de atrair, formar e apoiar as candidatas, nenhuma pode opinar na divisão dos recursos. Esta decisão fica a cargo da executiva nacional.

Na opinião da democrata Rojane Dib, a lei melhorou bastante a situação das candidatas, mas ainda falta alcançar um maior número de mulheres. Para falar sobre a divisão de recursos de campanha, a presidente explica que, apesar de o estadual fornecer um direcionamento, a decisão final fica a cargo do diretório nacional.

“É um recurso público, por isso não se pode distribuir de forma aleatória. Como acontece também com os homens, vemos aquelas que têm mais condições de se eleger e aquelas que estão lutando há anos. Conversamos com o diretório nacional para dizer quem tem mais condições. Mas todas recebem. Umas mais outras menos. Vai depender muito da representatividade.”

No PSOL, mesmo sendo um partido de esquerda, a resposta foi praticamente a mesma da representante do DEM: a decisão quanto à distribuição do recurso é da direção partidária. O setorial não tem nenhuma participação. E isso diz respeito também ao tempo de tv. Segundo Liliana Maiques, tudo está submetido à direção, que define a tática eleitoral que melhor lhe convém.

“Se tem duas ou três candidatas que a direção do partido considera mais viáveis, elas serão mais fortalecidas na divisão desse dinheiro. As divisões são feitas de acordo com o potencial eleitoral que cada uma dessas mulheres teria. Há diferenças na divisão dessa grana de acordo com a tática eleitoral do partido. Só não se pode mais pegar 100% do dinheiro e investir apenas em candidatos homens, que era o que acontecia.”

Ainda assim, a coordenadora destaca a importância do Fundo para a realização de ações voltadas para as candidatas, como o lançamento das candidaturas, seminários e cartilha.

“Tem muita mulher que é enganada. As pessoas decidem privilegiar um determinado candidato, fingem que repassaram a verba, mas as mulheres acabam não tendo acesso. Existe toda uma política para dar suporte as candidatas, seminários para formar os argumentos, fortalecer o programa que elas vão defender nas ruas, para que se sintam preparadas para enfrentar essa loucura que é uma. Quando fazemos essas atividades feministas, estamos dando visibilidade às mulheres. São atividades realizadas por mulheres, para mulheres, sobre mulheres.”

Nea Marioz conta que a situação melhorou muito após a destinação dos Fundos. Sobre a distribuição das verbas faz coro ao afirmar que a decisão “vem da Nacional”. Porém, diferente dos outros partidos, ela afirma que os valores são divididos de forma igualitária para todas as mulheres. No PV, apesar de a decisão também vir de cima, a secretária Helaísse Magarinos diz que o tema é conversado para que todos entendam que os candidatos/as com mais potencial de

votos ou inserção na sociedade recebem mais investimentos do partido. “E isso não quer dizer que os homens vão receber mais e as mulheres menos. O critério não é esse”, afirma.

Ana Rocha, do PCdoB, destaca que quando o financiamento é privado, as mulheres são prejudicadas “porque os homens normalmente têm mais facilidade de acesso ao financiamento. O Fundo Eleitoral público faz com que as mulheres sejam valorizadas”, disse. Mas a secretária afirma que o partido também prioriza os candidatos/as com mais potencial. “Os partidos trabalham com prioridades. A Jandira Feghali, por exemplo, é prioridade. No nosso caso muitas mulheres são e, portanto, elas são beneficiadas”, detalhou.

No PT, 5% do valor recebido vai para as realizações da secretaria de Mulheres, com o objetivo de financiar a capacitação das candidatas. A secretária Fabiana Santos diz que a verba ajudou muito no processo de organização e possibilitou várias realizações. “É uma maneira de cobrar que os partidos façam algo pelas mulheres”, disse.

Sobre a distribuição das verbas para as candidaturas, ela conta que a briga pelo financiamento de campanha é intensa, que do fundo obrigatório, as mulheres recebiam muito pouco e que nas eleições de 2018, além da deputada estadual Zeidan, o Partido dos Trabalhadores não contava com outra candidata feminina de expressão. Desta forma, ela explica que, se não fosse o Fundo Eleitoral, nenhuma outra candidatura feminina teria recebido verba do partido.

“O Fundo exclusivo de campanha no ano de 2018 foi fundamental para o crescimento da representatividade feminina, sobretudo na esquerda. Diminuímos, mas ainda nos mantivemos como a maior bancada feminina do Congresso Nacional. E isso só aconteceu por causa do Fundo. Muitas que se elegeram, não teriam entrado sem ele, porque o PT não teria dado dinheiro para elas. Tivemos quatro candidatas a deputado federal à reeleição e havia a Benedita da Silva. Se não tivesse o Fundo Eleitoral, nenhuma outra mulher que não fosse a Benedita teria recebido nada. Nós fizemos a opção de dar dinheiro para todas as candidatas. O que significou que todas as candidatas a cargos majoritários entraram nos nossos 30%”.

A decisão quanto à partilha dos recursos, segundo ela, é definida pela direção nacional, sem a participação da secretaria de Mulheres.

“Não entro na discussão de como o Fundo será dividido. É uma decisão da direção nacional do partido. Eu só informo o TSE. No máximo dou opinião, mas não decido. O PT está em processo de construção da paridade, mas nós não somos chamadas para as decisões macro. Não somos consultadas sobre isso e nesse momento (de divisão da verba) é que não somos consultadas mesmo. Afinal, um candidato que antes ganharia R\$ 100, agora vai ganhar R\$ 80. O Fundo Eleitoral foi fundamental para que tomássemos as rédeas, mas não nos contemplou por completo, porque existe uma estratificação. Estamos falando de uma disputa eleitoral. Como feministas que somos, a nossa filosofia deveria fazer com que caminhássemos pela igualdade, mas a disputa

é muito dura. É difícil disputar eleição em um país despolitizado, em que as pessoas vendem seus votos. Não posso também dar o mesmo valor para uma deputada e para uma candidata que está começando”.

Kátia Lôbo, do MDB, também resume o tema dizendo tratar-se de uma guerra. Ela explica que a decisão quanto à divisão dos valores cabe ao diretório nacional, mesmo que os estaduais façam a indicação dos candidatos que devem receber menos ou mais recursos. Para a secretária, apesar de a assistência financeira ter colaborado muito para a valorização das campanhas femininas, as mulheres ainda têm um longo caminho pela frente em busca de mais igualdade. Para ela, é uma luta que está apenas no início.

Na opinião da secretária Lica do São Roque “é sempre mais fácil para quem já tem mandato. Mas é preciso olhar para as novatas com mais carinho. Enquanto não tivermos esse olhar para quem está chegando, isso não vai mudar. É o diretório nacional que tem a palavra final, mas isso precisa mudar”, afirmou acrescentando que as verbas abrem a oportunidade para novas candidaturas.

### **O tratamento do partido às candidaturas femininas**

Outro tema abordado com as entrevistadas foi referente ao apoio dado pelos partidos às candidaturas femininas. As representantes do DEM, PV e MDB responderam da mesma forma, afirmando que os partidos tratam os candidatos e candidatas de maneira igualitária, não fazendo distinção de gênero. Segundo Kátia Lôbo, no MDB todos se beneficiam das mesmas ações para preparação dos candidatos/as.

“Preparamos uma cartilha com orientação para as mulheres, o que pode e o que não pode, o que o TRE permite, horário de televisão, propaganda eleitoral, o que deve falar, como deve se vestir, etc. E, neste momento, os homens, principalmente os que estão iniciando, vêm pedir ajuda. Fazemos a documentação das mulheres e dos homens, e a oportunidade tem que ser igual para todos”.

Na opinião da secretária do PSDB, Lica do São Roque, o momento atual é mais propício e igualitário por conta dos Fundos Eleitoral e Partidário. Antes, diz ela, não sobrava dinheiro para as mulheres fazerem campanha e os homens eram priorizados. Para ela, por mais que o partido seja organizado e incentive as mulheres por meio da promoção de cursos e palestras é necessário dar mais espaço para quem está entrando agora, deixar de ser um espaço fechado, sempre com as mesmas pessoas. “Precisamos nos reinventar e valorizar quem está chegando. Não para ser laranja, mas para ser candidata de fato, por acreditar que se pode fazer algo pela cidade. O maior desafio do partido para atrair mais mulheres é o tratamento igual para todas”.



A progressista Nea Marioz também cita a mudança na visão do partido ao longo dos anos, mesmo que segundo ela, a direção seja bastante aberta. “Tem espaço para todos. Sabemos que existe o machismo, mas não vejo barreiras para nenhuma mulher se candidatar, fazer o seu papel e tentar ganhar”, disse levantando ainda uma outra questão, a de que falta de “bagagem política” atrapalha mais as mulheres.

Nos partidos de esquerda, as representantes do PT, PSOL e PCdoB dizem que existe sim diferença no tratamento das candidaturas de homens e mulheres. Fabiana Santos, do PT, conta que existe a disparidade, mas que no fim, maior do que a preocupação com a paridade de gênero, existe a preocupação em eleger. “Para uma pessoa ascender politicamente no PT, ela precisa ter dinheiro, mas se for mulher, ela tem que ser solteira para poder se dedicar. No caso dos homens é diferente. Para as mulheres é mais difícil. Tudo é muito observado”, disse.

Já Liliana Maiques acha que o PSOL não trata as duas candidaturas da mesma forma, porque “para entrar uma mulher, tem que sair um homem”. E isso, na opinião dela, traz uma série de contradições.

“Não basta só estar convencido de que você tem que perder seu privilégio. Você tem que perder o seu privilégio. E isso não é algo simples. Existe uma batalha muito grande para a gente se impor. Eu olho tudo isso com um olhar mais positivo porque já foi muito pior e não porque hoje está muito melhor. Essa página só vira de 2015 para cá. Agora se elegem mulheres. Se você lança uma candidata por causa da força das mulheres socialmente, mulheres querem eleger mulheres como nunca quiseram antes.”

Maiques disse ainda que as mulheres contam com 10% do Fundo Eleitoral, e que, se fosse ela a presidente, iria ignorar esse percentual e tentar fortalecer um setor que está crescendo na sociedade e que mobiliza pessoas. “Falta ainda ao PSOL, na minha opinião, privilegiar uma mulher financeiramente”, afirmou.

No PCdoB, mesmo que o partido tenha o olhar voltado às candidaturas de mulheres, a secretária Ana Rocha acredita que ainda pode ser melhor. “O PCdoB se diferencia em relação à importância que dá a participação política das mulheres, mas acho que tem sempre que melhorar. Como temos muitas mulheres na linha de ponta, as mulheres no partido são mais ofensivas”, destaca.

### **Por que há tão poucas mulheres na política?**

Os capítulos anteriores tentaram apresentar os fatores da baixa representatividade feminina na política, mas é interessante ouvir das representantes as opiniões delas quanto ao tema, especialmente por vivenciarem a situação de maneira prática e profunda. Pode-se dizer

que as percepções se assemelham e que existe, neste lugar de fala, um importante movimento que anseia por mudanças, independentemente da ideologia dos partidos.

Para a petista Fabiana Santos, a política não é interessante, mas o que mais afasta as mulheres dos centros das decisões públicas é o machismo.

“Nos bairros do Rio são as mulheres que geralmente se movimentam para qualquer tipo de ação. Ou seja, elas se interessam. E esse é um ato político. Mas o mundo da política é complicado, você tem que querer muito continuar. E eu digo isso mesmo sendo filiada ao maior partido da América Latina. Meu partido é de esquerda, com nuances de social democracia, nós temos paridade interna no partido, mas aqui, se você não se impuser, não é escutado”.

Outro ponto levantado por ela, que afasta as mulheres, é a situação das comunidades. Segundo Santos, já não é mais possível se organizar nas comunidades, atendendo a pequenas demandas locais. De acordo com ela, para ser presidente de associação de moradores hoje é preciso ter relação com o tráfico de drogas ou com a milícia, o que torna o caminho ainda mais distante para as mulheres. “Tínhamos mais facilidade de ter lideranças femininas nos anos 90 do que nos anos 2000. Para nós, mulheres, é tudo mais difícil. E se alguma de nós consegue, é por mérito próprio”, afirma.

Para Ana Rocha, dois fatores básicos mantêm as mulheres longe da política: a educação feita para a submissão e a legislação eleitoral que, na opinião dela, não favorece o sexo feminino.

“As mulheres só conquistaram o direito ao voto em 1932. Antes ela não era considerada cidadã. As mulheres foram educadas para a submissão, inicialmente não tinham direito a estudar, nem ao trabalho, tudo passava pela permissão do marido ou pai. E, do ponto de vista secular, que a mulher é propriedade do homem, isso fez com que na sua história de opressão ela criasse uma defasagem na sua participação, voltada mais para os cuidados e para as profissões ligadas aos cuidados como enfermagem, professora. E essa formação as afastou da disputa de poder. Por outro lado, a nossa lei eleitoral também não favorece a participação das mulheres. Por essa história, as mulheres têm mais dificuldade de financiamento de campanha. E a nossa legislação eleitoral é machista e não estimula a participação das mulheres. Recentemente é que teve uma mini reforma, mas muitas vezes nem isso é incentivado. E por outro lado, mesmo garantido isso, não é cumprido. Pouco se investe na capacitação política de mulheres, o espaço de tv é boicotado e a chapa muitas vezes completa os 30%, mas não consegue dar condições às candidatas. Ou seja: tem muitas candidatas e poucas eleitas. O Brasil é um dos países mais atrasados no que se refere à participação política das mulheres.”

Na opinião de Helaísse Magarinos, do Partido Verde, falta interesse por parte das mulheres, porque muitas acreditam que este é, de fato, um ambiente masculino. E, muitas vezes, quando as mulheres querem participar, são reprimidas pelos companheiros. “Tivemos um caso desses em 2016. Uma pessoa com uma capacidade enorme de mobilização, que fazia um

trabalho social, teria muitos votos, e no fim o marido não a deixou participar”, conta. Para mudar este cenário, ela afirma que somente com mais mulheres eleitas, tendo mais representatividade.

“A participação maior das mulheres na política vai trazer outras mulheres. Isso é algo que causa identificação, vai crescendo progressivamente, mas sabemos que leva tempo. A medida em que as mulheres realmente descubram que elas são importantes também na política partidária, porque já são importantes em tudo na vida, terem mais confiança em si mesmas, para poder achar que elas vão fazer a diferença. Porque a gente também tem essa coisa que é bem humana de achar: ‘o outro já está lá. Por que eu vou?’. E, na verdade, colocar a mão na massa dá trabalho. Você vai perder várias horas da sua vida, digamos de lazer, porque você vai ter que estar debruçado nas discussões. Dá trabalho, mas a pessoa tem que entender que isso é importante e que ela é importante para o processo”.

Para Lica do São Roque, as pessoas confundem política com politicagem e que isso também afasta as candidatas. Para desfazer esse conceito pré-concebido, ela conta que o PSDB investe em palestras e cursos, tanto em período de eleições quanto nos demais anos, mas que o interesse das mulheres pela política é, de fato, menor. “Acredito que muitas pensam que a mulher nasceu para casar, ter filhos e cuidar da família. Mas tentamos mostrar que pode ser diferente, que podemos contribuir com a política e com o desenvolvimento da nossa cidade. É muito bom ser parte desse crescimento”.

Nea Marioz, do PP, menciona também a falta de tempo e que percebe que as mulheres não querem dedicar grande parte de suas vidas à política. Esse pensamento faz, inclusive, com que a programação de seminários e eventos do partido sejam organizadas com uma carga horária mais baixa, para que tenham a participação das mulheres. Desta forma, na opinião de Marioz, o que falta a elas é conscientização. “Elas precisam saber qual a força da política dentro das vidas delas. É preciso conscientizar essas mulheres de que a política faz a diferença, que ela muda nossa vida”, disse.

Rojane Dib acredita que o grande problema é a desilusão das pessoas de uma forma geral com tudo o que está relacionado ao processo político. “Na realidade é uma questão de descrédito com o meio político, com a situação política do país. As pessoas estão muito desiludidas, tanto homens quanto mulheres. Não têm vontade de participar”, afirma. Ela destacou ainda as pessoas que entram para a política em busca de cargo, de remuneração.

“Mas temos que entender que a participação feminina tem uma representatividade muito grande. E também temos o poder de movimentação e de convencimento, tanto na nossa casa, quanto com nossos amigos. Mas as pessoas estão cansadas, desiludidas. E no partido o trabalho é voluntário, você participa porque acredita numa transformação. Acreditamos que nosso trabalho, a nossa representatividade, vai ajudar a melhorar, a conscientizar,

trabalhar em favor do país, do estado e do município. Trabalhamos voluntariamente em favor do que acreditamos e gostamos”.

Para Liliana Maiques, o mundo do poder é masculino e masculinizado. Não é um ambiente em que as mulheres se sentem seguras, pois precisam sempre provar que são capazes para ter a ousadia de ocupar um lugar que sempre lhes foi negado. “Os homens abrem a boca e falam qualquer porcaria e todo mundo aplaude. Uma mulher, para poder abrir a boca, para ocupar espaços de poder, ela pensa que precisa se preparar muito, porque aquele não é o lugar dela”, disse.

“Uma pesquisa feita em meados da década de 90 diz que se os números continuarem a evoluir dessa forma, nessa velocidade quanto à participação de mulheres nas casas legislativas, vamos levar 250 anos para alcançar a igualdade. E é aí que entendemos o papel das políticas de discriminação positiva ou de ação afirmativa. É preciso discriminar positivamente. As mulheres, como negros e negras nessa sociedade, precisam de um aporte para poder se fazerem presentes. ”

Quando perguntada sobre o que é preciso para ter mais mulheres na política, ela destaca ambientes que garantam às mães a participação das atividades com seus filhos e a garantia de que elas tenham espaço no partido, inclusive na direção, para que se sintam parte daquele lugar.

“Em 2016 fizemos ações com as candidatas a vereadoras, porque queríamos dizer a elas que lugar de mulher é no poder, é na política, que mulheres têm muito mais a dizer do que apenas suas questões específicas, que mulheres podem falar sobre economia, sobre o rumo do país, de sua cidade, de seu estado. Faltava um fortalecimento das mulheres como sujeitas e isso tem a ver com o fato de essas mulheres perceberem a convulsão social que inúmeras mulheres fizeram para dizer que podem ser protagonistas. As mulheres estão muito acostumadas a serem subalternas, coadjuvantes, aquele papo de que atrás de um grande homem tem uma grande mulher. A gente não quer mais ficar atrás. Nem na frente. Queremos ficar ao lado. Daqui para frente acho que a gente só cresce e os partidos estão aprendendo com isso também. Partidos mesmo de direita estão lançando candidatas e as mulheres de direita também querem ser representadas. Chega de os homens falarem por nós. ”

No MDB, Kátia Lôbo acredita que além de se posicionar e se impor, as mulheres precisam aprender o jogo masculino. “Enquanto acharmos que somos inferiores aos homens, não chegaremos a lugar algum. Quando começamos a conversar de igual para igual, conseguimos mais”, disse.

Entretanto, a secretária, que no início da entrevista apresentou um discurso defendendo a igualdade de gêneros, acabou por adotar um posicionamento diferente, associando a baixa representatividade feminina na política à capacidade das mulheres de lidarem com o jogo político.

“Somos muito poucas na política e muitas daquelas que estão lá não nos representam. A mulher sai da base com uma bandeira feminina, como a defesa do aborto e da liberdade, por exemplo, e quando chega lá encontra um deputado conservador, uma bancada evangélica, uma bancada da bala, ruralista, que diz que ela tem que votar de determinada forma, senão aquele é o único pleito em que ela vai participar. E aí, ou ela enfrenta e cai no ostracismo, ou opta por seguir o fluxo para tentar se manter. É muito bonito dizer que mulher vota em mulher, mas essa atitude muitas vezes não é genuína. Porque eu tenho homens que atuam também em prol das mulheres. Em muitos casos de movimentos pela saúde das mulheres, poucas se interessaram.”

Na opinião de Kátia Lôbo, não basta falar apenas de gênero, mas de representatividade. Para ela, a ideia não é criar um “clube” de mulheres e sim um movimento de igualdade. O ano de 2018 foi um exemplo citado por ela de fortalecimento do movimento em prol das candidaturas femininas. Mas que, em sua opinião, não teve tanto retorno na ocupação das cadeiras no legislativo e executivo.

“Gostaria muito que tivéssemos Câmara, Senado e Assembleias com 50% de mulheres. Mas neste último pleito saímos de 10% para 14%. Não conseguimos chegar a 15%. Ou seja: as mulheres querem vir, mas ao mesmo tempo não sei se elas chegam lá e vão conseguir. Por isso, temos que aprender a trabalhar em conjunto. Todos querem equidade, mas falta maturidade política por parte das mulheres. É preciso estar muito preparada. Precisamos caminhar um tempo lado a lado. Acho que nós, mulheres, não estamos ainda prontas para enfrentar esse jogo de frente, como protagonistas. Acho que isso não é questão de feminismo e sim de lógica.”

### **Considerações finais**

A realização das entrevistas proporcionou a esta pesquisa uma mostra rica de como pensam e atuam alguns dos principais partidos brasileiros de acordo com as suas representantes. O primeiro fator a ser destacado é que o fato de todos possuírem um núcleo dedicado às campanhas femininas demonstra um aspecto positivo, de preocupação com a equidade. É claro que a existência desses movimentos, como já mencionado anteriormente, muito tem a ver com a obrigatoriedade do cumprimento das cotas de gênero, implementadas por lei. Mesmo assim, só o fato de se trazer o tema das candidaturas de mulheres para o centro das discussões é um avanço, como foi destacado por algumas representantes.

Os questionamentos sobre a pouca representatividade acabam por se intensificar ao longo dos anos e a implementação das mudanças na legislação, com as cotas e os Fundos Eleitoral e Partidário, são impulsionadores do diálogo. Ainda que não estejam afetando diretamente na eleição de novas parlamentares, essas ações de discriminação positiva exigem dos partidos uma atitude proativa voltada à construção de novas candidaturas femininas.

Entre os assuntos tratados, chamou bastante a atenção nas conversas realizadas o fato de, apesar de todas terem o objetivo de atrair mais mulheres, apenas as representantes dos partidos de esquerda estão alinhadas às pautas feministas. A petista Fabiana Santos usa, inclusive, uma referência bastante interessante ao dizer que o partido defende o “feminismo popular” que, na definição dela, seria a discussão de políticas que envolvem saúde e sociedade e que, conseqüentemente, afetam as mulheres. Ou seja, o feminismo, neste caso, está contido nas discussões sobre saneamento básico, mais até do que nas questões voltadas aos direitos sexuais, reprodutivos e de autonomia da mulher, visto que a intenção é atingir também as mulheres da periferia.

Já no PSOL, uma outra situação inusual: a ausência de mulheres faz com que os homens assumam as pautas feministas, uma forma de tentar compensar a falta de representatividade. A coordenadora Liliana Maiques explica que as assessoras do vereador Renato Cinco colaboram na preparação de iniciativas com a temática feminina, algo que, como a própria coordenadora assume, não é a mesma coisa de se ter Marielle Franco defendendo as pautas de mulheres.

“E ela apresentou projetos de cuidado com as crianças, garantia dos direitos de aborto legal, uma série de iniciativas para mulheres trans, que ela defendeu falando do lugar de quem viveu aquela realidade. Isso é completamente diferente. Até para você derrotar um projeto desse ou pare você mobilizar pessoas para aprovar um projeto desse é completamente diferente”.

Nos partidos de centro foram encontrados, a partir das respostas, conceitos conservadores, que destoam do viés de busca por igualdade. A secretária do MDB afirmou que muitos homens atuam mais em prol das mulheres do que elas próprias e que muitas que chegam ao poder acabam por se esquecer das pautas de gênero. “É muito bonito dizer que mulher vota em mulher, mas essa atitude muitas vezes não é genuína. Porque eu tenho homens que atuam também em prol das mulheres”, disse acrescentando que as mulheres ainda não estão totalmente preparadas para os ambientes de poder.

A secretária do PSDB seguiu na mesma linha e afirmou que é difícil trabalhar com mulheres. Segundo Lica do São Roque, os homens são mais unidos, mais amigos e por isso têm mais sucesso nas carreiras políticas. As mulheres acabam se perdendo em disputas e picuinhas, acredita a secretária, com um conceito conservador que segue em direção contrária às atividades que ela mesma apresenta como promovidas pelo próprio partido.

Enfrentar o machismo vindo dos homens, como reclama a progressista Nea Marioz de que os maridos impedem as mulheres de participar das agendas políticas, já é um desafio. Mas é mais assustador perceber que o machismo está presente também no interior dos núcleos de Mulheres, arraigado no único ambiente onde não deveria estar. E assim, mais uma vez,

encontram-se mais barreiras no enfrentamento das questões sociais do que na intenção de se eleger mais mulheres.

Existe ainda a questão dos recursos financeiros, fato abordado pela maioria das entrevistadas, em que fica evidente a dependência destes núcleos das verbas. Muitos movimentos só existem porque recebem recursos. Não é possível separar os investimentos das eleições, mas é interessante avaliar quão grande é o peso dado aos recursos. A secretária do PV, por exemplo, diz que a situação é tão precária que a impede de trabalhar. Sem dinheiro, Helaísse Magarinos não consegue viajar pelo estado para conhecer as mulheres que querem se candidatar e oferecer a elas formação política. É como se a política para o sexo masculino fosse intrínseca e para o feminino só exista com o suporte financeiro.

Por outro lado, observando de outro ângulo, as representantes são bastante conscientes quanto à importância do diálogo. Rojane Dib, do Democratas, acredita que o convencimento e a informação são as estratégias para o sucesso. Já Ana Rocha, do PCdoB, atribui responsabilidade aos partidos ao dizer que além do combate à educação machista, o reforço na capacitação política das mulheres, uma legislação favorável e autonomia econômica é preciso combater o machismo dentro das legendas. Só a partir desta mudança de dentro para fora é que será possível buscar resultados mais positivos. “A mulher tem capacidade. Ela só precisa ser valorizada e prestigiada”, finalizou.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por que tão poucas mulheres se interessam pela política? Quais os motivos que nos levam a eleger mais homens? Quais são as implicações da ausência de mulheres no cenário político nacional? E quais são os prejuízos da falta de representatividade?

Apesar de, a todo momento estes temas perpassarem os capítulos acima, esta dissertação não teve, de forma alguma, a pretensão de encontrar respostas cartesianas para estes questionamentos. Não se trata aqui de achar uma fórmula matemática que comprove que  $x + y$  resultarão em uma maior presença feminina nos ambientes legislativos e executivos. Muito menos de apontar soluções a serem adotadas por partidos ou movimentos para eleger mais mulheres. Em hipótese alguma. O grande objeto a ser avaliado nesta dissertação é o processo, o trajeto pelo qual a representatividade feminina surge, circula e busca se estabelecer, especialmente por intermédio da edificação das campanhas de mulheres.

Este trabalho pretendeu – e não poderia ser diferente – percorrer os conceitos que aproximam e afastam as mulheres da política, passando brevemente pelos cenários global, nacional, estadual e municipal, dando enfoque ao município do Rio de Janeiro, avaliando mais profundamente as suas eleitas para o Legislativo e aterrissando no cerne dos partidos. Com isso, foi possível perceber que o Rio de Janeiro pode ser tomado como exemplo e reflexo do país, já que muito do que existe na Câmara Municipal se reproduz nas outras esferas.

Primeiramente falou-se muito em herança e aqui é possível citar tanto a histórica, destacada no resgate do afastamento dos ambientes de poder pelos longos anos em que as mulheres estiveram proibidas de votar e participar, e também na herança política, apresentada nos perfis das vereadoras que chegaram à Câmara Municipal do Rio de Janeiro muitas vezes à sombra de pais, maridos e outros familiares.

Foram visualizados os números gerais e depois apresentadas as eleitas por meio de tabelas, tentando mostrar o cenário real através de exemplos práticos, com o objetivo de compreender o contexto de forma mais ampla. E foi isso que este estudo pretendeu ao apresentar os dados referentes à participação de mulheres na política. Logo depois, a legislação de cotas e fundos foi contextualizada e foi possível avaliar que as opiniões sobre reserva de vagas não são unanimidades. Os investimentos, estes sim, são disputados e colocados em posição de protagonismo para alavancar as candidaturas de mulheres. Falou-se ainda da construção das candidaturas, dos sistemas mais favoráveis às mulheres e de como os partidos podem influenciar para mais eleitas.



Por fim, foi exatamente a possibilidade de ouvir as representantes dos núcleos de Mulheres que elevou este estudo a um novo patamar. A um degrau mais próximo da prática, da realidade. Com as entrevistas tive a oportunidade de encontrar no ambiente cotidiano, visto de dentro para fora, a organização e todas as demais relações dos partidos com tema. Os encontros com as secretárias proporcionaram um entendimento genuíno de como as legendas enxergam as candidaturas de mulheres, como contribuem ou prejudicam para a conquista dos cargos e de que forma são importantes para a criação das campanhas. Só por meio deste contato foi possível perceber na prática o peso dos investimentos, dos incentivos, das cotas e do machismo.

Desta forma, a conclusão a que se chega a partir das análises é a de que os motivos comumente tratados para justificar a baixa representatividade são reais: a tradição patriarcal, o ambiente masculino, mulheres recebendo a função de maternar, o jogo de poder, a falta de interesse em mudar o *status quo* por parte deles, o pouco dinheiro investido, as críticas misóginas, a legislação que poderia ser mais sensível, os partidos que poderiam dar mais incentivo e a própria sociedade que deveria ser mais voltada às candidatas do sexo feminino. Entretanto, mais do que isso, um grande obstáculo para uma maior representatividade é exatamente a falta de representatividade.

Como ouvido por algumas das entrevistadas, ver uma mulher em um cargo eletivo é mais que um exemplo para as demais. É a representação do sucesso, de uma conquista. É evidente que o querer participar deve vir especialmente delas e a rotina cotidiana sempre impulsionou as mulheres a lugares bem definidos na cadeia social. Isso fez com que os interesses fossem sendo negligenciados e suprimidos ao longo dos anos, deslocando as intenções e olhares femininos a outras atividades. Mas trata-se também de mais exemplos que promovam a representatividade, além, é claro, de hábito e estímulo. De estimular mulheres a se envolverem, com exemplos reais. É apoiar com ações que facilitem a vida daquelas que têm filhos, uma família a ser sustentada. É promover o respeito para encorajar que elas encontrem na política um ambiente sadio para atuar.

Os caminhos analisados nesta dissertação não têm um ponto de chegada. Eles ainda são estradas abertas, em construção, que podem levar a um cenário em que mais mulheres estarão presentes, governando e decidindo, na busca constante pela equidade, ou, na pior das hipóteses, podem chegar a lugar nenhum. Tudo depende das decisões de partidos, militância e da própria sociedade. Há boas perspectivas pela frente, mas é preciso que a construção dessas estradas não seja interrompida.

## 5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVARES, Maria Luzia Miranda. **Mulheres brasileiras em tempo de competição eleitoral:** seleção de candidaturas e degraus de acesso aos cargos parlamentares. Dados, Rio de Janeiro, v. 51, n. 4, p. 895-939, 2008. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52582008000400004> >. Acesso em: 14 dez. 2019.

ARAÚJO, Clara. **Partidos políticos e gênero: mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política.** Rev. Sociol. Polit., Curitiba, n. 24, p. 193-215, jun. 2005. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782005000100013> >. Acesso em: 11 ago. 2019.

ARAÚJO, Clara. Valores e desigualdade de gênero: mediações entre participação política e representação democrática. **Civitas**, Rev. Ciênc. Soc., Porto Alegre, v. 16, n. 2, e36, jun. 2016. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.15448/1984-7289.2016.2.23143> >. Acesso em: 12 dez. 2019.

ARAÚJO, Clara; ALVES, José Eustáquio Diniz. **Impactos de indicadores sociais e do sistema eleitoral sobre as chances das mulheres nas eleições e suas interações com as quotas.** Dados, Rio de Janeiro, v. 50, n. 3, p. 535-577, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/dados/v50n3/04.pdf>>. Acesso em: 8 dez. 2019.

ARAÚJO, Clara; BORGES, Doriam. O “gênero”, os “elegíveis” e os “não elegíveis”: uma análise das candidaturas para a Câmara Federal em 2010. In: Alves, J. E. D.; PINTO, C. R. J.; JORDÃO, F. (Org.). **Mulheres nas eleições 2010.** São Paulo: ABCP/ SPM, 2012. P.337-386.

BARBIERI, Catarina Helena Cortada; RAMOS, Luciana de Oliveira. **Democracia e representação nas eleições de 2018:** campanhas eleitorais, financiamento e diversidade de gênero. Relatório final (2018 – 2019). São Paulo: FGV Direito, 2019 Acesso em: 01 dez. 2019.

BERCOVICI, Gilberto. **A origem do sistema eleitoral proporcional no Brasil.** Estudos Eleitorais, Brasília, DF, v. 5, n. 2, p. 52-66, maio/ago. 2010.

BJARNEGÅRD, Elin; KENNY, Meryl. **Comparing Candidate Selection: A Feminist Institutional Approach.** Government and Opposition, 51, p. 370-392  
doi:10.1017/gov.2016.4.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina.** Rio de Janeiro: Ed. Bertrand, Brasil, 2003

BOURDIEU, Pierre. O campo político. Rev. Bras. Ciênc. Polít., Brasília, n. 5, p. 193-216, Julho 2011 . Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-33522011000100008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522011000100008&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 11 ago. 2019.  
<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-33522011000100008>.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 9.100, de 29 de setembro de 1995.** Estabelece normas para a realização das eleições municipais de 3 de outubro de 1996, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9100.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9100.htm)>. Acesso em: 11 ago. 2019.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA PELO PROGRESSO FEMININO. Rev.hist.educ.latinam., Tunja, v. 18, n. 26, p. 315-319, June 2016. Available from <[http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0122-72382016000100014&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0122-72382016000100014&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 14 ago. 2019.

LÔBO, Yolanda. **Bertha Lutz**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Editora Massangana, 2010.

LUCHTEMBERG, Clara de Meiroz. **Representação política feminina: um olhar sobre o sistema partidário boliviano e a experiência de cotas brasileira**. 2018. Monografia (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito, Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. Bertha Lutz. Brasília, Câmara dos Deputados, **Edições Câmara**. 2016a. Série Perfil Parlamentar 73.

MATOS, Marlise. **Apresentação do Centro do Interesse Feminista e de Gênero (CIFG) e Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher (Nepem)**. UFMG, 2016

MELO, Hildete Pereira de; THOMÉ, Débora. **Mulheres e poder: histórias, ideias e indicadores**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. “Mulheres. Cidadania no feminino”, in: **PINSKY**, Carla Bassanezi, PINSKY, Jaime. História da cidadania. 6ª ed., São Paulo: Ed. Contexto, 2013.

NICOLAU, Jairo. **O sistema eleitoral de lista aberta no Brasil**. Dados, Rio de Janeiro, v. 49, n. 4, p. 689-720, 2006. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0011-52582006000400002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582006000400002&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 16 ago. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52582006000400002>.

PINHEIRO, Lara. Candidatas recebem zero voto e dizem que nem sabiam que estavam concorrendo nesta eleição. **G1**, 13 out. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/10/13/candidatas-recebem-zero-voto-e-dizem-que-nem-sabiam-que-estavam-concorrendo-nesta-eleicao.ghtml>>. Acesso em: 11 ago. 2019.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Elas não ficaram em casa. As primeiras mulheres deputadas na década de 1950 no Brasil**. Varia hist., Belo Horizonte, v. 33, n. 62, p. 459-490, Aug. 2017. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-87752017000200459&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-87752017000200459&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 09 fev. 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/0104-87752017000200008>.

RABAT, Márcio Nuno. **Surgimento e evolução do sistema eleitoral proporcional atualmente em vigor no Brasil**. Cadernos Aslegis, Brasília, n. 50, p. 25-35, set./dez. 2014.

SACCHET, Teresa. **Capital social, gênero e representação política no Brasil**. Opin. Pública, Campinas, v. 15, n. 2, p. 306-332, Nov. 2009. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-62762009000200002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762009000200002&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 15 ago. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-62762009000200002>.

SACCHET, Teresa. **Representação política, representação de grupos e política de cotas: perspectivas e contendas feministas**. Rev. Estud. Fem., Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 399-431, ago. 2012. Disponível em < <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2012000200004>>.

SACCHET, Teresa; SPECK, Bruno Wilhelm. **Financiamento eleitoral, representação política e gênero: uma análise das eleições de 2006**. Opin. Pública, Campinas, v. 18, n. 1, p. 177-197, Junho 2012. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-62762012000100009&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762012000100009&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 15 ago. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-62762012000100009>.

SANCHEZ, Beatriz Rodrigues. **Representação política e gênero no Brasil e nos países de democratização recente**. In: SEMINÁRIO DISCENTE DA PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA, 4, 2014, São Paulo. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2014.

VILAROUCA, Márcio Grijó; FREIRE, Américo, GUEDON, Philippe. **Eleições Municipais no Rio de Janeiro: partidos, candidatos e eleitos**. 2019. CPDOC/FGV; PPHPBC/FGV

WYLIE, Kristin; SANTOS, Pedro dos. **The representation of women, in AMES, Barry**. Routledge handbook of Brazilian politics. Nova York: Taylor & Francis Group, 2019.

WYLIE, Kristin; SANTOS, Pedro dos; MARCELINO, Daniel. Extreme non-viable candidates and quota maneuvering in Brazilian legislative elections. Opin. Publica, Campinas, v. 25, n. 1, p. 1-28, Apr. 2019. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-62762019000100001&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762019000100001&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 26 dez. 2019. Epub May 16, 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/1807-019120192511>.

#### Sites:

BARBOSA, Carolina. Veja Rio. “Conheça os projetos de lei de Marielle Franco”. 2018 <https://vejario.abril.com.br/cidade/conheca-os-projetos-de-lei-de-marielle-franco/> Acesso em: 05 fev. 2020.

BRAGON, Ranier. Folha de S.Paulo. “PR anuncia expulsão de Clarissa Garotinho por infidelidade partidária”. 2016 <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/11/1834253-pr-anuncia-expulsao-de-clarissa-garotinho-por-infidelidade-partidaria.shtml> Acesso em: 08 fev. 2020.

BRISO, Caio; BACELAR, Carina; RAMALHO, Guilherme. “Vereadores do Rio: 67% das propostas foram irrelevantes”. O Globo, 2016. <https://oglobo.globo.com/rio/vereadores-do-rio-67-das-propostas-foram-irrelevantes-20296894> Acesso em: 08 fev. 2020.

BRISO, Caio; BACELAR, Carina; RAMALHO, Guilherme. “Vereadores do Rio: 67% das propostas foram irrelevantes”. O Globo, 2016. <https://oglobo.globo.com/rio/vereadores-do-rio-67-das-propostas-foram-irrelevantes-20296894> Acesso em: 08 fev. 2020

BRISO, Caio; BACELAR, Carina; RAMALHO, Guilherme. “Vereadores do Rio: 67% das propostas foram irrelevantes”. O Globo, 2016. <https://oglobo.globo.com/rio/vereadores-do-rio-67-das-propostas-foram-irrelevantes-20296894> Acesso em: 08 fev. 2020.

BRUNO, Cássio. O Dia. “Chorei na cela, isolada, por 25 dias seguidos”, diz Carminha Jerominho. 2019 <https://odia.ig.com.br/colunas/informe-do-dia/2019/08/5669448--chorei-na-cela--isolada--por-25-dias-seguidos---diz-carminha-jerominho.html> Acesso em: 05 fev. 2020.

<http://archive.ipu.org/wmn-e/classif.htm> Acesso em: 23 nov. 2019.

<http://clarissagarotinho.com.br/perfil/> Acesso em: 05 fev. 2020.

<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2011/11/funkeira-veronica-costa-e-indiciada-no-rio-por-tortura-contr-ex-marido.html> Acesso em: 08 fev. 2020.

<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2012/03/estado-e-prefeitura-pagaram-mais-de-r-600-mi-suspeitas-de-fraude-no-rj.html> Acesso em: 08 fev. 2020.

<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/10/vereadora-do-rio-diz-que-mendigo-nao-tem-o-mesmo-direito-que-cidadao.html> Acesso em: 05 fev. 2020.

<http://taniabastos.com/> Acesso em: 08 fev. 2020.

<http://www.alerj.rj.gov.br/Deputados/PerfilDeputado/326?Legislatura=19> Acesso em: 08 fev. 2020.

<http://www.camara.rj.gov.br/> Acesso em: 03 fev. 2020.

<http://www.camara.rj.gov.br/> Acesso em: 08 fev. 2020.

[http://www.camara.rj.gov.br/vereador\\_informacoes.php?m1=inform&cvd=55&np=RosaFernandes&nome\\_politico=Rosa%20Fernandes](http://www.camara.rj.gov.br/vereador_informacoes.php?m1=inform&cvd=55&np=RosaFernandes&nome_politico=Rosa%20Fernandes) Acesso em: 04 fev. 2020.

[http://www.educacaopublica.rj.gov.br/cultura/cinema\\_teatro/0057.html](http://www.educacaopublica.rj.gov.br/cultura/cinema_teatro/0057.html) Acesso em: 08 fev. 2020.

<http://www.fgv.br/cpdac/acervo/dicionarios/verbete-biografico/liliana-sa-de-paula> Acesso em: 08 fev. 2020.

<http://www.fgv.br/cpdac/acervo/dicionarios/verbete-biografico/suely> Acesso em: 05 fev. 2020.

<http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/registro-espurio-pgr-apresenta-recurso-para-manter-medidas-cautelares-contr-deputada-cristiane-brasil> Acesso em: 08 fev. 2020.

[http://www.portalguaratiba.com.br/2012/noticias/041001\\_candidata\\_nereide\\_pedregal\\_fala\\_d\\_e\\_suas\\_realizacoes\\_e\\_propostas\\_para\\_um\\_futuro\\_mandato.html](http://www.portalguaratiba.com.br/2012/noticias/041001_candidata_nereide_pedregal_fala_d_e_suas_realizacoes_e_propostas_para_um_futuro_mandato.html) Acesso em: 04 fev. 2020.

<http://www.soniarabello.com.br/perfil/> Acesso em: 05 fev. 2020.

<http://www.tse.jus.br/> Acesso em: 05 fev. 2020.

<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-2000> Acesso em: 05 fev. 2020.

<http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais> Acesso em: 19 out. 2019.

<http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais> Acesso em: 14 ago. 2019.

<http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais> Acesso em: 15 ago. 2019.

<http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2018/Janeiro/brasil-tem-73-partidos-em-processo-de-formacao> Acesso em: 16 ago. 2019.

<https://apublica.org/2018/08/negras-no-poder/> Acesso em: 08 fev. 2020.

<https://blogs.oglobo.globo.com/lauro-jardim/post/os-vereadores-cariocas-citados-na-delacao-de-lelis-teixeira.html> Acesso em: 05 fev. 2020.

[https://brasil.elpais.com/brasil/2018/01/30/politica/1517343526\\_093242.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/01/30/politica/1517343526_093242.html) Acesso em: 04 fev. 2020.

<https://cpdoc.fgv.br/cientistassociais/aspasiacamargo> Acesso em: 08 fev. 2020.

<https://data.worldbank.org/indicador/SG.GEN.PARL.ZS> Acesso em: 23 nov. 2019.

[https://databank.worldbank.org/indicador/SG.GEN.PARL.ZS?id=2ddc971b&report\\_name=Gender\\_Indicators\\_Report&populartype=series](https://databank.worldbank.org/indicador/SG.GEN.PARL.ZS?id=2ddc971b&report_name=Gender_Indicators_Report&populartype=series) Acesso em: 14 ago. 2019.

<https://epoca.globo.com/o-que-pensam-as-parlamentares-sobre-as-mulheres-23736043> Acesso em: 01 dez. 2019.

<https://extra.globo.com/esporte/extra-campo/patricia-amorim-ex-flamengo-quebra-silencio-de-quatro-anos-nao-quer-nem-ver-ronaldinho-gaucho-20794547.html> Acesso em: 05 fev. 2020.

<https://extra.globo.com/esporte/flamengo/dividas-do-flamengo-cresceram-na-gestao-patricia-amorim-chegam-r-305-milhoes-1812179.html> Acesso em: 08 fev. 2020.

<https://extra.globo.com/noticias/extra-extra/ex-vereadora-pastora-marcia-teixeira-substitui-miliciano-na-camara-municipal-2644184.html> Acesso em: 04 fev. 2020.

<https://extra.globo.com/noticias/extra-extra/marcia-teixeira-reassume-mandato-na-camara-do-rio-6610598.html> Acesso em: 08 fev. 2020.

<https://extra.globo.com/noticias/extra-extra/morre-ex-deputado-andre-luiz-cassado-por-tentar-extorquir-carlinhos-cachoeira-8444018.html> Acesso em: 16 jan. 2020.

<https://g1.globo.com/politica/noticia/temer-aceita-indicacao-de-cristiane-brasil-para-ministra-do-trabalho.ghtml> Acesso em: 04 fev. 2020.

<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/10/30/policia-chega-ao-predio-do-casal-garotinho-para-cumprir-mandado-de-prisao.ghtml> Acesso em: 08 fev. 2020.

<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/cristiane-brasil-e-investigada-em-inquerito-sobre-associacao-para-o-trafico-de-drogas.ghtml> Acesso em: 08 fev. 2020.

<https://lauracarneiro.com.br/laura-carneiro/> Acesso em: 05 fev. 2020.

<https://mpf.jusbrasil.com.br/noticias/2425383/eleita-deputada-estadual-lucinha-e-denunciada-pela-pre-rj-por-abuso-de-poder-economico> Acesso em: 05 fev. 2020.

<https://odia.ig.com.br/conteudo/noticia/rio-de-janeiro/2013-11-01/presidente-do-pmdb-do-rio-jorge-picciani-pede-expusao-de-leila-do-flamengo-por-discurso-mendigos.html> Acesso em: 08 fev. 2020.

<https://oglobo.globo.com/brasil/eleicoes-2012/candidatos-dao-jeitinho-para-manter-centros-sociais-5554429> Acesso em: 08 fev. 2020.

<https://oglobo.globo.com/brasil/pf-indicia-bivar-mais-tres-pessoas-por-esquema-envolvendo-candidatas-laranja-em-2018-24109173> Acesso em: 01 dez. 2019.

<https://oglobo.globo.com/cultura/bancada-evangelica-veta-questoes-de-genero-impede-votacao-da-lei-que-cria-fundo-municipal-de-cultura-23466257> Acesso em: 05 fev. 2020.

<https://oglobo.globo.com/opiniaao/artigo-retrocesso-para-pessoas-com-deficiencia-24118115> Acesso em: 08 fev. 2020.

<https://oglobo.globo.com/rio/vereadores-do-rio-67-das-propostas-foram-irrelevantes-20296894> Acesso em: 17 jan. 2020.

<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,lideres-na-camara-agem-para-reduzir-cotas-femininas,70002935359> Acesso em: 14 ago. 2019.

<https://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/rj/video-mostra-exlider-comunitario-da-rocinha-em-uma-suposta-venda/n1597393733416.html> Acesso em: 08 fev. 2020.

<https://veja.abril.com.br/politica/vereadora-do-rio-confunde-maduro-com-seu-madruga-e-vira-piada-no-youtube/> Acesso em: 05 fev. 2020 .

<https://vereadoraluciananovaes.com.br/biografia/> Acesso em: 05 fev. 2020.

<https://www.camara.leg.br/deputados/160533/biografia> Acesso em: 08 fev. 2020.

<https://www.camara.leg.br/deputados/74856/biografia> Acesso em: 05 fev. 2020.

<https://www.camara.leg.br/deputados/93472/biografia> Acesso em: 08 fev. 2020.

[https://www.em.com.br/app/noticia/nacional/2018/03/16/interna\\_nacional,944575/charge-produzida-por-cartunista-do-em-viraliza.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/nacional/2018/03/16/interna_nacional,944575/charge-produzida-por-cartunista-do-em-viraliza.shtml) Acesso em: 15 ago. 2019.

<https://www.facebook.com/andrea.gouveavieira/about?section=bio&lst=100000618511289%3A100002931937471%3A1581165778> Acesso em: 08 fev. 2020.



[https://www.facebook.com/pg/ClarissaGarotinhoRJ/about/?ref=page\\_internal](https://www.facebook.com/pg/ClarissaGarotinhoRJ/about/?ref=page_internal) Acesso em: 05 fev. 2020.

[https://www.facebook.com/pg/cristiane.brasil/about/?ref=page\\_internal](https://www.facebook.com/pg/cristiane.brasil/about/?ref=page_internal) Acesso em: 04 fev. 2020.

[https://www.facebook.com/pg/Patr%C3%ADcia-Amorim-183011515074818/about/?ref=page\\_internal](https://www.facebook.com/pg/Patr%C3%ADcia-Amorim-183011515074818/about/?ref=page_internal) Acesso em: 08 fev. 2020.

[https://www.facebook.com/pg/vereadorarosafernandesrj/about/?ref=page\\_internal](https://www.facebook.com/pg/vereadorarosafernandesrj/about/?ref=page_internal) Acesso em: 08 fev. 2020.

<https://www.facebook.com/silvia.pontes.560> Acesso em: 08 fev. 2020.

<https://www.facebook.com/vereadorafatimadasolidariedade/> Acesso em: 07 fev. 2020.

<https://www.facebook.com/VeronicaCostaOFICIAL1> Acesso em: 08 fev. 2020.

<https://www.hypeness.com.br/2018/09/seis-iniciativas-que-estao-ajudando-a-eleger-mais-mulheres-em-2018/> Acesso em: 10 ago. 2019.

<https://www.otempo.com.br/politica/carminha-jerominho-deixa-penitenciaria-no-parana-e-retorna-ao-rio-1.525800> Acesso em: 05 fev. 2020.

<https://www.poder360.com.br/governo/cristiane-brasil-vereadora-medalha-para-collor-viaduto-delirio-e-evo-morales/> Acesso em: 04 fev. 2020.

<https://www.tre-rj.jus.br/site/eleicoes/2008/resultados/eleitos/rio%20de%20janeiro.pdf> Acesso em: 05 fev. 2020.

[https://www.youtube.com/watch?v=vI8\\_oz6lsbE](https://www.youtube.com/watch?v=vI8_oz6lsbE) Acesso em: 08 fev. 2020.

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/02/ministro-de-bolsonaro-criou-candidatos-laranjas-para-desviar-recursos-na-eleicao.shtml> Acesso em: 15 ago. 2019.

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/02/partido-de-bolsonaro-criou-candidata-laranja-para-usar-verba-publica-de-r-400-mil.shtml> Acesso em: 15 ago. 2019.

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/eleicoes-2016/2016/10/1818677-11-das-coligacoes-chegam-as-urnas-sem-30-de-candidatas-mulheres.shtml> Acesso em: 14 ago. 2019.

[https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/64573/complemento\\_2.htm?sequence=3&isAllowed=y](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/64573/complemento_2.htm?sequence=3&isAllowed=y) Acesso em: 08 fev. 2020.

JARDIM, Lauro. O Globo. “Os vereadores cariocas citados na delação de Lélis Teixeira”. 2019 <https://blogs.oglobo.globo.com/lauro-jardim/post/os-vereadores-cariocas-citados-na-delacao-de-lelis-teixeira.html> Acesso em: 05 fev. 2020.

MAGALHÃES, Luís Ernesto; SEARA, Berenice. O Globo. Extra. “Vereadora Tânia Bastos, vice-presidente da Câmara, tem suspeita de princípio de infarto”. 2019.



<https://oglobo.globo.com/rio/vereadora-tania-bastos-vice-presidente-da-camara-tem-suspeita-de-principio-de-infarto-23563926> Acesso em: 05 fev. 2020.

MARTINS, Marco Antônio. O Globo. “Candidata a vereadora Carminha Jerominho é presa em operação da PF contra crimes eleitorais”. 2008. <https://oglobo.globo.com/brasil/eleicoes-2008/candidata-vereadora-carminha-jerominho-presa-em-operacao-da-pf-contra-crimes-eleitorais-5003800>.

PAULINO, Mauro; JANONI, Alessandro. Folha de S.Paulo. “Marielle era combinação rara de representação social e política”. 2018. <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/03/marielle-era-combinacao-rara-de-representacao-social-e-politica.shtml>

PORTINARI, Natália; GULLINO, Daniel. Época. “O que pensam as parlamentares sobre as mulheres”. 2019. <https://epoca.globo.com/o-que-pensam-as-parlamentares-sobre-as-mulheres-23736043> Acesso em: 01 dez. 2019.

SEARA, Berenice, 2013. Coluna Extra, Extra. <https://extra.globo.com/noticias/extra-extra/morre-ex-deputado-andre-luiz-cassado-por-tentar-extorquir-carlinhos-cachoeira-8444018.html> Acesso em: 08 fev. 2020.

SEARA, Berenice. Extra, Extra, 2019. <https://extra.globo.com/noticias/extra-extra/tudo-em-familia-leila-do-flamengo-assume-administracao-de-botafogo-23943219.html> Acesso em: 05 fev. 2020.

SEARA, Berenice. Extra, Extra, 2019. <https://extra.globo.com/noticias/extra-extra/o-inferno-astral-do-poderoso-jorge-felippe-frente-da-camara-do-rio-24008245.html> Acesso em: 05 fev. 2020.

SODRÉ, Muniz. Observatório da Imprensa. “A propaganda e a bizarrice eleitoral”, 2004. <http://observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/a-propaganda-e-a-bizarrice-eleitoral/> Acesso em: 05 fev. 2020.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997. Estabelece normas para as eleições. Disponível em: < <http://www.tse.jus.br/legislacao/codigo-eleitoral/lei-das-eleicoes/lei-das-eleicoes-lei-nb0-9.504-de-30-de-setembro-de-1997> >. Acesso em: 11 ago. 2019.

VENTURA, Luiz Alexandre Souza. O Estado de S.Paulo. “Câmara do Rio cria 0800 para pessoas com deficiência”. 2017 <https://brasil.estadao.com.br/blogs/vencer-limites/camara-do-rio-cria-0800-para-pessoas-com-deficiencia/> Acesso em: 05 fev. 2020.